

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Pró-reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação
ICH – Departamento de Letras

**INTEGRAÇÃO DE ESPAÇOS REFERENCIAIS E PROCESSAMENTO
DE ANÁFORAS**

José Carlos de Assunção

Belo Horizonte
2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

José Carlos de Assunção

**INTEGRAÇÃO DE ESPAÇOS REFERENCIAIS E PROCESSAMENTO
DE ANÁFORAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Milton do Nascimento

Belo Horizonte
2005

FICHA CATALOGRÁFICA

A851i Assunção, José Carlos de
Integração de espaços referenciais e
processamento de anáforas / José

Carlos de Assunção. Belo Horizonte, 2005.

148f.

Orientador: Milton do Nascimento

Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade
Católica de Minas

Gerais. Fundação Dom Cabral. Programa de Pós-
Graduação em

Letras.

Bibliografia

1. Anáfora (Lingüística). 2. Análise do discurso. 3.
Internet. I. Nascimento, Milton do. II. Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-
Graduação em Letras. III Título.

CDU: 800.85

José Carlos de Assunção

Integração de Espaços Referenciais e Processamento de Anáforas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

Dr. Milton do Nascimento (Orientador) – PUC Minas

Dr. Hugo Mari - PUC MINAS

Dra. Maria da Graça Ferreira da Costa Val - UFMG

A Cláudia, Samira, Isadora e Vinícius,
pela compreensão e pelo incentivo;

A Flávio Vaz de Lima,
pela sua amizade e apoio;

A João Batista Machado,
pela disposição de ajudar

Aos funcionários da secretaria do Programa de Pós-graduação em Letras da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,
pela eficiência e solidariedade

AGRADECIMENTOS

Ao professor, Dr Milton do Nascimento, orientador e amigo, pela disposição, disponibilidade e, principalmente, sabedoria.

À coordenação e professores do Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

À Cláudia Aparecida Machado de Assunção, minha esposa, pela cumplicidade.

A todos que contribuíram de alguma forma para a consecução deste trabalho

A Deus...

“... por mais abstratas ou particulares que sejam as operações do pensamento,
recebem expressão na língua(...)”

Émile Benveniste

RESUMO

Pretendeu-se, neste trabalho, explorar a idéia segundo a qual o processo de produção e interpretação de anáforas melhor se explicitaria, se visto numa perspectiva que procurasse explicá-lo a partir de princípios lingüístico-cognitivos que possibilitassem uma explicação mais geral e unificada para o fenômeno do processamento anafórico. Nesta tarefa, optou-se por operar com um modelo de processamento discursivo que instanciasse, necessariamente, a articulação e criação de *frames* e/ou espaços referenciais, os quais, integrados na configuração de uma rede referencial, constituíssem-na como base para a correlação e interpretação das anáforas de um texto. Na explicitação de tal modelo, recorreu-se a uma integração de princípios e/ou mecanismos léxico-sintático-discursivos fornecidos pela Teoria da Enunciação (Benveniste, 1989) e Teoria da Integração Conceitual (Fauconnier & Turner, 2002). Operacionalmente, trabalhou-se com a hipótese segundo a qual a referida rede referencial constituída e reconstituída no processamento de um texto, por princípio, condiciona a inserção e/ou interpretação de expressões lingüísticas introduzidas pelas operações de predicação, excluindo, como incongruentes, todas as expressões que não contribuam para sua organicidade, sua consistência. Validado tal princípio, postulou-se que os itens ou expressões denominado(a)s anafórico(a)s devem ser analisado(a)s, não simplesmente em termos de sua correlação linearmente estabelecida na materialidade dos enunciados de um texto, mas em função de sua (im)possibilidade de manter a consistência da rede referencial construída como fator básico da constituição de um texto.

Palavras-Chave: Enunciação; Discursivização; Integração Conceitual; Rede Referencial; Processamento anafórico.

ABSTRACT

This work intended to exploit the idea that the process of production and interpretation of anaphora would be better understood upon an approach that tries to explain it based on linguistic-cognitive principles that allow for explaining in a more general and standardized way the phenomenon of anaphoric processing. In this work we have selected working with a discursive processing model that necessarily exemplify the articulation and establishment of frames and/or referential spaces that, integrated into the configuration of a referential network, could serve as basis to the correlation and interpretation of the anaphora in a text. To make such model explicit, we have employed the integration of lexical-syntactical-discursive principles and/or mechanisms provided by the Theory of Enunciation (Benveniste, 1989) and the Theory of Conceptual Blending (Fauconnier & Turner, 2002). In operational terms, we have worked with the hypothesis according to which the said referential network constitute and re-constituted in a text processing, in principle, is a conditioning factor to the insertion and/or interpretation of linguistic expressions introduced by predication operations, excluding, as incongruent, any expression that fails in contributing for its organicity, its consistency. Once validated such principle, we have postulated that the items or expressions called anaphoric shall be analyzed, rather than merely in terms of its co-relation linearly established in the materiality of the statements in a text, but in function of its (im)possibility of maintaining the consistency of a referential network built as basic factor of the constitution of a text.

Key-words: Enunciation; Discursivization; Conceptual Integration; Referential Network; Anaphoric Processing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 Estrutura Formal de uma Instância de Enunciação	67
FIGURA 2 Processamento Discursivo	76
FIGURA 3 Domínio de Referência Integrado Σ	89
FIGURA 4 Domínio de Referência Integrado Σ	90
FIGURA 5 Domínio de Referência Integrado Σ	91
FIGURA 6 Domínio de Referência Integrado Σ	92

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 O Problema	13
1.2 Justificativa	14
1.3 Hipótese	15
1.4 Objetivos	16
1.5 Metodologia	16
1.6 Organização do Trabalho	17
2 REFERÊNCIA E REFERENCIAÇÃO	19
2.1 Introdução	19
2.2 A Concepção da Língua/Linguagem Adotada	20
2.3 Concepções de Anáfora	24
2.4 Tipos de Anáfora	26
2.4.1 <u>Vinculação Pronominal</u>	26
2.4.2 <u>Vinculação Pronominal com Categoria Vazia</u>	31
2.4.3 <u>Anáfora Diretas ou Correferenciais</u>	33
2.4.4 <u>Anáforas Associativas (AA)</u>	38
2.4.5 <u>Anáforas Indiretas (AI)</u>	42
2.5 Conclusão	48
3 UM MODELO DE PROCESSAMENTO DISCURSIVO	52
3.1 Introdução	52
3.2 A Referência e a Referenciação	53
3.2.1 <u>A Noção de Referência na Abordagem Denotacional</u>	56
3.2.2 <u>A Noção de Referência na Abordagem Pragmático-Social</u>	65
3.2.3 <u>A Noção de Referência na Abordagem Representacional ou Mentalística</u>	68
3.2.4 <u>Da Referência à Referenciação</u>	70
3.3 Processamento Discursivo	75
3.4 Integração Conceitual e Processamento Discursivo	78
3.4.1 <u>Operações de Identificação, Integração e Imaginação</u>	81

3.5	Integração de Instâncias Enunciativas: Operações Básicas de Discursivização	83
4	DISCURSIVIZAÇÃO E CORREFERENCIAÇÃO	95
4.1	Discursivização. Referenciação e Redes	95
4.2	Referenciação, Redes e Manifestações de Foricidade	105
5	CONCLUSÃO	140
6	REFERÊNCIAS	146

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1. O Problema

Dijk (2000, p. 11), relacionando as Ciências sociais à Análise do Discurso, reconhece que

“O estudo do discurso tornou-se de certa forma relevante, logo após ter-se reconhecido o fato (...) de que os estudos lingüísticos não deveriam ser restritos à análise gramatical de sistemas lingüísticos abstratos ou ideais mas, de preferência, que o uso efetivo da língua deveria ser o objeto empírico das teorias lingüísticas.”

É evidente que toda sistematização de fenômenos precisa passar por uma organização de fatores constituintes, que pode ser observada por meio de uma abordagem com objetivos estruturais, podendo redundar, pois, em estudos sintáticos, entretanto, os estudos de língua natural sempre tiveram uma forte tendência a serem focados apenas na análise gramatical dos elementos manifestos na estrutura material dos enunciados, sem maiores preocupações com outros fatores inerentes ao processo, como o processamento mental, que é condição *sine qua non* para a realização dos processos lingüísticos, como pode ser observado na afirmação de Chierchia (2003, p.24) de que

“a linguagem é a manifestação mais ampla e acessível da nossa vida mental e por isso constitui uma porta de acesso insubstituível ao estudo da mente humana; ou seja, daquilo que melhor caracteriza a espécie *Homo sapiens*. Isto faz da lingüística, que é o estudo sistemático da língua, um componente central do grupo de disciplinas atualmente conhecidas como “ciências cognitivas”.

Essa situação gerou no autor desta dissertação o interesse por uma abordagem dos processos discursivos envolvidos na configuração de anáforas, em suas várias acepções. Pretende-se explorar a idéia segundo a qual o processo de produção e interpretação de anáforas melhor se explicita se visto numa perspectiva que procure explicá-lo a partir de princípios, adotando-se o pressuposto de que “uma língua fundamenta-se numa gramática, [num] sistema de regras e/ou princípios que governam o uso dos signos da língua.” (CHIERCHIA, 2003, p.25).

Nesta perspectiva, buscar-se-á, neste trabalho, explicitar princípios que governam o procedimento anafórico, enfocando-se especificamente o fenômeno da correferência.

1.2. Justificativa

É inegável a importância que tem o processo de comunicação na construção do tecido social das sociedades, mas é ainda mais importante a concepção da língua como um elemento que participa dos processos sócio-cognitivos na formação da realidade humana.

Nesta linha, reconhece-se a legitimidade e o valor dos trabalhos focados na materialidade da estrutura lingüística que são produzidos há muito tempo, mas há a

necessidade de que se analisem os princípios geradores dos fenômenos lingüísticos.

Mondada e Dubois (2003, p. 48) reconhecem a importância de que a questão da referência seja revisitada por abordagens que contemplem, de um lado, os processos cognitivos e, de outro, a perspectiva lingüística interativa e discursiva.

Este trabalho se justifica justamente por, mesmo reconhecendo as limitações impostas pela complexidade do tema, buscar apresentar pequena contribuição na discussão do processo de construção da realidade humana, via instituição da referencialização, interconectando uma visão cognitiva do tema, com a abordagem sócio-interativa e discursiva.

1.3. Hipótese

Na linha esboçada, serviu de parâmetro para esta pesquisa a seguinte hipótese: cada espaço de referência integrado a um domínio conceitual (uma rede de espaços de referência) condiciona a inserção e/ou interpretação de expressões lingüísticas introduzidas pelas operações de predicação, sendo excluídas todas as expressões que não entram adequadamente na consistência deste domínio ou que, entrando na rede, produzem nela uma reconfiguração que não se mostra consistente.

1.4. Objetivos

Neste trabalho, pretende-se demonstrar de que maneira a anáfora (com ou sem antecedente lingüisticamente marcado) é unificadamente explicada pela adoção de um modelo de processamento discursivo que instancie, necessariamente, a articulação e criação de frames e/ou espaços mentais, gerando a integração conceitual.

1.5. METODOLOGIA

Os fenômenos de anáfora estudados foram retirados de *corpus* constituído por textos escritos, da linguagem padrão, do gênero discursivo jornalístico, retirados de jornais e de revistas e de frases mais usuais colhidas de várias fontes.

Os textos de jornal e revistas representam a expressão veiculada por veículos da sociedade brasileira, tendo a responsabilidade de primar por uma linguagem mais formal, entretanto registrando uma maneira de fácil entendimento, até porque o objetivo de falar com o leitor está acima de qualquer purismo lingüístico, sendo, pois, manancial interessante para estudo de fenômenos lingüísticos que acontecem nesta época.

As frases utilizadas, colhidas aleatoriamente, têm como objetivo focar os casos mais específicos do fenômeno chamado de anáfora.

Foram feitos estudos nas linhas epistêmicas que aqui são registradas, com construção de interfaceamento teórico entre as teorias Enunciativa e da Integração Conceitual.

Uma representação diagramática dos espaços mentais no processamento discursivo foi aplicada ao *corpus* para verificação da hipótese levantada, com o conseqüente registro dos resultados.

1.6. Organização do Trabalho

Este trabalho está organizado com as seguintes partes:

- Capítulo 1
Introdução, apresentação do problema, da justificativa, da hipótese, dos objetivos, da metodologia e da composição do trabalho;
- Capítulo 2
Discussão dos conceitos de Língua, Linguagem e das concepções e classificações de anáforas;
- Capítulo 3
Fundamentação teórica – discussão e construção do arcabouço teórico-metodológico de Referência, Referenciação, Processamento Discursivo, Integração Conceitual e Integração de Instâncias Enunciativas;
- Capítulo 4
Análise dos processos de funcionamento da correferenciação em textos de jornais e revistas;

- Capítulo 5

Conclusão do trabalho

CAPÍTULO 2

REFERÊNCIA E REFERENCIAÇÃO

2.1. Introdução

Neste capítulo, retomando a hipótese de trabalho adotada nesta pesquisa, pretendemos apresentar uma visão sucinta dos fenômenos sintático-discursivos que constituem o nosso objeto de estudo, enfocando perspectivas teórico-metodológicas sob as quais tais fenômenos são geralmente abordados.

Nossa hipótese de trabalho configura-se em:

- cada espaço de referência integrado à rede condiciona a inserção e/ou interpretação de expressões lingüísticas introduzidas pelas operações de predicação, sendo excluídas todas as expressões que não entram adequadamente na consistência da rede ou que, entrando na rede, produzem nela uma reconfiguração que não se mostra consistente.

Para verificar se tal hipótese se confirma, começaremos por realizar, neste capítulo, um levantamento de perspectivas teórico-metodológicas sob as quais são, na literatura pertinente, identificados tipos de anáfora (entendida aí a correferência), procurando focá-las sob a ótica das noções de referência/correferência de um lado, e referenciação/correferenciação, de outro. Este levantamento tem como finalidade fornecer subsídios para uma delimitação mais precisa de nosso objeto de estudo, os princípios e/ou processos sintático-discursivos envolvidos na correferenciação, cuja

abordagem será efetivada à luz de um modelo de processamento discursivo a ser explicitado no terceiro capítulo deste trabalho.

Neste levantamento, adotaremos os seguintes procedimentos: a) apresentação de dados e de suas respectivas análises; b) explicitação da perspectiva teórico-metodológica utilizada na análise em exame; c) identificação e listagem de aspectos a serem considerados em função da hipótese básica desta dissertação.

Terminaremos o capítulo com uma síntese destes aspectos, que serão considerados na abordagem pretendida em nosso trabalho. Para perspectivar este levantamento a ser realizado neste capítulo, começaremos por explicitar alguns pressupostos teórico-metodológicos básicos que adotamos, tais como aqueles relativos às noções de linguagem e de língua.

2.2. A Concepção de Língua/Linguagem Adotada

Falar de língua/linguagem e de noção de referência/correferência não é algo simples, como afirma Marcuschi¹ (2000: p.1), se referindo à complexidade dos processos aos quais estão relacionados os procedimentos lingüísticos, admitindo que “quando falamos ou escrevemos, damos a entender mais do que nossas palavras expressam (...), mas, nem por isso, nossos interlocutores deixam de saber a que nos referimos”.

¹ No texto “Quando a referência é uma inferência”, pronunciado em Conferência no GEL (Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo) UNESP, em Assis-SP, em maio de 2000, arquivado nos anais.

Essa afirmação de Marcuschi chama a atenção para a complexidade que é o ato de comunicar pela língua e é justamente isso que gerou e gera inúmeros estudos lingüísticos.

A efetivação da produção da significação a partir da produção da referência faz parte da relação interpessoal, na medida que possibilita a compreensão e, conseqüentemente, a comunicação entre as pessoas. Por isso, a referência é estudada há séculos e é, nessa linha, especificamente no estudo de princípios envolvidos na produção da referência, nos fenômenos anafóricos, que este trabalho pretende dar sua modesta contribuição.

Os fatores que envolvem a utilização da língua estão diretamente ligados a um processo muito mais abrangente e complexo que pressupõe poderosas operações de construção de sentido, que são invisíveis, como postulam Fauconnier e Turner² (2002, p. XI), por fazerem parte do próprio processo de pensamento humano.

Exemplo dessa complexidade pode ser a reportagem do Jornal Hoje, da TV Globo, do dia 08-02-2003, quando foi noticiado que mais de uma centena de mulheres australianas tinham tirado a roupa, num parque público, objetivando protestar contra o apoio da Austrália à invasão ao Iraque pelos Estados Unidos. Ao final, a repórter disse que foi o meio que as mulheres daquele país encontraram para **serem ouvidas**. A apresentadora retificou “(...) ou para serem vistas”. Bem, ficaram peladas para serem vistas ou para serem ouvidas ?

Como o fato de muitas mulheres se apresentarem peladas, em local público, em dia e hora marcados, gerou o interesse da imprensa e essa foi a estratégia que as australianas acharam para potencializar o resultado de uma manifestação que

² Ao apresentar o resumo dos capítulos de seu livro “The Way We Think – Conceptual Blending and the Mind’s Hidden Complexities”, na página xi.

poderia ser feita com uma passeata comum, com cartazes e com palavras de ordem sendo pronunciadas, mas o enfoque e a atenção da comunidade internacional não seriam tão presentes.

Conseqüentemente, quando a repórter disse “para serem ouvidas”, não disse nenhuma aberração. Conforme fala Marcuschi (2000, p.1), “quando falamos ou escrevemos, damos a entender mais do que nossas palavras expressam (...)”, portanto, no momento da reportagem, as palavras “para serem ouvidas” expressam muito mais do que o que usualmente se denomina seu sentido literal, propiciando, por parte de quem ouve, a formulação da informação, a pressuposição de que as mulheres objetivaram e conseguiram mesmo foi expressar a não-concordância com a posição de apoio aos Estados Unidos, ou seja, foram mesmo ouvidas, mesmo tendo literalmente sido vistas.

Abordagens que focam a produção de sentido ainda como um mecanismo de etiquetamento, como se os objetos fossem concebidos a priori e recebessem nomes que deveriam carregar para sempre têm dificuldade de explicar, dentro de uma perspectiva teórico-sistêmica, a passagem coletada no referido jornal televisivo.

Marcuschi (2000, p.1) reconhece que a questão da significação é bastante ampla, estando ligada às “condições em que é possível falar de *verdade* e *conhecimento* no contexto de uso da língua, sem entregar-se a uma epistemologia representacionista”, ou seja, fora da perspectiva de que a língua é apenas um mecanismo estrutural de representar a realidade. Segundo o professor da Universidade Federal de Pernambuco, o fenômeno que reveste todo o processo lingüístico está ligado, em detrimento da visão referencialista que prevaleceu por séculos, a uma forma relativamente recente de abordagem, à referenciação, que é

um meio epistemológico relativamente novo de se estudar a produção de sentido a partir do conceito de processo e é essa abordagem que será adotada aqui.

Essa abordagem que adotamos deixa a perspectiva do etiquetamento e contempla a língua/linguagem no momento de seu uso, portanto no processamento que acontece quando um falante está usando a língua/linguagem. Nessa concepção, a produção de texto/sentido é, neste trabalho, considerada como uma atividade de linguagem, uma atividade sócio-interativa, na qual duas pessoas utilizam de sua competência discursiva.

O nosso modelo de produção/recepção de texto tomará como base esta visão de língua/linguagem. De tal modelo, serão destacados, no capítulo 3, apenas os princípios, mecanismos e/ou estratégias que envolvem operações básicas constituintes da competência discursiva dos falantes, aquelas estritamente necessárias à delimitação, explicitação e abordagem do estudo aqui pretendido.

Evidentemente, adotando-se essa visão de língua/linguagem, colocamo-nos numa situação em que alguns dos estudos do “fenômeno anáfora” de que nos serviremos neste trabalho deverão ser considerados apenas como pontos de partida para nossa análise, uma vez que foram concebidos e elaborados numa perspectiva que privilegia as ligações anafóricas tais como se apresentam nos enunciados, sem se preocupar com as condições léxico-sintático-discursivas de seu processamento.

Á pretensão de delimitar nosso objeto de estudo no âmbito de tais condições de “produção de anáforas” é que nos leva a, já de início, falar de “referenciação”, e de “processamento anafórico”, como o fizemos a explicitar nossa hipótese de trabalho.

2.3. Concepções de Anáfora

Há numerosos estudos sobre anáforas, geralmente apresentando-as sob classificações e tipos, os mais diversificados. Nesta seção, consideraremos alguns destes estudos, aleatoriamente escolhidos, visando, a deles nos utilizarmos para melhor explicitar o objeto de estudo deste trabalho.

Dentro da concepção histórica que existe sobre anáfora, pode-se dizer que se criou um protótipo do fenômeno, no modelo de relação de correferência, como postula Milner (2003, p.94)³ ao afirmar que “há relação de anáfora entre duas unidades A e B quando a interpretação de B depende crucialmente da existência de A, a ponto de se dizer que a unidade B só é interpretável na medida que ela retoma – inteira ou parcialmente – A”.

Pela colocação, parece que o assunto aí está esgotado, ou seja, anáfora tem um modelo facilmente reconhecido e conceituado que pode ser representado genericamente pelo modelo:

(1) Vimos uma televisão_a que_b custa muito caro.

O pronome relativo “que” é a unidade “B” que depende, para ser interpretada, de uma unidade que ele retoma (A), mas, essa explicação está focada nos termos do enunciado sem apresentar qualquer preocupação com um aspecto que julgamos ser o *locus* em que reside a questão, a mente humana. Será que o que define o processo é o pronome “que” que retoma o substantivo “televisão” ou será que a

³ No texto “Reflexões sobre a referência e a correferência”, de Jean-Claude Milner, 85-130.

disposição das palavras usadas e a própria construção da relação se dá por princípios da mente humana? Afinal, nem precisamos ter especificamente um pronome para que a relação se dê, possibilitando que haja produção de sentido, como no caso:

(2) Vimos uma televisão. A porcaria não funcionou.

É comum que, numa situação dessa, o sintagma nominal “a porcaria” seja interpretada como um meio de também se referir à “televisão”, mas será que é simplesmente “B” retomando “A” ? Pela exposição, o próprio conceito de televisão está em questionamento, porque o aparelho denominado “televisão” precisa funcionar para ser caracterizado como televisão, se não é assim, pode-se questionar inclusive a existência da televisão, como, então, pode televisão ser retomada, se, como referente, pode até não existir? São problemas assim que estão na base da formulação da hipótese deste trabalho, afinal, devem existir outras explicações que não estão na relação das estruturas, mas relacionadas à mente humana que definem a anáfora, senão como explicar mais este exemplo:

(3) Chegamos ao bar. A cerveja estava quente.

O referente “cerveja”, que está na segunda oração, é introduzido por um artigo definido que é usado normalmente para determinar um objeto já conhecido pelos participantes da interlocução, mas, para ser conhecido, já deveria ter sido introduzido anteriormente e, portanto, estaria propenso a estar dentro de uma relação de “A” e “B”, como colocou Milner (2003, p.94), mas onde está o termo “A”,

onde está a sua primeira citação? Esse tipo de situação também justifica este trabalho, pois este pesquisador sempre se sentiu desconfortável com relação a questões do nível daquelas que aqui são apresentadas.

2.4. Tipos de Anáfora

Ainda para efeitos de elucidação do nosso objeto de estudo, vamos considerar uma classificação proposta por Santos (2003)⁴, que subdivide a anáfora em:

- pronominal;
- direta ou correferencial;
- associativa; e
- indireta.

2.4.1. Vinculação Pronominal

No trabalho, serão utilizados alguns símbolos⁵ para identificar fenômenos de correferência ou disjunção, impossibilidade de correferência ou categoria vazia.

⁴ Dissertação de Mestrado apresentada à UFMG em 2003, com o título “Os processos fóricos (anafóricos e metafóricos) na construção da rede de referentes textuais.

⁵ Neste trabalho, estaremos utilizando algumas convenções na identificação dos fenômenos: ($_x$) índice: identifica correferência ou disjunção (não correferência); (*) impossibilidade de correferência; e (cv) categoria vazia, processada sintaticamente.

A anáfora pronominal, adotando-se a conceituação de Milner (2003, p.94) se caracteriza pela presença do pronome que geralmente está relacionado a um termo antecedente, gerando a relação entre as unidades “A” e “B”, sendo que a unidade “B” normalmente é o pronome que tem um sintagma nominal antecedente e o elemento “A” é o termo ao qual está condicionada a relação de interpretabilidade de “B”.

Mioto et al (2004, p.223-226) dividem a anáfora pronominal em duas subcategorias, aquela chamada de “pronomes pessoais” e as formadas por pronomes reflexivos e recíprocos, de maneira a verificar as generalizações que estão presentes em cada uma delas.

Vamos começar pelas anáforas formadas com pronomes que não sejam reflexivos/recíprocos e verificarmos as explicações fornecidas por Mioto et al, fazendo uma relação com a proposta de nosso trabalho.

Mioto et al (2004, p.224) entendem que os pronomes não reflexivos e não recíprocos nem “necessitam de antecedentes, mas, se os têm, eles não podem estar ‘perto’ demais”, assim são usados, quando têm antecedentes, em orações diferentes daquelas do termo que retomam, como mostrado nos exemplos a seguir.

- (4)
- a. Pedro₁ acha que Mário₂ o₁ acusou.
 - b. Pedro₁ acha que ele₁ a₂ adora.
 - c. Encontrei Maria₁, mas não a₁ cumprimentei.
 - d. Ele_? foi embora.

A posição dos autores, fundada em que “os pronomes não podem ser vinculados em um certo domínio de vinculação” (MIOTO ET AL, 2004, p.225) explica

os fenômenos constantes nos períodos arrolados, em que os antecedentes estão sempre em oração diferente da que está o pronome, chegando mesmo a não ter antecedente, como registrado em (4d), quando o pronome pode ter também uma característica de indeterminação do sujeito, entretanto, é comum, na língua falada, o seguinte recurso.

(5) Ele₁, João₁, foi embora.

Esse exemplo acontece quando o falante cita uma pessoa e, preocupado com a possibilidade de o referente de “ele” não ser construído pelo alocutário, cita enfaticamente “João”, mas como fica essa situação que geralmente aparece na língua falada se a regra arrolada diz que o pronome não deve estar perto demais?

Pode-se argumentar que a formação é atípica ou que o pronome passa a ser uma partícula expletiva, de realce, de reforço ou mesmo erro, entretanto, uma língua não é feita para atender a regras catalogadas em compêndios gramaticais, mas para atender as necessidades da atividade sócio-interativa.

Pelo exposto por Mito et al (2004), as frases a seguir registradas são agramaticais, pois apresentam o pronome e o termo antecedente na mesma oração, apresentando, portanto, uma explicação estrutural para a falta de gramaticalidade.

- (6) a. *João₁ escondeu-o₁/ele₁
 b. *Pedro acha que Mário₁ o₁ acusou.
 c. *Pedro₁ acha que ele₁ o₁ acusou.
 d. *Maria₁ cumprimentou-a₁.

Apesar de ser considerada agramatical, podemos encontrar pessoas que dizem, por exemplo:

(7) No depoimento, Mário₁ acusou ele₁ mesmo.

Essa estrutura é perfeitamente possível em determinadas comunidades lingüísticas, o que nos leva a entender que o conceito de agramaticalidade não deve estar preso apenas à estruturação de elementos no enunciado, como no conjunto de exemplos (6), mas em outros princípios que devem reger toda a disposição das formas lógicas a partir da mente e é essa hipótese que orienta este trabalho.

Uma outra situação registrada com a utilização de pronomes que não está configurada dentro da forma clássica de anáfora pronominal e nem é explicada por Miotto et al (2004) é quando o pronome aparece antes do termo que, normalmente, seria seu antecedente.

- (8) a. A moça que ele₁ ama é elogiada por todos os amigos que querem ver João₁ casado
- b. Quando ele₁ chora, a moça corre para tentar acalmar o bebê₁
- c. Quando ela₁ chegou, Antônio reconheceu Maria₁

A interpretabilidade dos exemplos é possível sem maiores problemas, mas como se processa? Os exemplos corroboram a idéia que defendemos de que há princípios cognitivos que define a organização dos constituintes.

Até aqui podemos entender que as regras propostas por Milner (2003, p.94)⁶ e por Miotto et al (2004) estão focadas na relação estrutural e não dão conta de determinados fenômenos que abordamos, envolvendo a anáfora com pronomes pessoais, não incluídos aí os reflexivos/recíprocos, abrindo espaço para este trabalho que vai propor, no capítulo 4, um modelo de processamento discursivo da anáfora focado em princípios mentais.

Analisando os fenômenos anafóricos com o uso de pronomes reflexivos/recíprocos, Miotto et al (2004, p.228) apresentam a generalização de que esses pronomes precisam ter um antecedente e este antededente deve estar dentro de um certo domínio, apresentando exemplos em que, em todos, o pronome se encontra na mesma oração do seu antecedente. Vejamos alguns exemplos desse fenômeno lingüístico:

- (9) a. João₁ escondeu-se₁
b. Pedro₁ acha que Mário₂ se₂ acusou.
c. A Maria₁ se₁ adora.
d. [A mãe do Pedro]₁ se₁ adora.
e. Maria₁ disse que Ana₂ se₂ adora.

As nossas anotações quanto ao fato de que a construção da anáfora está focada na estruturação dos constituintes permanece, sendo que, agora, se restringe ao universo de uma oração.

⁶ No texto "Reflexões sobre a referência e a correferência", de Jean-Claude Milner, 85-130.

2.4.2. Vinculação Pronominal com Categoria Vazia

Uma outra possibilidade da vinculação pronominal, envolvendo a articulação anafórica, é quando “temos a versão sem matriz fonética de um verdadeiro pronome” (MIOTO ET AL, 2004, p.238).

- (10) a. A Maria, eu encontrei **cv** no cinema ontem.
b. A Maria viu **cv** na televisão ontem
c. Para quem que o João comprou **cv**?

A categoria vazia (**cv**) acontece quando um argumento não está expresso ou se apresenta sem matriz fonética, como colocam os autores, mas, para a interpretabilidade lingüística, a informação precisa existir, como, por exemplo, em (10c), o ato de comprar pressupõe a ação de uma pessoa, num processo de troca, que não existe senão quando existe o objeto adquirido, comprado, portanto “João comprou alguma coisa”, mas o quê?

Mesmo que a informação não esteja disponível, os autores estão trabalhando com uma regra que é a de que o argumento não está citado, mas um “verdadeiro pronome” não foneticamente realizado ocupa o espaço. Essa orientação já apresenta uma teorização menos estrutural e mais processual, na medida que a explicação não está na estrutura, mas na possibilidade que o falante tem de mentalmente trabalhar com um argumento, entendendo o sentido de uma ação representada por um verbo que precisa de um argumento, entretanto, geralmente, não é dada uma explicação com base em princípios gerais focados cognitivamente

como o(s) que estamos buscando aqui para explicar os processos anafóricos a partir de princípios de referência, independentemente de se envolve pronome ou não, se envolve uma categoria vazia ou não, até porque, ao se trabalhar com a categoria vazia, mais uma vez se está pensando em termos de estrutura.

Imaginemos que alguém fale para um interlocutor que houve a queda de uma ponte no sul do Brasil e recebe a seguinte resposta:

(10d) A Maria viu **cv** na televisão ontem.

Não se tem a menor dúvida sobre a explicação de que o verbo pede um argumento, entretanto, a categoria vazia pode ser entendida pelo interlocutor como sendo a própria queda da ponte ou a imagem da ponte já caída ou até a matéria jornalística sobre o assunto e a explicação de categoria vazia não dá conta desses fenômenos que acontecem no processo discursivo e que está relacionado, caso o falante esteja se referindo à notícia que foi veiculada nos meios televisivos, à anáfora associativa.

Da mesma maneira, pode se configurar uma situação em que alguém informa que Maria procurava ontem um tipo específico de colônia e é informado pelo alocutário que:

(11) A Maria... não procurou no lugar certo. Eu encontrei **cv** no Boticário ontem

O falante já está se referindo à colônia e utiliza o mesmo recurso de categoria vazia, com isso percebemos que há mais coisa a ser explicada que apenas entender que um argumento não está presente foneticamente.

Se estamos observando que as explicações relacionadas à anáfora pronominal não conseguem cobrir determinados fenômenos, estaremos, no quarto capítulo, propondo um modelo que pretende explicar a anáfora em termos de subdeterminação de princípios de criação e articulação de domínios referenciais que, por serem aplicados a domínios (*frames* e ou espaços mentais), são aplicados ao processo de correferenciação e estão presentes em qualquer tipo de anáfora, portanto, provando que não há a necessidade de se trabalhar com a categorização de anáfora pronominal, com ou sem antecedente, com antecedente que está colocado depois do pronome, com categoria vazia e até mesmo com anáforas do tipo associativa da qual vamos falar mais a frente.

2.4.3. Anáforas Diretas ou Correferenciais

Assim como analisamos a anáfora pronominal, de maneira a verificar a abordagem com que é tratado o assunto, visando a verificar a possibilidade de aplicação da hipótese deste trabalho, assim também será feito com a anáfora chamada direta ou correferencial.,

Vamos buscar em Marcuschi (2005, p.55) a visão de anáfora direta, quando ele afirma que:

“em geral, postula-se que as anáforas diretas retomam referentes previamente introduzidos, ou seja, elas estabelecem uma relação de correferência entre o elemento anafórico e seu antecedente (...) na realidade, a anáfora direta seria uma espécie de substituto do elemento por ela retomado (...) é um processo de reativação de referentes prévios.”

Assim, a anáfora correferencial ou direta é **geralmente** caracterizada por apresentar, entre anaforizante e anaforizado, identidade das marcas morfossintáticas de gênero e número, ou seja, as características de gênero e número do termo que retoma são as mesmas do termo retomado.

Essa anáfora correferencial, apresentada na sua forma canônica em que há correferência entre duas expressões sempre que elas designam, no discurso, o mesmo referente ou quando os elementos lingüísticos “A” e “B” têm o mesmo referente e, portanto, tem o mesmo conceito colocado por Milner (2003, p.94) quando abordamos a anáfora pronominal. Esse modelo pode ser representado paradigmaticamente pelo exemplo arrolado por Santos (2003, p. 63-68):

(12) Bruna vai passar as férias comigo. Ela me disse que quer ir para a praia.

O exemplo apresenta a forma clássica da anáfora correferencial, se encaixando no conceito, afinal os elementos “Bruna” e “Ela” têm o mesmo referente.

Entretanto, há outras abordagens para a anáfora direta/correferencial, como se pode observar em Bonini, citado por Santos (2003, p.63-68) que apresenta outra teoria, segundo a qual, num texto narrativo, dois processos operam sobre a produção de anáfora correferencial: i) expressões lingüísticas colocam, objetivamente, personagens em cena, mas, a partir daí, ii) esses personagens passam a receber propriedades e características, portanto, a retomada de cada personagem pode se dar por um pronome ou pelas suas características, como acontece no exemplo:

- (13) Todos gostavam de José₁ que se apresentava como um verdadeiro peixe quando estava dentro d'água, não tendo estilo de natação que não lhe fosse de conhecimento. (...) [**O habilidoso nadador**]₁, (...).

No exemplo, há uma retomada pelas características de José. Se no texto não aparecer nenhum outro personagem que tenha a mesma característica, a retomada pelas características de José pode acontecer mesmo após ter ficado a personagem sem ser mencionada por várias páginas. Talvez esse seja o exemplo mais interessante para uma redefinição de paradigmas, levando-nos a buscar entender o processo anafórico que, mesmo com as marcas lingüísticas, dá-nos a entender que não pode ser explicada apenas pela relação entre termo antecedente e anforizante, porque não é possível que a retomada por uma característica inerente a uma pessoa possa ser vista como uma retomada estrutural.

Essa visão de Bonini (SANTOS, 2003, p.63-68) quebra, portanto, a estrutura canônica e clássica da chamada anáfora correferencial/direta, ao admitir que expressões que caracterizam qualidades de um personagem podem também retomá-lo, deixando margem para que se busquem novas metodologias teórico-metodológicas para explicar o fenômeno.

A validade das premissas que justificam o conceito de anáfora direta fica ainda mais frágil quando Ilari, citado por Santos (2003, p.65), traz para a discussão uma outra estrutura anafórica que também está sob a égide da anáfora correferencial, que é a retomada, por meio de uma expressão, podendo, segundo análise de corpus formado por textos jornalísticos estudados pelo próprio Ilari, haver retomada de partes do cotexto, sendo dado o seguinte exemplo:

- (14) O Banco Central não divulgou a carteira de cliente do Banespa. Essa foi a razão pela qual os bancos estrangeiros desistiram de participar do leilão.

O pronome “essa” condiciona uma retomada, mas não de um referente específico, mas sim do processo da não-divulgação, por parte do Banco Central, da carteira de clientes do Banespa.

O exemplo é apontado como uma anáfora direta, mas qual é o referente de “essa”? O pronome é usado para se referir a uma processo de “ausência do processo de divulgação da carteira de clientes do Banespa”. Os bancos estrangeiros desistiram de participar do leilão porque não houve a divulgação, portanto se há retomada é da não-divulgação, que não é lingüisticamente marcada no cotexto, foge o fenômeno, portanto, do padrão de dois elementos lingüísticos “A” e “B” com o mesmo referente, afinal qual é o primeiro elemento ou o antecedente? A explicação e ou conceituação de anáfora direta/correferencial já não dá conta também desse fenômeno.

As dificuldades conceituais que são apresentadas à medida que o assunto vai sendo explorado ficam ainda mais patentes quando Ilari , em Santos (2003, p.67), indica exemplos de anáforas, entre eles, os seguintes:

- (15) (a) A casa de MD está uma sujeira só. Há teias de aranha penduradas até no lustre da sala.
- (b) Sei caminhar e mastigar chiclete. O Presidente Ford também, mas não ao mesmo tempo.

Os exemplos caracterizam a dificuldade de se ver a anáfora correferencial ou direta como uma estratégia de retomada, pois “o lustre da sala” retoma “a casa de MD” ou a expressão “também” retoma “saber caminhar e mastigar chicletes”? O próprio Ilari, ao percorrer uma classificação de possíveis antecedentes de Nash-Webber, conforme informações extraídas de Santos (2003, p.66-67), registra que uma anáfora pode recuperar uma substância extensa, uma classe ou conceito, um predicado, uma ação, acontecimento ou estado, objetos reais ou objetos eventuais; o autor ainda aponta, entre a listagem de casos, reticências (...), do que inferimos que há muitas outras possibilidades, o que também reforça a nossa idéia de estudar os princípios geradores da correferenciação que nos tirem dessa situação de uma quantidade imensa de regras ou de possibilidades de casos.

Ainda nos permitimos fazer mais algumas reflexões, como quando o segundo elemento é caracterizado, por exemplo, pela desinência número-pessoal do verbo. Vamos ver alguns exemplos:

- (16) a. [João e Maria]₁ foram aplaudidos e eles₁ agradeceram
 b. [João e Maria]₁ foram aplaudidos e cv₁ agradeceram.
 c. Após cv₁ descerem do ônibus, [os alunos]₁ caminharam separados.

A única diferença entre (16a) e (16b) é a presença da representação gráfica e fonética do pronome de terceira pessoa do plural, portanto entendemos que é um critério muito frágil separarmos os dois exemplos dizendo que, no primeiro, a anáfora é direta e, no segundo, não. E se, nos dois, há a anáfora direta, então o conceito de que dois elementos (A e B) precisam se referir ao mesmo objeto para que haja

anáfora direta começa a cair por terra, porque, no segundo, não há a presença fonética do pronome.

Esse questionamento nos leva a perguntar também se em (16c) haveria anáfora direta, sendo que não há a presença fonética do pronome “eles” e o termo que deveria ser o antecedente (os alunos) também está posposto.

Outro comentário que achamos importante é com relação à categorização de processos anafóricos, sendo que há autores que especificam uma categoria denominada “anáfora pronominal” ou “pronominalização anafórica” ou apenas “pronominalização”, sendo que a anáfora direta pode também apresentar a retomada por meio de pronomes, assim, para que segmentar entre retomadas por outros constituintes e retomadas por pronomes? Não achamos que tal separação se sustente, portanto, estaremos, no capítulo 4, apresentando uma proposta de modelo discursivo que permita que a anáfora seja vista por uma perspectiva menos estrutural e mais processual, com definição de princípios gerais.

2.4.4. Anáforas Associativas (AA)

A dificuldade de classificação das anáforas continua quando Kleiber, Schnedecker & Ujma, conforme informações extraídas de Santos (2003, p.68), registram que a Anáfora Associativa (AA) tem sido chamada de “interreferência” (Jansem, 1980), “anáfora conceitual” (Pinchon, 1972) e “anáfora indireta” (Erkú & Gundel, 1987). Vamos analisar também essa categoria para verificarmos se

encontramos espaço para a proposta de uma metodologia alternativa de abordagem.

Kleiber, citado por Santos (2003, p.69) analisa as características da AA e conclui que uma delas é “a menção textual prévia de um referente diferente, mas inferencialmente associável ao da expressão anafórica associativa, que lhe possibilita a saturação ‘sob o modo conhecido’ e lhe confere o caráter ‘indireto’ e ‘não correferencial.” Pela exposição, a AA é formada por dois termos que são inferencialmente associados, mas que estão referenciando objetos diferentes, como no exemplo que tem sido trabalhado como típico de AA:

(17) Chegamos a uma cidadezinha. A igreja estava situada no alto de um morro.

O autor entende que o termo “uma cidadezinha” é um antecedente, fonte ou desencadeador, sendo que o segundo termo, a expressão anafórica, é um sintagma nominal definido.

Os defensores da AA, apesar de admitirem que existem tipos diferentes, chegando mesmo a dividir o tema em duas concepções, “ampla” e “restrita”, concordam que há um ponto comum entre as duas correntes que é concebê-la “como uma configuração discursiva anafórica e não-correferencial, cujo referente é identificado graças a informações presentes [anteriormente] no texto, mas não é mencionado no texto anterior” (SANTOS, 2003, p.69). Trabalham com não-correferencialidade por entenderem que não há um único objeto referido por dois elementos lingüísticos.

É interessante notar que, se a AA possibilita anaforizar um termo que não foi explicitamente informado anteriormente, abre-se a possibilidade de ter um termo que

apresenta as características de uma informação nova, mas com características de retomada, de informação já dada, isso evidencia que o assunto é mais complexo que a explicação de uma anáfora não correferencial, que apresenta pistas que levam o falante/ouvinte a entender a sua presença no contexto prévio, até porque as pistas podem estar no contexto, mas há a necessidade de que estas pistas sejam entendidas e o que é que possibilita que o falante as entenda? As explicações geralmente são feitas pela inferenciação, mas o processo e os princípios/operações não são explicitados.

Note-se que as concepções ampla e restrita de anáfora associativa apresentam uma dicotomia, a primeira entende que as relações anafóricas se dão no discurso e, a segunda, por relações léxico-estereotípicas, entretanto, as duas necessitam de algum tipo de operação que, como já dissemos, no parágrafo anterior, não são explicadas.

É perceptível que a AA apresenta um grau de processamento mais complexo do que a anáfora direta clássica, porque não retoma apenas um elemento já introduzido no discurso, apesar de que a própria anáfora direta, como vimos, pode apresentar variações quanto a isso, mas a AA apresenta um elemento que é desencadeado por um outro referente, podendo, inclusive, não ser um referente, mas um processo, como no exemplo

(18) Roubaram um quadro de Monet do museu. Os ladrões ainda são desconhecidos

O que leva o falante a entender que, se roubaram o quadro, há no processo a presença de ladrões? Na prática, não se pensa sobre isso e o processamento

acontece de maneira não consciente, mas deve haver operações específicas que garantam a produção de sentido, assim como também deve acontecer em:

(19) Compramos um carro novo. As poltronas são de couro.

É possível inferir pelo referente anteriormente introduzido, “um carro novo”, o novo referente, “as poltronas”, que recebe a predicação “são de couro.”

Geralmente se agrega predicação a um termo quando ele já foi citado anteriormente, porque uma das estratégias discursivas amplamente conhecida é a de que, em nome da boa coesão e coerência, um novo termo deve ser apresentado como um complemento verbal e nunca como o sujeito da oração, entretanto, no último exemplo, essa regra é quebrada sem o menor problema para a produção de sentido, o que justifica a fala de Santos (2003, p.69) de que o novo referente apresenta características inerentes a um objeto já introduzido no discurso.

Pela nossa observação, a relação que se estabelece entre “um carro novo” e “as poltronas” não pode e não é de itens lexicais apenas, mas está ligada ao entendimento que o falante faz de carro e de poltronas. Talvez seja por isso que Kleiber, em Santos (2003, p. 69) afirma que a associação é inferencial, mas também não explica como se processa essa inferencialidade

Um exemplo (20) citado por Santos (2003, p. 58) como AA tem também grande semelhança com um exemplo de Ilari (21), já citado como Anáfora Direta ou Correferencial, reforçando nossa tese de que a categorização de anáfora e os princípios que as explicam dão margem para outras propostas que racionalizam o número de categorias e de regras.

- (20) Comprei uma Toyota porque elas são robustas e baratas (Kleiber et al)
- (21) Um pitbul atacou a vizinha. Eles são animais extremamente perigosos e imprevisíveis. (Ilari)

Vejamos que há identidade entre os dois exemplos, apesar de estarem listados em categorias diferentes de anáforas.

Toyota é uma subcategorização de “automóvel”, que possibilita a retomada pelo pronome “elas” ao predicar toda a subcategoria denominada “Toyota”. Não é diferente no exemplo arrolado em seguida (21). Pitbull subcategoriza um tipo de cão e o pronome “eles” introduz, logo depois, uma predicação que é comum a todos os animais da raça “pitbull”.

E, nessa situação, como definir o que é Anáfora Associativa ou Correferencial ou não seria melhor, insistimos, buscar uma definição que englobasse todas as anáforas em apenas uma classificação, buscando especificar as operações básicas dessas operações?

2.4.5. Anáforas Indiretas (AI)

Esta é a última categoria de anáfora dentro do escopo a que nos propusemos discutir aqui. Nas anteriores (pronominal, direta e associativa), já observamos que uma proposta de classificação menos categorizada ou talvez com uma única classificação parece possível. Vamos agora observar o que acontece com a anáfora indireta.

As anáforas indiretas têm pelo menos um ponto comum com as anáforas associativas, visto que ambas (associativas e indiretas) quebram o conceito de anáfora correferencial, já que não apresentam antecedente lingüisticamente marcado.

Marcuschi (2005: p. 53)⁷ aponta a anáfora indireta como sendo uma estratégia endofórica “de ativação de referentes novos (...), um processo de referenciação implícita.”, exemplificando com:

- (22) Essa história começa com uma família que vai **a uma ilha** passar suas férias
 /.../ Quando amanheceu eles foram ver como estava **o barco** para ir embora e
 perceberam que o barco não estava lá.⁸

A partir deste exemplo, podemos perceber que uma expressão “uma ilha” possibilita que uma segunda Expressão seja introduzida com características de retomada, sem o ser especificamente.

O artigo definido “o” que antecede “barco”, que é o segundo elemento, gera a idéia de retomada ou de elemento já conhecido pelos interlocutores, apesar de estar sendo citado pela primeira vez.

Marcuschi (2005) entende que a anáfora indireta é um processo anafórico, portanto de retomada, apesar de entender que não há o procedimento clássico de correferencialidade, quando dois elementos linguísticos “A” e “B” se referem ao mesmo referente, portanto a anáfora indireta é um caso anafórico irregular.

⁷ No texto “Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras”, em que Marcuschi analisa as anáforas indiretas, buscando os princípios que possam configurar um *continuum* que vai das anáforas diretas às indiretas.

⁸ Para Marcuschi, o barco aparece como uma expressão nova no co-texto, mas é inegável que, no texto, é trabalhado um frame “viagem a uma ilha” em que a presença de um barco é previsível. Para o autor, a expressão “vai a uma ilha” ativa (processo de trigger) o frame, possibilitando que, à frente, seja citado qualquer elemento que possa fazer parte do frame “viagem à ilha”. Para o autor, há um processo de ancoragem na expressão “ilha” que funciona como uma âncora cognitiva.

Nessa linha, podemos analisar outros exemplos.

- (23) a. Todos os participantes da **festa** já haviam chegado e **o vinho** era português.
- b. Todo processo de **estabilização econômica** pode ser oneroso para os trabalhadores, mas **a inflação** é ainda mais perniciosa.

É muito comum, na acepção cultural de que compartilhamos que em uma festa possa ter bebidas alcoólicas e o vinho é uma dessas bebidas, o que condiciona a introdução do sintagma nominal “o vinho” em (23a).

Em (23b), aparece inflação com características de retomada, justamente porque a expressão “estabilização econômica” o permite. O entendimento fica comprometido se, em lugar do termo que condiciona a introdução do segundo elemento, no caso, “estabilização econômica”, for colocada outra expressão que não tem qualquer identidade com processos econômicos, como na situação a seguir.

- (24) O processo de **aposentadoria** pode ser oneroso para os trabalhadores, mas **a inflação** é ainda mais perniciosa.

Pelo exemplo (24), fica fácil perceber que a introdução de “aposentadoria” comprometeu a produção de sentido, alterando completamente a estrutura conhecida como anáfora indireta.

Marcuschi (2005, p. 59) dá outro exemplo:

(25) Ontem fomos a um **restaurante**. O **garçom** foi muito deselegante e arrogante.

Para Marcuschi, a expressão “garçom” ativa um referente novo que está ancorado no termo precedente, “restaurante”, assim sendo, o processo de anáfora indireta, de algum modo, reativa restaurante, fazendo com que o processo seja de ativação-reativação, entretanto, caso o exemplo seja redimensionado como em:

(26) Ontem fomos a um **restaurante**. **Ele** foi muito deselegante e arrogante.

há dificuldade de entendimento, porque o pronome *e/le* pode ativar vários referentes e não necessariamente o garçom, mas o que, no processamento discursivo, faz com que, nessa situação, vários referentes possam ser ativados?

Em uma outra situação, o pronome “ele” poderia referenciar garçom sem maiores problemas:

(27) Em nossa cidade, **os garçons** são sempre cortezes e atendem bem. Entretanto, ontem fomos a **um restaurante** e **ele** foi muito deselegante e arrogante.

No exemplo (27), dificilmente uma pessoa falante de língua portuguesa brasileira, conhecedor da estrutura de restaurante, entenderia o pronome “ele” como não sendo um garçom, mas como acontece isso? De que maneira uma expressão anterior pode possibilitar a presença do segundo termo? Entendemos que não é

apenas a expressão que possibilita isso, mas as operações que subjazem a esse processo.

Schwarz, citado por Marcuschi (2005, p.80) propõe um modelo de *continuum anafórico*, tendo a anáfora direta numa das extremidades e a anáfora indireta na outra, afirmando que

“não há uma dicotomia estrita entre as anáforas ditas **diretas (AD)** e **indiretas (AI)**. O ponto crucial em que as duas classes de anáforas divergem de um extremo do contínuo ao outro é o fato de a **AD reativar** referentes prévios e, com isso, ter alguns liames mais formais com elementos antecedentes (uma espécie de ligação referencial estrita) e a **AI** ser essencialmente processual ao **introduzir** referentes novos com base em âncoras cotextuais de natureza diversa, indo desde uma âncora lexical a uma âncora extremamente ampla situada no modelo de mundo textual.”

Pelo modelo proposto, mesmo que haja alguns princípios que diferenciem a **anáfora direta (AD)** da **indireta (AI)**, a autora centra sua atenção em dois pontos: i) o princípio básico que diferencia as duas anáforas e ii) o que está presente em ambas, de maneira a justificar seu argumento de que há um ponto de intercessão e um ponto de dicotomização.

Inicialmente, a pesquisadora afirma que há um quesito que diferencia basicamente as duas anáforas (AD) e (AI), que é a reativação de referentes nas *ADs* e a ativação de referentes novos com características de retomada, o que acontece nas *AI/s*

No segundo ponto, Schwarz aponta que, nos dois tipos de anáfora, aparece a vinculação referencial e esse ponto é importante na medida que se deixa de discutir a correferência como relação entre estruturas lingüísticas para se apontar a vinculação referencial, trazendo a discussão para um nível bem mais elevado em nível de correferenciação ou de processo.

Marcuschi (2005, p. 81), adaptando o modelo de Schwarz, propõe que as AIs podem ser classificadas em três grandes grupos com as suas subdivisões:

1. tipos semânticos baseados no léxico
 - 1.1. por papéis temáticos
 - 1.2. por SNs definidos
2. tipos conceituais baseados em conhecimentos de mundo
 - 2.1. por esquemas cognitivos
3. tipos inferenciais baseados em inferências fundadas no texto
 - 3.1. por conhecimentos textuais
 - 3.2. por nominalização
 - 3.3. por pronominalização

Nas seis classificações, segundo o autor, a *AI* tem sempre uma solução caracterizada pela busca por uma âncora, seja ela semântica (lexical), conceitual (cognitiva) ou processual (textual), alegando que em todas há algum tipo de trabalho inferencial. Assim sendo, Marcuschi estabelece alguns princípios para a anáfora indireta:

- todas apresentam uma âncora, porque não têm antecedente lingüisticamente marcado, o que lhes dá a prototipicidade de apresentar um referente novo com marcas de retomada; e
- em todas, há um processo inferencial.

Marcuschi (2005, p.83) esclarece que o sistema de ancoragem a que está submetida a *AI* se processa em geral em tempo real e por domínio cognitivo, que pode ser entendido como um conjunto de referentes que estão diretamente ligados a um determinado referente (a âncora, portanto), como quando se diz “o ônibus” e a mente do falante, em tempo real, fica predisposta a **(re)conhecer** todos os

referentes que compõem o referente “ônibus”, como pneu, roda, poltronas, motorista, trocador, passageiro etc. É esse processo que faz que o referente introduzido tenha características de retomada, é justamente porque ele é **(re)conhecido** como presente no domínio cognitivo “ônibus” e não apenas conhecido, entretanto, o autor chama a atenção para casos em que a presença de vários referentes, candidatos à âncora, pode atrapalhar o entendimento, mas não explica como funciona o processamento.

Gostaríamos de registrar que as informações que estão no contexto precisam também estar contextualizadas num discurso e que, como a solução cognitiva se dá em tempo real, em um único momento, várias outras informações estarão sendo processadas, portanto a explicação para a anáfora indireta (AI) pode estar também em operações básicas que permeiam a interlocução que é dialógica.

2.5. CONCLUSÃO

Parece-nos que a categorização de anáfora que adotamos, a compilada por Santos (2003), pode ser repensada em função logicamente de uma abordagem que privilegie uma outra concepção de análise.

A anáfora pronominal, pelos estudos aqui abordados e pelas análises registradas, pode ser intra ou interfrástica, retomar um antecedente ou ter um pronome que se antecipe ao elemento que deveria ser o termo antecedente, assim como podemos ter uma anáfora com o pronome em elipse (categoria vazia) e até pronomes que retomam um personagem, numa narrativa, já há muito tempo não

mencionado, portanto há uma riqueza de informações relacionadas ao comportamento da pronominalização anafórica que faz com que essa categoria apresente características encontradas em todas as outras classificações: anáfora direta, associativa e indireta.

As anáforas associativa e indireta, por poderem não apresentar um termo antecedente, mas pistas que são desencadeadas por uma expressão antecedente, se misturam também, inclusive, com apresentação, por parte dos estudiosos do assunto, de exemplos muitíssimo parecidos, o que nos deixa curiosos com relação à existência de princípios que se manifestam nas duas categorias, unificando-as.

Assim, podemos caminhar para duas categorias: i) anáfora com antecedente foneticamente marcado e anáfora sem antecedente foneticamente marcado, mas aqui mais uma curiosidade nos afeta, levando-nos a questionarmos se a retomada de um elemento precisa ser caracterizado por um termo que identifique especificamente aquele referente ou não seria possível que informações extras sejam adicionadas ao discurso na medida de seu uso, inclusive atualizando em tempo real a própria significação, assim um termo que “ancora” a introdução de outro elemento funciona como um mecanismo muito parecido com aquele de quando um único referente é denotado por duas expressões.

Se uma expressão antecedente, de alguma maneira, traz à mente do falante as condições necessárias ao entendimento de um referente novo, o processo pode até ser diferente do ponto de vista da relação estrutural, mas pode ter, em seu interior, mecanismos também comuns.

Esse estado de coisas apareceu aliado à informação de que, em todas as classificações de anáfora, os autores entenderam que há a necessidade de inferência para sua solução. Não estaria a inferência relacionada com a capacidade

sócio-histórica e cognitiva de o ser humano processar as informações de acordo com determinados princípios que estão presentes no processamento de todo tipo de anáfora.

Se os estudos de anáfora têm evoluído da análise formal para processos sócio-cognitivos e, em função da dificuldade que estamos percebendo de diferenciar os tipos anafóricos, pelo arcabouço teórico tradicional, entendemos que há grande possibilidade de as anáforas poderem ser, do ponto de vista processual, vistas como uma única categoria, derivada de um processo único, estabelecendo, para isso, um conjunto de princípios que explique todas as anáforas.

Por isso, o objetivo desta pesquisa é verificar a possibilidade de explicar a anáfora (com ou sem antecedente foneticamente marcado) de uma maneira unificada, pela adoção de um modelo de processamento discursivo.

Neste capítulo, ficaram registradas as dificuldades encontradas nas classificações existentes de anáfora, ficando facilmente demonstrado que há características atribuídas a uma classe anafórica que acabam sendo também encontradas no quadro teórico de outra classificação, tornando as atuais tipologias um assunto de difícil entendimento e até permeado de inconsistências.

Não se descarta, de maneira alguma, o peso e a contribuição de tantos trabalhos que têm sido produzidos há séculos, pelo contrário, esta dissertação só é possível graças ao construto teórico-metodológico já existente e logicamente a sua própria evolução, sendo reconhecido por este pesquisador que cada corrente científica está devidamente fundamentada. Entretanto, observando os pontos registrados nesta conclusão de capítulo, vamos buscar metodologicamente provar que:

- cada espaço de referência integrado a um domínio integrado condiciona a inserção e/ou interpretação de expressões lingüísticas introduzidas pelas operações de predicação, sendo excluídas todas as expressões que não entram adequadamente na consistência do domínio ou que, entrando no domínio, produzem nele uma reconfiguração que não se mostra consistente.

Para buscar o objetivo, corroborando ou não a hipótese, esta dissertação terá mais três capítulos:

- capítulo III – teorias do processamento discursivo, em que serão apresentados os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentarão a análise do corpus;
- capítulo IV – tratamento do corpus, quando o modelo de análise proposto será testado nos exemplos já inseridos na dissertação e outros que julgemos necessários, de maneira a verificar a possibilidade de responder às questões colocadas no início desta seção e corroborar ou não a hipótese; e
- capítulo V – Conclusão.

CAPÍTULO 3

UM MODELO DE PROCESSAMENTO DISCURSIVO ADOTADO

3.1. Introdução

Neste trabalho, objetiva-se explicitar os princípios e/ou mecanismos teórico-metodológicos que utilizaremos em nossa tentativa de verificar a hipótese aqui adotada, segundo a qual cada espaço de referência integrado a um domínio de integração condiciona a inserção e/ou interpretação de expressões lingüísticas introduzidas pelas operações de predicação, sendo excluídas todas as expressões que não entram adequadamente na consistência desse domínio a que também podemos chamar de rede ou que, entrando nessa rede, produzem nela uma reconfiguração que não se mostra consistente.

Esta hipótese, tal qual formulada, postula que há princípios e/ou processos envolvidos na produção e interpretação de anáforas que se definem na interface entre sintaxe e semântica e que são importantes para a compreensão do fenômeno em questão.

Para a verificação de nossa hipótese, vamos adotar uma possível integração de princípios teórico-metodológicos fornecidos pela Teoria da Integração Conceitual (Fauconnier & Turner, 2002) e pela Teoria da Enunciação tal como enunciada por Benveniste (1989).

Para explicitar a integração que propomos destas duas teorias, trataremos, neste capítulo, de quatro tópicos: a) a noção de referência e correferência adotada; b) espaços mentais e processamento discursivo; c) instâncias de enunciação como espaços mentais; e d) integração conceitual e processamento discursivo, tópico em que rerepresentaremos, com exemplos, o nosso objeto de estudo, agora à luz da integração dos princípios teórico-metodológicos a serem utilizados numa análise sistemática do fenômeno no Capítulo IV.

3.2. A Referência e a Referenciação

Desde que o homem começou a se indagar sobre a origem de tudo, inclusive da sua própria, tornou-se intrigante e desafiadora a busca de respostas para explicar de que maneira uma expressão lingüística recebe significação ou de que maneira a língua referencia o mundo.

Uma das faculdades inerentes ao ser humano é a capacidade de pensar, entretanto, o como se configura o pensamento humano e, por conseqüência, a fala é motivo de curiosidade dos estudiosos da linguagem, assim como de estudiosos de várias outras correntes da filosofia e da ciência.

Uma afirmação de Bakhtin (1991, p.112) parece interessar neste momento da discussão, ao asseverar que "não existe atividade mental sem expressão semiótica", ou seja, todo pensamento viabiliza-se por meio da materialização simbólica ou lingüística, pois é o processo de caracterização lingüística, verificado através da sua

faceta física (som ou escrita), que “materializa” o pensamento, possibilitando o diálogo com o outro ou o diálogo interior consigo mesmo.

Alguns sentimentos parecem não ter a expressão exata que os conceitue ou os caracterize, entretanto, bem ou mal, o falante consegue, cada qual do seu jeito, buscar “registrar” todas as suas sensações por mais internas que sejam, mesmo que se questione que, por meio das palavras, não se consegue demonstrar todas as características de todo sentimento.

Benveniste (1991, p.68) corrobora o postulado bakhtiniano quando, dissertando sobre as categorias de pensamento e de língua, registra que *“por mais abstratas ou particulares que sejam as operações do pensamento, recebem expressão na língua. Podemos dizer tudo e podemos dizer como queremos.”* O mesmo raciocínio é compartilhado por Peirce (2000, p.39), afirmando que *“é errado dizer que uma boa linguagem é simplesmente importante para um bom pensamento, pois ela é a própria essência deste.”* A língua, nessa linha, fazem parte do processo do próprio pensamento, portanto está diretamente ligada às atividades mentais.

Oliveira (2001, p.18), participando dessa discussão, diz que

“É o significado uma relação causal entre as palavras e as coisas? Será ele uma entidade mental? Ele pertence ao indivíduo ou à comunidade, ao domínio público? Essas perguntas, caras ao semanticista, levam inevitavelmente a enfrentar a questão espinhosa da relação entre linguagem e mundo e conseqüentemente a buscar uma resposta sobre como é possível (se é que é possível) o conhecimento. “

Há séculos, pessoas estudam a produção do sentido, através dos estudos semânticos. Desde que o homem começou a indagar sobre a origem de tudo, portanto da sua própria, tornou-se intrigante e desafiadora a busca de respostas para explicar de que maneira uma expressão lingüística recebe significação ou de que maneira o ser humano, por meio da língua, referencia o mundo.

Desde a Antigüidade Clássica, muitos autores analisam, seja pelas vias da filosofia ou das ciências lingüísticas e psicológicas, a relação que o ser humano estabelece consigo mesmo e com o universo que o rodeia, produzindo sentido, estabelecendo-se especialmente os estudos semânticos.

Segundo Lyons, citado por Santos (2003, p.21), o termo “semântica” é de origem relativamente recente, foi criado no século XIX a partir de um verbo grego que quer dizer “significar”, mas o interesse pelo estudo de significação das palavras vem desde os primeiros tempos.

Chierchia (2003, p.40) agrupa as abordagens de Semântica em três famílias: i) a chamada abordagem denotacional, proveniente da lógica da filosofia da linguagem anglo-saxônica que define o significado em termos de verdade e referência; ii) a segunda, intitulada de abordagem pragmático-social é inspirada principalmente nos trabalhos da segunda fase de Wittgstein e atribui o significado às convenções sociais; e iii) abordagem representacional, que se consolidou recentemente, sobretudo entre os psicólogos e os pesquisadores da inteligência artificial, e atribui ao significado a captação mental quando se usa uma expressão.

Santos (2003, p.17) afirma que, na produção de significação, portanto na constituição da referência pelos seres humanos, *“o fato de palavras [parecerem] (...) tomar o lugar de coisas sempre fascinou os filósofos, por mais prosaico que ele possa parecer”*, mas será que realmente as palavras tomam o lugar das coisas?

Referência tornou-se um nome muito difundido na relação entre as palavras e as coisas, entretanto, “tradicionalmente, tende-se a distinguir **referência** ou **denotação** de um signo e o seu **significado** ou **sentido**. Diz-se que uma expressão denota ou se refere à sua referência, mas “exprime” o seu sentido,” embora palavras como designação e denotação ainda sejam muito usados.

Santos (2003) cita alguns fatos históricos que parecem justificar a predominância do termo referência, como i) a tradução inglesa do artigo de Frege, *Über sinn und bedeutung* (Frege, 1948), feita por Max Black, que traduziu o termo fregeano “*bedeutung*” por “*reference*”, referência, portanto; ii) o artigo de Strawson, *On Referring* (1950); e iii) o peso dos trabalhos de Quine que colocou o assunto referência como uma das questões fundamentais da Filosofia e da Lógica da Linguagem.

Santos (2003, p.17) ainda contribui com a informação de que, apesar de muitas pessoas atribuírem a Frege o esquema conceitual de referência, sua origem remonta ao texto “Sobre a Interpretação”, de Aristóteles, quando foi concebida a idéia de que “*uma expressão e seu referente estão relacionados mediatamente, por meio da propriedade ou do conteúdo conceitual expressado pela expressão*”.

Para a contextualização do tema “referência” neste trabalho, uma amostragem das principais correntes de pensamento que interessam a esta pesquisa é necessária, mas estarão metodologicamente distribuídos de acordo com as três abordagens de Chierchia (2003, p.40): **i) abordagem denotacional; ii) pragmático-social; e iii) representacional ou mentalística.**

3.2.1. A noção de Referência na Abordagem Denotacional

Segundo Chierchia (2003, p. 45-9), as perspectivas que se fundamentam na abordagem denotacional buscam explicar o que seja comunicar: “uma língua é constituída por um conjunto de palavras e de regras para combiná-las e as palavras

são associadas por convenção a objetos” (isto é, os denotam), isso pode ser exemplificado com Luciano Pavarotti, nome que está diretamente associado a um famoso cantor (tenor), portanto o denota, ou seja, aponta, entre milhões de pessoas, uma especificamente.

Na mesma perspectiva, não há distinção entre os conceitos de denotação e sentido ou significado e a proposta de distingui-los pode ser feita informalmente e tem suporte no fato de se pretender classificar os enunciados como verdadeiros ou falsos. *“Aquilo que chamamos informalmente de significado de uma sentença consiste nas condições em que ela é verdadeira; estas condições dependem da referência dos termos de que a sentença é constituída.”* (CHIERCHIA, 2003, p.47)

Pode-se verificar que a relação dos termos com o referente acontece como se houvesse um sistema de etiquetamento em que cada termo descreve o objeto denotado, possibilitando a verificação da veracidade da relação termo/objeto.

Essa linha de pensamento teve sua origem nos estudos formais que remontam a Crátilo, de Platão, ano 388 antes de Cristo, em que o autor se posiciona em relação à pergunta: por meio de que uma expressão adquire a sua significação?

Como indaga Oliveira (1996, p. 18), introduzindo a análise da abordagem de linguagem em Platão, será que denominamos as coisas, os seres, as idéias, os conceitos, ou seja, tudo por um *convencionalismo lingüístico* ou será que as coisas são denominadas em função de um *determinismo natural*?

Platão fez, em Crátilo, o que hoje é visto como uma crítica da linguagem, tentando responder à pergunta *“por meio de que uma expressão adquire sua significação?”* De acordo com Oliveira (1996, p. 18), para responder à pergunta, o filósofo admite, através de dois personagens, duas linhas: i) Crátilo, pensador heraclitiano, defende o naturalismo (*physei*) apregoando que “cada coisa tem nome

por natureza”; ii) por outro lado, por meio de Hermógenes, defende que “a significação é fruto da convenção e do uso da linguagem (*synteke kai homologia*)” e, neste trabalho, o uso da linguagem, a partir de uma visão pragmática também é importante e será explicitado utilizando-se de pressupostos fornecidos pela abordagem Cherciana (2003) que diz respeito a fundamentos pragmático-sociais.

Pode-se observar que, já em Sócrates, aparece a idéia do etiquetamento dos objetos por convenção, ficando o tal movimento conhecido por convencionalismo em oposição aos naturalistas que defendiam que a relação entre nome e objeto se dava de maneira natural.

Aristóteles elabora a teoria da significação, que passou a agregar o componente mental, perfazendo um modelo triádico na composição da significação que passa a ter como elementos a palavra, o objeto e o componente mental, como pode ser observado na passagem:

“Este convencionalismo puro, que afirma a pura arbitrariedade da referência lingüística, desaparece a partir de Aristóteles e só reaparece no pensamento contemporâneo. Aristóteles foi o primeiro a inserir entre o nome e o seu designado *a afeição da alma*, a representação ou conceito mental (idéia ou palavra interior ou qualquer outra denominação que venha a ter em seguida) que cinde e articula a relação entre o nome e o seu designado. A inserção desse termo permite reconhecer, ao mesmo tempo, o convencionalismo da L. e a necessidade dos seus significados. Aristóteles de fato afirma que “um nome é um vocábulo semântico segundo convenção”, entendendo com “por convenção” que “nada é nome por natureza, mas apenas depois de se tornar símbolo” (De interp. 2, 16 a 18; 26-28). As palavras, como sons vocais ou sinais escritos, não são as mesmas para todos; no entanto, referem-se às “afeições da alma que são as mesmas para todos e constituem imagens de objetos que são os mesmos para todos” (ABBAGNANO, 2000)

Essa abordagem aristotélica tem para este trabalho uma grande importância, uma vez que adotaremos uma visão de linguagem como uma atividade interacionista, em que a criação e integração de espaços mentais exercem um papel semelhante ao do “terceiro termo”, as funções da alma, mentais, de Aristóteles.

Entretanto, Aristóteles trabalhava um outro fator, como constata Oliveira (1996, p.27), ao afirmar que, para a linha aristotélica, “*todo discurso está na verdade.*” Essa afirmação nasce em função de Aristóteles se posicionar como ferrenho crítico aos defensores dos sofistas, entretanto, o que importa aqui é a força que Aristóteles dá às condições de verdade.

O conceito de valor de verdade, naquela ocasião, se referia à exata relação das palavras com os objetos referenciados, o que não adotaremos neste trabalho, porque não concebemos a referência como uma relação linear entre palavras e objetos. A referência a Aristóteles é importante para buscar a origem da conceituação que, no decorrer dos tempos, é aprimorada, como pode ser verificado na colocação moderna de Chiechia (2003, p.542), que, ao analisar os princípios da pressuposição, afirma que condições de verdade acontecem quando há o atendimento às condições que asseguram a interpretabilidade de uma sentença, ou seja, a relação de verdade que envolve o uso da língua passa a ser a presença de todos os recursos necessários a que haja a interpretação, recursos que serão, neste trabalho, considerados essenciais à produção de sentido, a que chamaremos de sócio-cognitivos.

Nessa acepção, o valor de verdade de Aristóteles, que buscava assegurar a relação entre conceito e objeto é importante, neste trabalho, com a adequação do conceito, passando a conceituar as condições necessárias à interpretabilidade comunicacional, representando, pois, a existência de todas as condições sócio-cognitivas para que haja a referência.

Tem-se, portanto, na acepção aristotélica, que: i) os objetos são os mesmos para todos; ii). as afeições da alma, como imagens dos objetos, são as mesmas para todos; iii) as palavras escritas ou faladas não são as mesmas para todos. Desta

forma a relação palavra-imagem mental é convencional, ao passo que a relação imagem mental-coisa é natural.

A primeira pode mudar sem que mude a segunda e é apenas a imutabilidade ou necessidade da segunda que determina a estrutura geral da Linguagem, que depende da “união e separação” dos signos, da forma como eles se unem e se separam, e não do convencionalismo dos sinais.

Retornando ao contemporâneo Chierchia (2003, p.46), resgata-se a visão aristotélica ao afirmar que expressões podem ter a mesma referência, mas interpretações diferentes, o que se exemplifica ao afirmar que “Clintom” e “presidente dos Estados Unidos eleito em 1992” podem ter o mesmo referente ou designado, ou seja, o cidadão americano Clintom que foi eleito presidente dos Estados Unidos em 1992, mas pode apresentar interpretações diferentes, à medida que, por exemplo, para os seus familiares, a expressão Clintom apresenta vários sentidos ou representações mentais que a maioria dos eleitores norte-americanos não conhece, porque a identificação do objeto pode ser convencionalizada, mas a compreensão do que seja o objeto já não é totalmente convencional, pois parte da experiência de cada pessoa.

Chierchia (2003, p.47) divide os estudos formais a partir de G. Frege, que, segundo aquele autor, passa a ser o fundador de uma lógica moderna, tendo, pois, peso na definição de conceitos semânticos na abordagem denotacional e a colaboração de Frege muito interessa nesta discussão.

Frege (1892), no seu artigo *Über Sinn und Bedeutung*, discute justamente a relação entre a recepção da informação pelo sujeito e a(s) informação(ões) provenientes do processamento do ser humano, estabelecendo a distinção entre *denotação ou referência* e *sentido*, ilustrando com o exemplo:

(28) A estrela da manhã é a estrela da tarde.

Schaff, em Santos (2003, p.24) explica o posicionamento de Frege:

“Quando perguntamos: Qual é a significação de ‘a estrela da manhã’?, Qual é a significação de ‘a estrela vespertina’”, se temos em mente o **objeto** que essas expressões denotam (do qual elas são nomes), as significações das duas expressões são idênticas, pois o **objeto** que elas denotam é o mesmo. Mas quando consideramos o **conteúdo** dessas expressões, a maneira como elas denotam seus *designata*, então suas significações se afiguram diferentes. Isso pode ser demonstrado com o fato de as pessoas poderem chegar a um acordo lingüístico sobre essas expressões e formular suas definições sem se darem conta de que estas se referem a um único mesmo objeto.”

Se a denotação dos dois termos (“estrela da manhã” e “estrela da tarde”), ou seja, do objeto referido é a mesma, melhor explicando, se o objeto apontado pelas expressões é o mesmo, mesmo assim alguma diferença de *sentido* há ao serem utilizadas duas expressões.

Denotação é, para Frege, a designação do objeto, a seleção que o ser humano faz, ao ouvir a expressão, entre os vários objetos conhecidos por ele, e *Sentido* está relacionado com as percepções pessoais do falante e, ao trocar as expressões, mesmo que o referente apontado seja o mesmo, há características pessoais que são suscitadas pela expressão, portanto são diferentes.

Frege já renunciava a visão de que referir é mais que mencionar um objeto, é estabelecer uma visão de mundo de quem fala, afinal, se assim não o fosse, não haveria mais de uma palavra para designar o mesmo referente, visão compartilhada por Marcushi (2000a, p.1) ao afirmar que “quando falamos ou escrevemos, damos a entender mais do que nossas palavras expressam (...).” A produção de sentido está ligada à visão subjetiva (individual) de cada pessoa, mas também a sua experiência sócio-histórica, condicionada pelos filtros sociais da denotação, portanto, pela

possibilidade de se ter representações pessoais, jamais um locutor terá controle sobre as percepções desencadeadas no alocutário ao pronunciar qualquer palavra.

A fala de Frege colabora no entendimento da questão:

“A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a representação que dele temos é inteiramente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que, na verdade, não é tão subjetivo quanto a representação, mas que também não é o próprio objeto.” (Santos, 2003, p.24).

Oliveira (2001,p.20-21), afirma que “*à semântica cabe o estudo dos aspectos objetivos (...) abertos à inspeção pública [e] o sentido permite chegar a uma referência no mundo*”, assim o sentido é, então, o caminho para se chegar ao objeto, configurando a referência. Nesse sentido, buscando trabalhar a percepção pessoal de cada sujeito com a relação social de que a atividade lingüística necessita, Frege trabalha três dimensões: i) a social: que é o sentido, meio pelo qual a pessoa vê o objeto e não é tão subjetivo porque passa por filtros de relacionamento e de inserção social; ii) a subjetiva: que é a representação que cada pessoa faz da sua própria realidade, é o caráter estritamente subjetivo; e iii) a ontológica: que é a referência e diz respeito ao próprio objeto.

Para exemplificar, Frege lança mão da metáfora do telescópio apontado para a lua, dizendo que a lua, com suas propriedades e existência independentes, com seus traços ontológicos, é a referência (item iii).

Já a imagem da lua, formada a partir da lente do telescópio, é o sentido, que é produzido a partir da visão pessoal, mas filtrada pelos componentes sociais presentes na formação histórico-social do indivíduo (item i). Se se muda o telescópio de lugar, vemos outra face da lua, e se se muda o tipo de lente, ampliando ou reduzindo a sua capacidade, pode-se ver características não percebidas

anteriormente ou até notar mais traços anteriormente não verificados, configurando o papel de filtro do telescópio.

A representação é a imagem mental que cada pessoa tem da lua, por isso é subjetiva, é muito comum serem encontradas pessoas que se lembram, ao olhar para o astro lunar, de passagens românticas, por exemplo.

Em Frege, já se pode notar características da visão social e até ideológica da língua, na medida que o sentido passa por processo de filtro histórico-social, demonstrando a visão fregeana de que existem facetas que são inerentes à configuração da referência e, entre elas, duas são muito importantes, inclusive, na visão contemporânea, a da questão do filtro (sentido) e a subjetiva (representação).

Há considerável evolução dentro do escopo de trabalho da abordagem da referência, ao sair de uma visão convencionalista, preocupada com as condições de verdade, que focava seu trabalho na produção de referência dos termos sem distinção entre denotação, sentido e significado, chegando, pois, a Aristóteles que apresenta primeiramente a relação palavra e objeto numa dimensão diática, chegando a introduzir a noção de alma, já com a incorporação do conceito mental, configurando a referência como um fenômeno triádico: palavra, objeto denotado e conceito mental.

O grande avanço é justamente porque a análise da referência já não se dá entre palavra e objeto, mas porque passa a ser efetivada na mente das pessoas.

Nessa linha, Frege também dá uma boa contribuição ao trabalho de estudo da referência, contribuindo na evolução dos seus conceitos, na medida que trabalha com o componente mental que apareceu em Aristóteles, denominando-o de representação, mas acrescentando que tal elemento passa por um sistema de filtro para se constituir o sentido que é interpretado por cada pessoa, mas que já não é

completamente subjetivo, o quê é importante para nós na medida que aqui se considera que as pessoas têm sua bagagem histórico-social que é construída na intersubjetividade, chamada de *background* por Chierchia (2003), ou *backstage*, na acepção de Fauconnier e Turner (2003).

Frege utiliza a figura do telescópio para exemplificar que o mesmo objeto (a lua) pode ser visto pela mesma pessoa e produzir sentidos diferentes, na mesma linha defendida por Chierchia (2003, p.41), ao afirmar que “*é legítimo supor que o significado de uma expressão seja a imagem mental a ela associada*” e é evidente que a história, portanto, o convívio social de uma pessoa, com a sua formação ideológica, interfere na leitura que fará do objeto visualizado, assim um revólver é o mesmo referente, mas com sentidos diferentes para o policial, para o assassino e para o cidadão comum.

Isso leva Chierchia (2003, p.41) a admitir a existência de um “olho da mente”, que consegue, assim como acontece com os olhos paradigmáticos, ver, reconhecer e interpretar as informações textuais. Esse olho mental é chamado por Nascimento e Oliveira(2004) de órgão lingüístico ou processador. Essa capacidade de construir sentidos diferentes a partir do órgão lingüístico ou do olho da mente interessa a este trabalho justamente por considerar o aspecto sócio-histórico que forma o *background* do sujeito, porque a visão se dá também em função de experiências sócio-históricas.

Da interpretação que aqui se faz da abordagem denotacional, na configuração teórico-metodológica da constituição de referência deste trabalho, serão considerados dois quesitos:

- há, por parte do interlocutor, na relação comunicativa, dois momentos que se sobrepõem: i) a produção da representação que é

predominantemente pessoal e ii) a produção do sentido que, mesmo sendo subjetiva, sofre a filtragem da carga ideológica que a pessoa agrega sócio-historicamente, possibilitando o aspecto convencional da linguagem;

- o ser humano é dotado de um órgão lingüístico ou processador que permite que se veja, reconheça e interprete informações textuais.

3.2.2. A noção de Referência na Abordagem Pragmático-Social

A abordagem pragmático-social toma como objeto de estudo o uso da língua no interior das formas de vida, fazendo dessa inserção parte constitutiva do sentido (Moreno, 2000, p.80)⁹.

A linguagem/língua é vista nessa acepção como uma atividade, como parte inerente à vida diária das pessoas, tratando-se de uma abordagem teórico-metodológica que centra a atenção no uso concreto da língua e nas condições de sua efetivação. Os pragmáticos, portanto, só vêem a possibilidade da utilização da língua a partir do seu caráter social, de sua utilização, ou seja, se não há uso, não há língua, a não ser como fator virtual constitutivo da linguagem.

Essa concepção de linguagem/língua que é corroborada por Cherchia (2003, p.43-44) ao afirmar que a abordagem **pragmático-social** “*qualifica o significado como uma **práxis social**, assimilando-o à maneira como as expressões são usadas*” e essa visão é incorporada como característica adotada neste trabalho para

⁹ Ensaio que analisa a obra de Wittgenstein

conceituar língua/linguagem e, conseqüentemente, a noção de semântica adotada em seu âmago, porque, neste trabalho, a linguagem é vista como atividade de interação entre locutor e alocutário, uma atividade, portanto, que se configura como objeto de estudo da pragmática, que considera a relação social, com envolvimento dos interlocutores numa relação por princípios cooperativos (CHIERCHIA, 2003, p.249).¹⁰

Partimos da premissa de que, para que haja o processo interativo, de uso da língua, há a necessidade de que o locutor e o alocutário instanciem um processo discursivo, num tempo e lugar específicos, (inter)agindo na criação da referência. (BENVENISTE, 1989).

As condições e ou princípios que estruturam a enunciação dizem respeito às operações sintático-discursivas envolvidas na configuração de instâncias enunciativas, relatadas por Nascimento e Oliveira (2004) como um momento em que um locutor, na e pela atividade lingüística, instaura e gere o processo de referenciação, referenciando-se como enunciador e, num processo dialético e dialógico, o alocutário como enunciatário.

Entende-se com instância enunciativa um modelo de organização dialógica que especifica o processo de construção de relações entre enunciador(es) e enunciatário(s), situados em um determinado tempo e espaços discursivos como fatores constitutivos da referência discursiva. Pressupõe-se que tal modelo constitui parte substancial da competência lingüística dos falantes de qualquer língua, devendo ser levado em conta em qualquer descrição do que seja linguagem, enunciação e discurso.

¹⁰ Chierchia busca a fundamentação de Grice para especificar que os interlocutores precisam desenvolver, na implicatura conversacional, princípios cooperativos de relação: seja relevante; quantidade: não dê informações de mais nem de menos; qualidade: restrinja-se ao que você tem evidências de que é verdade; modo: seja claro e organizado, evite obscuridades e ambigüidades.

Segundo Benveniste (1989, p.68): “*Todas as línguas têm em comum certas categorias de expressão que parecem corresponder a um modelo constante (...) mas suas funções não aparecem claramente senão quando se as estuda no exercício da linguagem e na produção do discurso.*” Esse “modelo constante” Benveniste o caracteriza como sendo o *Aparelho Formal da Enunciação*, que podemos representar na figura de um triângulo, em que a relação Enunciador(**E**)/Enunciatário(**Ea**) se institui num tempo(**T**) e num espaço(**E**) discursivos em que se constrói a Referência (**R**), como na representação seguinte:

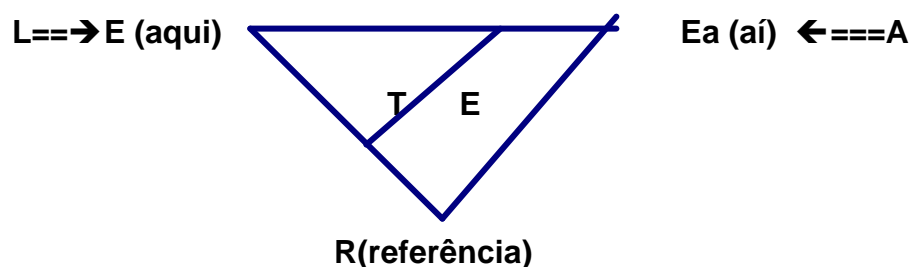


Figura 1 – Estrutura Formal de uma Instância de Enunciação

Esta representação possibilita-nos visualizar os fatores necessariamente envolvidos na instanciação do *Aparelho Formal da Enunciação*, na implementação do processamento discursivo: um locutor(**L**), que se institui como enunciador (**E**) na e pela atividade lingüística; um alocutário (**A**), co-instituído na e pela atividade lingüística como enunciatário (**Ea**); uma referência (**R**) que se constitui a partir da necessidade do locutor e do alocutário de falarem sobre um determinado assunto, ou seja, de *co-referirem* no e pelo discurso, e, finalmente, a criação e articulação de outras “*entidades lingüísticas*” para a especificação e/ou modalização de categorias envolvidas no processamento de textos (tempo, lugar, modalidade, etc).

Note-se que a relação *eu/tu (E/Ea)* é uma condição necessária para que se dê a implementação do processamento discursivo, pois ela constitui o sistema de referências pessoais necessário à instituição e articulação das Instâncias de Enunciação e esse sistema de referências indicia-se no processamento discursivo através da implementação de certas estratégias responsáveis pela construção do enunciador(**E**), do enunciatário(**Ea**) e da inter-relação entre eles.

Nesse ponto, pode-se depreender que, da abordagem pragmático-social, serão consideradas, na construção do arcabouço teórico de referência, que: i) a linguagem é uma atividade social; e ii) a atividade lingüística está condicionada ao processo de produção de instância(s) enunciativa(s), momento em que locutor e alocutário, na e pela língua, instituem a relação de referência e de correferência¹¹.

3.2.3. A Noção de Referência na Abordagem Representacional ou Mentalística.

Este trabalho incorpora à base da constituição teórica de referência a visão de que há um sistema de processamento lingüístico que tem a ver com o funcionamento do cérebro e com a mente da espécie humana. Fazer uso da língua é justamente usar essa capacidade mental.

Assumimos o que postula Chierchia (2003, p. 40-41) ao dizer que, pela atividade lingüística, se produz significado que é *‘essencialmente um modo pelo qual representamos mentalmente a nós mesmos o conteúdo daquilo que se diz’*,

¹¹ A noção de correferência adotada aqui não se mistura com a de Milner que estabelece a relação de dois termos linguísticos com um único referente. A noção aqui adotada é a de Benveniste que estabelece que, na relação entre locutor e alocutário, se processa a instância de enunciação, portanto, referir e co-referir aqui é instanciar enunciador e enunciatário, processo que só acontece na e pela língua.

adotando o posicionamento de que, ao usarmos a linguagem¹², estamos, em tempo real, construindo representações que não correspondem a fotos de uma realidade externa ao ser humano, mas construímos mentalmente a própria realidade. Parte-se do princípio de que mentalmente são ativadas redes de informações, que apresentam, na suas unidades mínimas, os espaços mentais, que são considerados, na acepção definida por Fauconnier e Turner (2002, p.40), como pequenos pacotes conceituais que são ativadas pela mente na medida que o contexto em que se forma o discurso exige.

Para que esse processo seja possível, antes mesmo da estruturação das línguas como o português, o inglês etc, o cérebro e a mente apresentam um sistema de articulação de fluxo informacional concebido que possibilita o macro-processo lingüístico do ser humano, esse sistema é uma espécie de língua da mente ou mentalês. Essa informação é corroborada por Steven Pinker que é citado por Chierchia (2003, p. 43):

“As pessoas não pensam em inglês, chinês ou apache; pensam numa linguagem do pensamento. Esta linguagem provavelmente se assemelha um pouco a todas aquelas línguas... Mas para que as linguagens do pensamento possibilitem o raciocínio, elas precisam assemelhar-se entre si muito mais do que se assemelham às suas respectivas contrapartes verbais e é possível que elas sejam uma mesma língua: um mentalês universal. Conhecer uma língua, portanto, é saber como traduzir o mentalês numa seqüência de palavras, e vice-versa.”

Nessa perspectiva, adota-se aqui, como componente do nosso quadro teórico-metodológico, que há, nos seres humanos, uma faculdade¹³ que os distingue dos demais animais, ligada à racionalidade, conseqüentemente ao raciocínio e, portanto, à estruturação lingüística, possibilitando-lhes serem “*capazes de combinar*

¹² Linguagem é vista neste trabalho como o uso da língua em situação socialmente regulada, pois pressupõe a existência de locutor e alocutário.

¹³ Também denominada “aspecto criativo da linguagem”

itens de um conjunto de elementos segundo certos princípios básicos e universais, que são em número finito, de modo a gerar um número infinito de sentenças novas." (MIOTO, SILVA & LOPES, 2004, p.8) e o uso dessa faculdade acontece sempre em tempo real, ou seja, apenas em efetivo uso, portanto, a referência passa a ser entendida como processo, vendo a linguagem como atividade e, como atividade processual, passa a ser chamada de **referenciação**.

3.2.4. Da Referência à Referenciação

O quadro teórico-metodológico adotado nesta pesquisa para a conceituação de referência se alimenta nas três abordagens descritas anteriormente, entretanto, como o assunto referência é complexo, julgamos ser necessário fazer algumas ponderações.

Da abordagem denotacional, na constituição do conceito de referência deste trabalho, serão considerados dois quesitos: a) há, por parte do interlocutor, na relação comunicativa, dois momentos que se sobrepõem: i) a produção da representação pela qual o falante constrói a sua própria realidade que é predominantemente pessoal; e ii) a produção do sentido que, mesmo sendo subjetivo, sofre a filtragem da carga ideológica que a pessoa agrega sócio-historicamente, possibilitando o aspecto convencional da linguagem; e b) o ser humano é dotado de um órgão lingüístico ou processador que permite que se vejam, reconheçam e interpretem informações textuais.

Os quesitos arrolados são importantes porque definem, na situação de produção de sentido, primeiro, que o ser humano dispõe de um processador, portanto, princípios gerais têm que existir, senão, em cada pessoa, o processo seria de uma maneira diferente; segundo, especifica que o falante tem sua representação subjetiva, portanto, não há controle de uma pessoa sobre a outra no processo de comunicação, entretanto, como terceiro ponto, há filtros que são produzidos à medida que a pessoa vive e convive com seus pares.

Essa linha teórica explica, por exemplo, o porquê uma pessoa que é criada com fundamentalistas religiosos têm uma maneira de pensar que, geralmente, difere muito de outros que, na sua relação sócio-histórica, no seu desenvolvimento, tem relação com pessoas menos ortodoxas. A explicação é que, mesmo tendo a sua visão totalmente pessoal das coisas, caracterizada pela representação que individualmente cada um faz, criando a sua própria realidade, o sentido engloba a própria representação e a visão que é construída pela pessoa na sua relação social, conseqüentemente, quem vive em meio a fanáticos religiosos tem uma grande possibilidade de assimilar a mesma estrutura ideológica, como pode também, por meio de outros mecanismos de interação, como leitura, absorver a ideologia de outros grupos e ter um posicionamento religioso diferente, reafirmando nossa posição de que há um “contágio social”, entretanto cada um constrói sua própria realidade.

Contudo, somente a presença desses quesitos não garante a produção de sentido, já que, por exemplo, o modelo fica carente de uma estruturação que incorpore a maneira como o falante se apropria dos instrumentos lingüísticos, como se posiciona em relação ao interlocutor.

Assim, houve a necessidade de se estruturar um quadro teórico que se alimenta em arcabouços teóricos diferenciados. Por isso, buscamos na abordagem pragmático-social, outros postulados: i) a linguagem é uma atividade social; e ii) a atividade lingüística está condicionada ao processo de produção de instância(s) enunciativa(s), processo através do qual locutor e alocutário, na e pela língua, “co-referem”, instituindo a referência.

A incorporação de construção de instâncias enunciativas ao modelo de uso da língua/linguagem objetivou justamente especificar de que maneira as pessoas operam mentalmente com o “aparelho formal da enunciação”, instituindo-se como falantes e interpretantes de um texto, na atividade languageira e se constituem como enunciadores e enunciatários, numa relação de produção recíproca e concomitante de referência. Se a língua/linguagem é usada numa relação entre duas pessoas, conseqüentemente seu uso se dá numa atividade social, mesmo que alguém pense (fale consigo mesmo), o que pressupõe a mesma pessoa se posicionar em dois pólos: locutor e alocutário (o eu e o tu).

Assim, as pessoas que cresceram participando de dois grupos sociais e lingüísticos diferentes, sendo um, fundamentalista religioso e outro, não-fundamentalista, apresentarão diferenças do ponto de vista da carga informacional sócio-histórica que acaba funcionando como um filtro na produção de sentido, sem haver detrimento de sua capacidade de criar suas representações subjetivas. Mas essas pessoas sempre usarão a língua/linguagem como atividade social, uma atividade por natureza dialógica por ter como condição básica e constitutiva a implementação e integração de instâncias enunciativas.

Se a capacidade de produção do ser humano pressupõe a existência de um órgão lingüístico, ou processador, que possibilita que se criem e se interpretem

informações textuais, esse órgão precisa operar com princípios universais que garantam a qualquer pessoa aprender uma língua natural.

Nessa perspectiva, adota-se aqui, como componente do quadro teórico-metodológico, que há, nos seres humanos, uma faculdade que os distingue dos demais animais, ligada à racionalidade, conseqüentemente ao raciocínio e, portanto, à estruturação lingüística, possibilitando-lhes serem “*capazes de combinar itens de um conjunto de elementos segundo certos princípios básicos e universais, que são em número finito, de modo a gerar um número infinito de sentenças novas.*” (MIOTO, SILVA & LOPES, 2004, p.18) e o uso dessa faculdade acontece sempre em tempo real, ou seja, apenas em efetivo uso.

Entretanto, no modelo que se constrói, ainda falta uma explicitação do tipo de trabalho que a mente desenvolve no produzir sentido ao usar a língua/linguagem. Para isso, serão agregados ao modelo de processamento discursivo que utilizaremos nesta pesquisa alguns princípios teórico-metodológicos da Teoria da Integração Conceitual, que visam a especificar de que maneira as instâncias enunciativas e outros domínios de produção de referência são integrados na produção de texto/sentido.

Partimos da idéia de língua/linguagem em uso, como atividade social, configurada a partir de princípios universais e constituintes de um órgão lingüístico que é inerente a todo ser humano, que tem como condição necessária à criação e integração de instâncias enunciativas, função do *aparelho formal da enunciação*, o componente básico da competência discursiva dos falantes. Pressupomos que tais instâncias enunciativas são domínios constituintes do processo de referenciação, o mesmo que espaços mentais (referenciais) básicos que podem acolher e integrar outros tipos de espaços mentais na produção de texto/sentido. Esses pressupostos

serão adotados para caracterizar o processo de produção de texto/sentido, daqui para a frente, denominado processo de referenciação.

Podemos concluir que a nossa posição teórica de língua/linguagem não está sedimentada sobre uma concepção da relação que as palavras têm de forma imanente com os objetos (referentes), sendo assim, não trabalharemos com o conceito de referência, mas de um processo linguageiro de produção em tempo real da própria realidade, em que cada falante constrói a sua, à medida que o discurso vai sendo produzido, sem a possibilidade de que quem fale tenha controle sobre a produção de sentido/texto que o alocutário constrói. A esse processo denominamos **referenciação** e pode ser resumidamente representado pelas seguintes premissas:

- o falante produz a sua realidade, sua representação da realidade, sem que o interlocutor tenha condição de controlá-la;
- ao mesmo tempo, se produz o sentido que é processado individualmente, mas sob a filtragem da carga informacional (ideológica) que cada pessoa estrutura na sua experiência sócio-histórica, que é o fator condicionador da convencionalidade lingüística;
- cada ser humano é dotado de uma faculdade (órgão lingüístico ou processador), com princípios universais que permite que o exercício da língua/linguagem;
- a linguagem é uma atividade social;
- a atividade lingüística está condicionada ao processo de produção de instância(s) enunciativa(s), processo através do qual locutor e alocutário, na e pela língua, “co-referem”, instituindo a referência.

A aplicação de todos esses quesitos, em funcionamento processual, perfaz a referenciação que se traduz na produção da significação pelo uso da linguagem/língua. Adotamos, pois, o processo de referenciação como uma atividade mental e social, em que o falante produz a sua realidade, sem que o interlocutor tenha condição de controlá-la, ao mesmo tempo, em que se produz o sentido que é processado individualmente, mas sob a filtragem da carga informacional (ideológica), assim como fala Bakhtin (1999, p. 122) ao assumir que a “estrutura da enunciação e da atividade mental a exprimir são de natureza social”, sendo a cadeia verbal ou mesmo a realidade da língua, portanto do pensamento, também social, o que o conhecimento sócio-culturalmente construído é filtrado socialmente.

3.3. Processamento Discursivo

A expressão “Processamento Discursivo” será utilizada neste trabalho com o sentido que lhe dão Nascimento e Oliveira (2004): *“qualquer ação de linguagem que envolva a produção de texto/sentido”*.

Assim, ao falar de processamento discursivo, estaremos nos referindo a ações de um falante/ouvinte que, utilizando a língua/linguagem, produz texto/sentido, implementando uma série de princípios e/ou processos léxico-sintático-discursivos a que os autores supracitados se referem como sendo operações de Discursivização. Isso corresponde a dizer que estamos adotando a posição de que o processamento discursivo somente acontece quando o falante

opera com os princípios constitutivos de sua competência discursiva, que engloba seu conhecimento da língua, pois, como postula Chierchia:

“... falar uma língua significa ter uma competência, isto é, um conjunto estruturado de regras, esquemas e princípios que empregamos inconscientemente para construir e interpretar sentenças. A competência manifesta-se através do uso da língua em situações comunicativas concretas” (CHIERCHIA, 2003, p.122)

Nesta perspectiva, estamos pressupondo um modelo de processamento discursivo que coloque em evidência operações sintático-discursivas básicas efetivadas pelos falantes, às quais subjazem princípios e/ou mecanismos constituintes de sua competência discursiva. Em termos operacionais, estamos adotando um modelo de processamento discursivo que pode ser representado como na figura, abaixo:

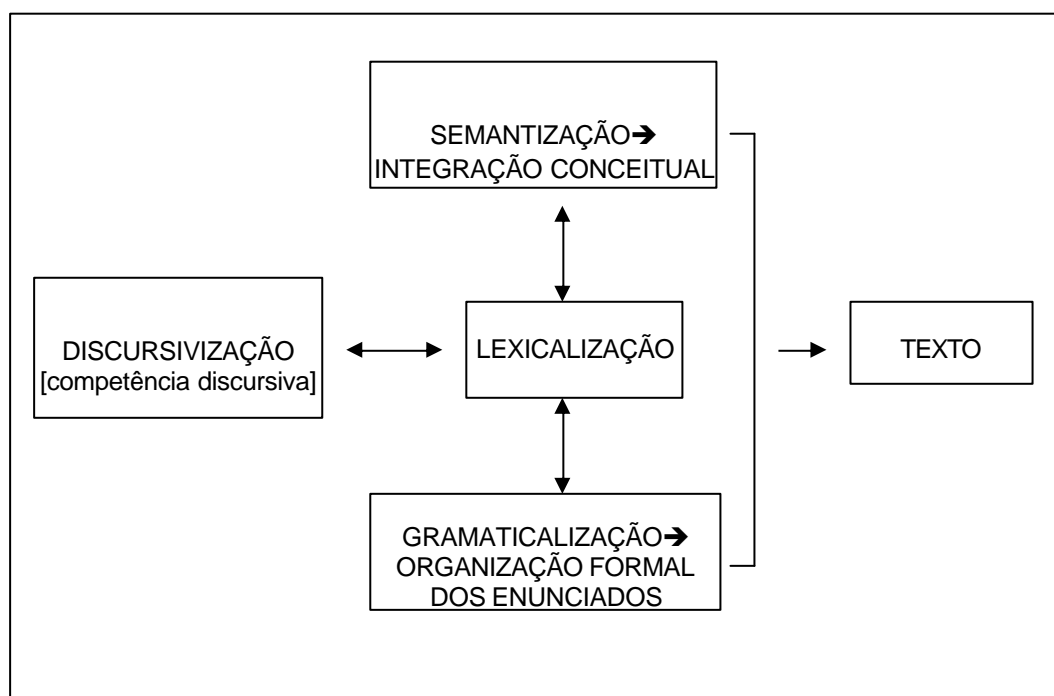


Figura 2- Processamento Discursivo¹⁴

¹⁴ Representação esquemática adaptada a partir de Martins (2000).

Com esta representação gráfica, pretende-se deixar claro que estamos postulando que a Discursivização acontece por meio da implementação de operações simultâneas de lexicalização, semantização e gramaticalização, gerando o texto ou a produção de sentido.

Por **lexicalização**, entende-se a ativação de unidades lexicais e mentais, realizada pelo falante em função de sua memória, de seu conhecimento lexical e do contexto em que ele se constitui como enunciador/enunciatário, na sua atividade de produção de texto/sentido. As operações de lexicalização são as operações básicas de discursivização: a estrutura sintática subjacente à organização dos enunciados, bem como as representações semânticas (falaremos de “forma lógica de uma língua”) são, na perspectiva aqui adotada, configuradas a partir das informações fornecidas pelos itens lexicais.

Com o termo **Gramaticalização**, referimo-nos ao conjunto de operações léxico-sintático-discursivas implementadas pelo falante/ouvinte, no processo de Discursivização, visando à organização formal dos enunciados. Ao implementar tais operações, o falante/ouvinte opera com itens lexicais que tem em sua memória e com os princípios necessários para ordená-los na materialidade dos enunciados, providenciando que *“as expressões das línguas [sejam] associadas as suas denotações pela mediação das formas lógicas”* (CHIERCHIA, 2003, p.71). Além disto, ele opera com outros mecanismos e/ou estratégias de caráter pragmático, constituintes de sua competência discursiva.

Por **Semantização** entende-se o conjunto de operações que fazem a integração conceitual, ou seja, é a conexão de informações mentais, gerando, a partir das pistas que são fornecidas pelas unidades lexicais e por princípios da gramática mental, o próprio sentido.

Portanto, adotamos que o processamento discursivo se dá com o acionamento simultâneo dos processos: **lexicalização**, **gramaticalização** e **semantização**, com a conseqüente geração de produção de sentido/texto.

Em síntese, estamos pressupondo a existência, na mente do falante, de informações que são representadas por unidades lexicais. Essas unidades são formalmente organizadas, na materialidade dos enunciados, observando-se princípios subdeterminadores das operações de gramaticalização e de semantização, possibilitando a associação som/sentido.

3.4. Integração Conceitual e Processamento Discursivo

Para Fauconnier e Turner (2002), a integração de Espaços Mentais se dá por operações constitutivas do Processamento Discursivo, portanto, suboperações básicas, necessárias ao processo de pensamento e de Discursivização, estando, portanto, diretamente ligados ao nosso objeto de estudo.

Os autores citados entendem que tais operações envolvem a ativação de nossa memória de longo prazo, bem como operações com *frames* ou blocos de informações que vão sendo acionados à medida que o processamento discursivo vai sendo implementado.

Fauconnier e Turner (2002, p. 40) postulam que:

“Espaços Mentais são estruturas parciais que contêm elementos e são estruturados por frames. Eles formam rede e são estruturados no pensamento e no discurso. Espaços Mentais são usados geralmente para formar projeções no pensamento e na linguagem.”(tradução nossa)

Os espaços mentais não são permanentes, são, portanto, dinâmicos, justamente por serem construídos a cada processamento discursivo.

Outra informação que os autores nos trazem e que se mostra muito importante em nosso trabalho é que os espaços mentais são estruturados por *frames*. Essa concepção nos apresenta uma visão processual em que os elementos do discurso são construídos no momento do exercício das competências discursivas (processo de Discursivização).

Quando alguém nos diz “a sua mãe”, nos lembramos de nossa progenitora, mas nossa mente aciona inconscientemente várias e várias informações relacionadas com ela (nossa mãe) e é de comum entendimento que há um conceito de mãe, mas que cada mãe tem as suas características individualizadas e relacionadas ao conhecimento específico de cada pessoa, é por isso que Fauconnier e Turner (2002, p.40) afirmam que os espaços mentais contêm elementos que são estruturados por *frames*, são interconectados e são usados para formar dinâmicos mapeamentos no pensamento e na linguagem, como reafirmam Fauconnier e Turner (2002, p.102) em:

“Espaços Mentais formam rede entre si na memória de trabalho e podem ser modificados dinamicamente no pensamento e no discurso e pode ser geralmente usados para formar projeções no pensamento e na linguagem. (...) Eles têm elementos e geralmente relações entre eles.” (tradução nossa)

A Discursivização, portanto, implica operações de *Integração Conceitual* que se estabelecem por meio das operações de **Identidade**¹⁵, **Integração** e **Imaginação**, que são operações básicas da mente para o processamento discursivo.

¹⁵ Fauconnier e Turner (2003) trabalham com o termo “identidade”, entretanto estamos fazendo a adaptação do termo para preservarmos o caráter processual das operações de referênciação.

Pode-se então, pela linha exposta, dizer que o ser humano opera cognitivamente constituindo e reconstituindo pequenos pacotes conceituais (os espaços mentais) que são ativados e integrados sempre que há um processo de trabalho de pensamento, como no caso da interação lingüística com as pessoas.

A integração dos Espaços num único (integrado) resulta das operações de integração conceitual, especificamente *Identificação, Integração e Imaginação*. Reportamo-nos a Oliveira, citado por Santos (2003, p.110-111), que formula a noção de rede:

- “1. A construção do saber pode ser assim caracterizada como sendo a produção de um sentido X, num tempo Y, sob um conjunto de condições J.
 2. Diremos, então, que X é uma função de Y & J (ou, X (Y, J)).
 3. Uma vez que Y e J são mutáveis, diremos também que X não é o mesmo, durante o tempo todo.
 4. Ao conjunto de condições J, composto por elementos interconectados que contribuem para a construção de um sentido X, daremos o nome de REDE (ou R).
 5. Substituindo-se J por R, em 2 acima, temos X (Y, R).
 6. R deve ser entendido como um princípio operatório, que pode variar em função de Y.
 7. Temos, portanto, X (R (Y)).
 8. A noção R que pode ser representada, portanto, por R é (Z) & X, & X, & X, onde:
 - a. os índices diferentes apontam para condições de natureza diferente.
 - b. Z indica qualquer elemento cuja natureza não se pode mensurar.
 - c. Z pode ser nulo.
 9. Qualquer X em 8 pode desencadear outro R. Portanto, R precisa ser reintroduzida, por ser de natureza recursiva. Assim sendo, devemos dizer que X em 8 deve reescrito como X é X & ... R.
- Caso algum X não seja compartilhado (por exemplo, numa relação autor/leitor ou locutor/receptor), R será opaca (pelo menos para algum dos membros da relação). Caso contrário, i.e. havendo compartilhamento, R será transparente. A construção do saber pressupõe, entre outras coisas, um processo que leve de $R_0 > R_t$.
- Outra situação que pode ser antevista é aquela onde duas R_s estão fora de sintonia, o que pode ser representado por $R_t1 \gg R_t2$. Esse é o caso onde há duas leituras possíveis que percorrem R_s diferentes.”

Pelas palavras do autor, podemos entender que temos, na atividade lingüística, três variáveis - a lingüística, a social e a cognitiva -, constituindo redes dinâmicas, que não se repetem.

Essa informação é importante para nós, porque trabalhamos com o conceito de integração, conseqüentemente de rede, gerando, a cada processo de Discursivização, um momento singular.

3.4.1. Operações de Identificação, Integração e Imaginação

Fauconnier e Turner (2003, p.15) afirmam que a mente não é um Ciclope, ela tem mais de um olho¹⁶, tem três: **Identificação, Integração e Imaginação** que trabalham necessariamente juntos e são operações básicas, misteriosas, poderosas, complexas e inconscientes, sendo o coração da mais simples possibilidade de produção de sentido, ou seja, para os autores, não há qualquer produção de texto/sentido que não envolva as três operações. Ora, isto implica que a Discursivização (constituída por **lexicalização, gramaticalização e semantização**) só se realiza pela ativação das operações básicas da mente, os chamados 3 Is (**Identificação, Integração e Imaginação**).

Identificação é a capacidade que o ser humano tem de reconhecer semelhanças, uniformidade ou diferenças, é um trabalho imaginativo complexo e inconsciente de busca de semelhanças e dessemelhanças, que faz parte de um processo maior de integração conceitual.

A operação de **Integração** propicia todo o processo de integração dos elementos que são acionados no *backstage* da cognição, ou seja, ao ter contato

¹⁶ Na versão em inglês, os autores declaram que a mente tem mais de um I, por adotarem o modelo de que a mente tem em sua base de trabalho as operações de Identidade, Integração e Imaginação, portanto os autores referem-se a cada um desses "I". A citação de olho é uma adaptação do autor desta dissertação.

com as formas lógicas e com todos os dados disponíveis no contexto em que se dá a discursivização, o falante identifica os elementos possíveis e os que não atendem ao processo comunicativo e **integra** conceitualmente as informações, de acordo com princípios universais e próprios da língua natural.

Em síntese, as operações de integração conceitual (os **3 Is**) são uma única operação que é condição *sine qua non* para Discursivização e implica sempre a implementação da **lexicalização, gramaticalização e semantização**.

Segundo Fauconnier e Turner (2002, p. 6), mesmo em ausência de estímulos externos, o cérebro humano pode imaginar, o que acontece de maneira inconsciente, consistindo num dos 3 Is que é a **Imaginação**. No caso da integração conceitual, é gerado um único Espaço ou Domínio, chamado pelos autores de *blended* que é produto do *blending* (**integração**), processo sempre criativo e imaginativo (FAUCONNIER E TURNER. 2002, p.6).

Assim, **Identificação, Integração e Imaginação** são uma única operação mental que é fatorada em três para fins de entendimento e que viabiliza a **Discursivização (lexicalização, gramaticalização e semantização)**.

Para composição de nosso quadro teórico-metodológico, registramos as conclusões desta seção:

- o **Processamento Discursivo** ou **Discursivização** pressupõe a competência discursiva do falante, constituída por princípios e/ou mecanismos de caráter estritamente lingüísticos, de um lado, e de caráter sócio-histórico-cultural, de outro;
- a **Discursivização implica todo o processo de integração conceitual** e se efetiva pelas operações de **lexicalização gramaticalização** e de **semantização**;

3.5. Integração de Instâncias Enunciativas: Operações Básicas de Discursivização

Fauconnier e Turner (2002), assim como Benveniste (1989), postulam condições necessárias à implementação do processamento discursivo. Para os primeiros, tais condições se configuram como a necessária construção e integração de espaços mentais; para o segundo, é uma condição necessária a ativação do esquema mental que ele denomina “o aparelho formal da enunciação”. Isto nos permite estabelecer pontos de convergência entre as duas teorias (da Enunciação e da Integração Conceitual), que podem ser aproveitados de maneira a se estabelecer um arcabouço teórico que atenda as necessidades deste trabalho.

A Teoria da Integração Conceitual, em momento algum, exclui a relação intersubjetiva das suas abordagens; pelo contrário, ao buscar estabelecer operações e princípios da cognição humana, especialmente aqueles que concernem à linguagem, os autores não trabalham com foco no *locus* de intersubjetividade, entretanto as suas conclusões podem perfeitamente ser aplicadas à relação dialógica da linguagem, justamente para se compor um quadro de uso da língua.

Já adotamos como postulações pertencentes ao arcabouço deste trabalho que a Discursivização se realiza pelas operações de **lexicalização**, **gramaticalização** e **semantização** que somente ocorrem porque o cérebro dispõe de uma operação de integração que aqui apresentamos fatorada em três: **Identificação**, **Integração** e **Imaginação**. Desta maneira, podemos dizer que, no

processo de Discursivização, os Espaços Mentais são integrados, gerando sentido/texto, numa operação denominada por Fauconnier e Turner (2002) como *blending*, que nós chamamos de integração.

Adotado o modelo de processamento, precisamos definir de que maneira se dá a relação entre a estrutura formal da língua da qual não podemos prescindir, como ensina Fauconnier, na apostila “Pragmatics and Cognitive Linguistics”, (p. 3), ao dizer que “nós entendemos que língua não “representa” sentido, mas induz à construção do sentido em contextos específicos, com também específicos modelos culturais e recursos cognitivos.” (tradução nossa).

Precisamos, pois, definir que papel a língua desempenha neste processo e, para isso, recorreremos a Benveniste (1989, p. 68) que entende que

“Todas as línguas têm em comum certas categorias de expressão que parecem corresponder a um modelo constante (...) mas suas funções não aparecem claramente senão quando se as estuda no exercício da linguagem e na produção do discurso.”

Este *modelo constante* definido por Benveniste caracteriza o *aparelho formal da enunciação* que vai abranger todos os caracteres formais que, nas palavras de Nascimento e Oliveira (2004), vão implementar e gerir o processamento discursivo, portanto a competência discursiva de um falante pressupõe o seu uso.

Nascimento e Oliveira (2004) descrevem os princípios constitutivos da configuração da enunciação, as unidades formais básicas constitutivas da competência discursiva, denominando-as instâncias enunciativas e apresentam o modelo da representação da tríade dos elementos que constituem o Aparelho Formal de Enunciação. Para facilitar, repetimos a Figura 1:

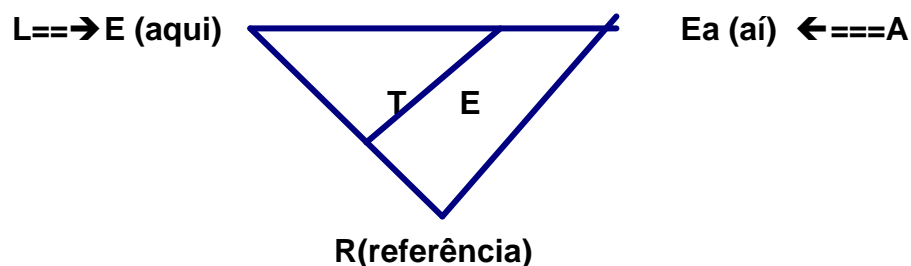


Figura 1 – Estrutura Formal de uma Instância de Enunciação

Explicam aqueles autores que a representação possibilita a especificação das

“operações sintático-discursivas básicas necessariamente envolvidas na configuração de instâncias enunciativas e, conseqüentemente, na implementação do processamento discursivo: a *ação de um locutor (L)*, que, na e pela atividade lingüística de instaurar e gerir o *processo de referenciação (R)*, referencia-se como enunciador (**En**), dialética e dialogicamente referenciando como *enunciatário (Ea)* um *alocutário (A)* a quem se dirige. Vamos nos referir a esta ação como sendo a *operação básica de referenciação (R)*, através da qual um *locutor* e um *alocutário* são referenciados como partícipes de um “evento comunicativo”¹⁷ em que “*semantizam*” determinado assunto, segundo Benveniste¹⁸, co-referindo no e pelo discurso.” (NASCIMENTO E OLIVEIRA, 2004)

As condições e ou princípios que estruturam a enunciação dizem respeito às operações sintático-discursivas envolvidas na configuração de instâncias enunciativas, consideradas por Nascimento e Oliveira¹⁹ como mecanismos básicos necessariamente implementados pelo locutor, na e pela atividade lingüística, para instaurar e gerir todo o processo de referenciação.

Assim, a enunciação caracteriza-se como um conjunto de operações (**Discursivização**) através das quais um Locutor referencia-se como Enunciador e referencia seu Alocutário como Enunciatário, situando-os num tempo e espaço discursivos, no processo de referenciação.

Benveniste (1989, p. 84) postula que, neste processo, a

¹⁷ Por evento comunicativo, adotam Nascimento e Oliveira o conceito de “aquilo que acontece quando um texto é reconhecido como tal através da produção de sentido que ele permite.”

¹⁸ Benveniste(1989: 84)

¹⁹ Em Negrei, Foltran & Oliveria (orgs), 2004, no trabalho Sentido e significação – em torno da obra de Rodolfo Ilari.

“presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância do discurso constitua um centro de referência interno. Essa situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação.”

O que este autor denomina “centro de referência interno” constituído por cada instância enunciativa pode ser entendido como o que Fauconnier (1997) denomina Espaço Mental Base ou espaço do falante. Nesta perspectiva, podemos considerar que “centro de referência interno” ou “unidade enunciativa básica” equivale ao Espaço Base de Fauconnier, ou seja, à origem e *locus* em que se integram todos os demais espaços mentais, através das operações de discursivização.

Adota-se aqui, portanto, a idéia benvenistiana de que a língua/linguagem só é possível graças à implementação do aparelho formal da enunciação, constituído por princípios que dão forma à língua no processo de Discursivização, através do qual se integram todos os espaços mentais na produção de texto/sentido.

Nesta perspectiva, entende-se que todo processamento discursivo (as operações de **Discursivização**) implica a integração de Espaços Mentais (Referenciais) em uma única instância enunciativa que corresponde ao espaço mental base, e que todo e qualquer outro espaço mental criado neste processamento é integrado no interior dessa instância enunciativa, segundo afirmam Nascimento e Oliveira (2004). A Discursivização é “a criação de um espaço de referência configurado numa, e única, instância enunciativa” formando o texto.

O tecido textual é visto neste trabalho na acepção de Beaugrande, citado por Nascimento e Oliveira (2004), ou seja, como *evento comunicativo no qual convergem ações lingüísticas, sociais e cognitivas*.

Sendo adotado aqui que as operações léxico-sintático-discursivas configuram as instâncias enunciativas e as instâncias enunciativas implicam as operações de

Discursivização (**lexicalização, gramaticalização e semantização**) que são radicadas na mente e, por isso, são viabilizadas pelos **3 Is (Identificação, Integração e Imaginação)**.

Assim , numa representação esquemática, quando alguém diz

(29) Chove

só pode tê-lo feito por ter implementado, no processo de Discursivização, uma instância enunciativa, em que se referencia numa relação enunciador/enunciatário. O falante pode, no processo de Discursivização, demonstrar por pistas léxico-sintáticas que introduz um outro enunciador, como quando usa verbo *dicendi*, como no exemplo que se segue:

(30) João disse que chovia

O falante-enunciador e locutor (**L**) implementa uma instância enunciativa ao exprimir “João”. Em um segundo momento, quando introduz o verbo “disse” o enunciador transfere a enunciação a um outro enunciador, João. Se se muda o enunciador (**En**), uma outra instância é implementada. Deste modo, podemos dizer que temos um Espaço Base (espaço do falante) ou domínio R que chamaremos de (IE0), quando **L** introduz o discurso e um segundo espaço (IE1), quando o segundo enunciador é introduzido (João), como podemos mostrar esquematicamente em

(30') IE0 [João IE1[disse que chovia]IE1]IE0

No processo de Discursivização que é instaurado, o enunciador, ao dizer “João”, exerce as operações de **lexicalização, gramaticalização e semantização**, processando **Identificação, Integração e Imaginação**, formando a instância enunciativa ou Espaço Base (espaço do falante) (IE0), num tempo e espaço da realidade do falante. Caso haja no processo de discursivização, um outro tempo, um novo espaço é integrado, assim como no exemplo seguinte.

(31) Em 1910, João disse que chovia.

(31') IE0[João IE1[em 1910 IE2[disse que chovia]IE2]IE1]IE0}

O espaço/instância zero – (IE0) – é implementado pelo enunciador que integra outro espaço mental (IE1) com a expressão “em 1910”. O verbo *dicendi* “disse” é uma pista léxico-sintática da integração de um terceiro espaço: (IE2). Assim há, no exemplo, uma integração de três espaços.

Para facilitar o entendimento do modelo que propomos, vamos fazer algumas representações com o objetivo de melhor mostrar a metodologia.

Os espaços mentais ou domínios de referência serão representados por círculos, partindo sempre da instância zero de enunciação, a partir da qual outros domínios poderão ser agregados em função do texto que estiver sendo trabalhado. A instância enunciativa zero corresponde ao espaço ou domínio R, portanto toda configuração vai apresentar um círculo como domínio R, ou seja, espaço mental ou instância enunciativa de apropriação que o falante faz do aparelho formal da língua, se apresentando como enunciador, é o ponto de partida de todo processo enunciativo. Sobre o círculo será colocado um triângulo demonstrando a existência

das condições necessárias à instância de enunciação (“eu”, “tu”, tempo e espaço e a referência).

Novos espaços mentais serão integrados quando encontradas pistas de acordo com a definição de Martins (2000, p. 58), que sintetiza os introdutores de espaços mentais (domínios referenciais), por excelência, como sendo “os advérbios de lugar e de tempo, sintagmas nominais (sujeito) + verbos epistêmicos que indicam *crença, desejo, imaginação e expectativa e construções condicionais.*”

Utilizaremos, inicialmente, os exemplos introduzidos quando da apresentação das instâncias enunciativas com o objetivo de facilitar o entendimento da relação entre instância e espaço mental.

(29) Chove.

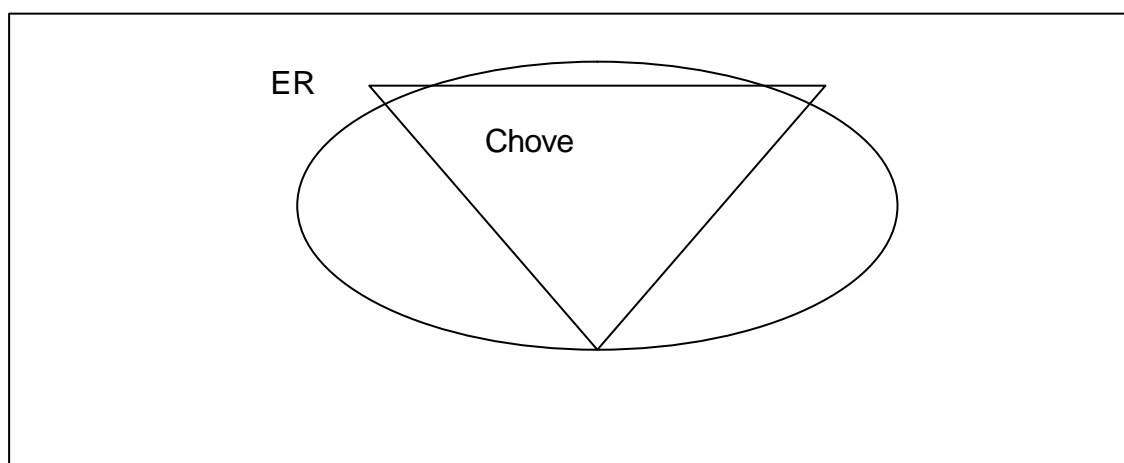


FIGURA 3
DOMÍNIO DE REFERÊNCIA INTEGRADO Σ

O exemplo apresenta o espaço/domínio R (espaço da realidade do falante) que é implementado pelo enunciador ao operacionalizar mentalmente a **lexicalização, gramaticalização e semantização** por meio do aparelho formal da língua.

Pode-se mudar o exemplo para:

(30) João disse que chovia.

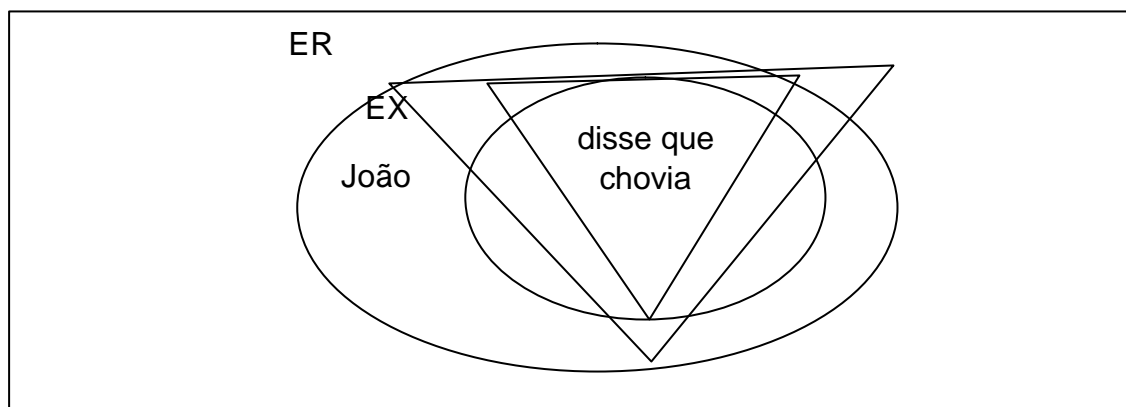


FIGURA 4
DOMÍNIO DE REFERÊNCIA INTEGRADO Σ

O enunciador, operacionalizando as operações de **lexicalização, gramaticalização e semantização**, que são viabilizadas pela operação básica da mente (**3 Is - Identificação, Integração e Imaginação**), implementa o Espaço (R), espaço da realidade do falante, ao iniciar o processamento Discursivo. Ao enunciar o verbo *dicendi* “disse”, outro espaço (instância), (EX), é integrado. Há a integração de um novo espaço porque há a mudança de enunciador.

Em um outro exemplo,

(31) Em 1910, João disse que chovia

(31') IE0[João IE1[em 1910 IE2[disse que chovia]IE2]IE1]IE0}

temos a seguinte representação:

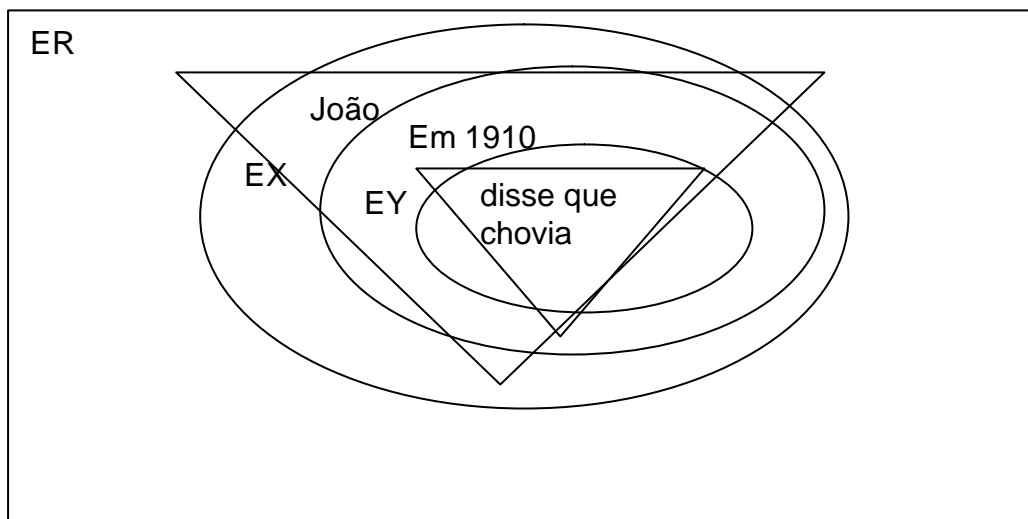


Figura 5
DOMÍNIO DE REFERÊNCIA INTEGRADO Σ

Neste processo de Discursivização, temos (IE0) ou (ER) em que o locutor se institui enunciador pelo aparelho formal; um segundo espaço mental (EX) que é implementado por meio do adjunto adverbial “em 1910” e o terceiro espaço (EY), pelo verbo *dicendi*. Na integração, temos dois enunciadores, o falante e “João”. A expressão “em 1910” é introdutora de espaço mental, entretanto, é enunciada pelo mesmo locutor ou por João, por isso apresentam-se apenas duas instâncias caracterizadas pelos dois triângulos e três espaços mentais/domínios referenciais.

No próximo exemplo, uma situação mais complexa é demonstrada.

(32) Se João chegar, vamos levar o carro, disse Maria.

(33) IE0[IE1[Se João chegar]IE1 IE2[vamos levar o carro disse] IE2
Maria] IE0

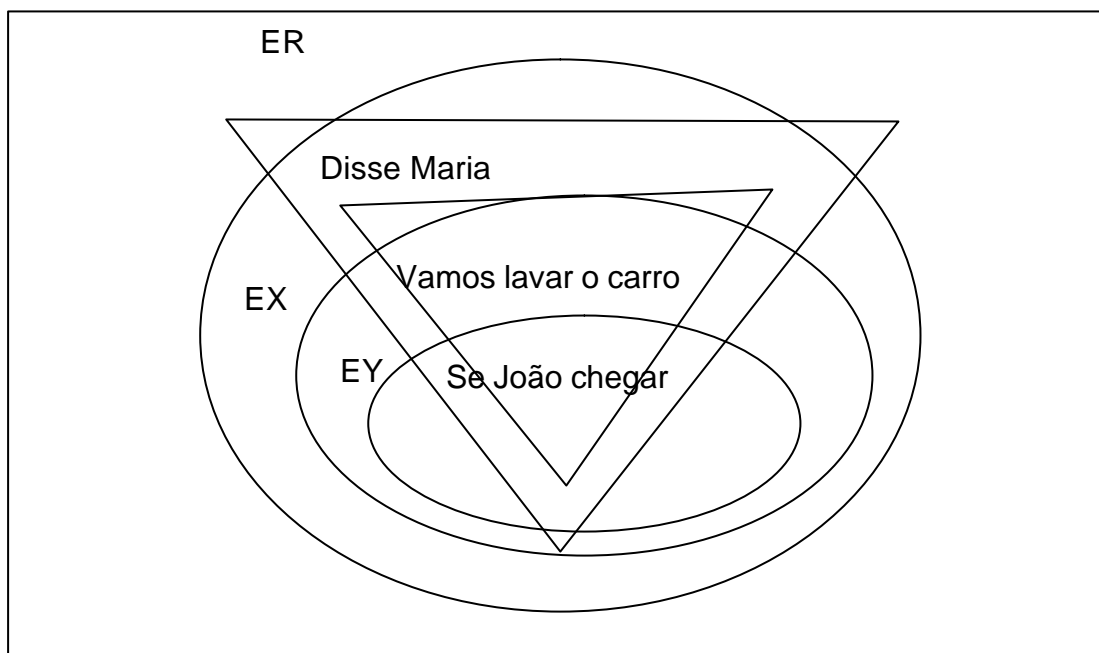


Figura 6
DOMÍNIO DE REFERÊNCIA INTEGRADO Σ

No Processo Discursivo, o locutor, por meio da operação mental fatorada nos **3 Is (Identificação, Integração e Imaginação)**, operacionalizando **lexicalização, gramaticalização e semantização**, estabelece um domínio referencial (ER) ao qual são integrados outros espaços: (EX) e (EY).

O Espaço (EX) é introduzido pelo verbo *dicendi* e apresenta outro enunciador, que é Maria. O Espaço (EY) é uma domínio contrafactual.

Podemos, pois, entender que:

- a Discursivização se processa instituindo um e único domínio de referenciação, uma instância enunciativa básica, que irá integrar os demais espaços referenciais criados e integrados em seu interior.
- A implementação e integração de domínios referenciais constituem o evento comunicativo, como um processo de construção de redes de

domínios referenciais, processo a que podemos denominar referenciação.

- Se a operação de **semantização**, concomitante às de **lexicalização** e **gramaticalização**, tendo as operações de **Identificação**, **Integração** e **Imaginação** como base de todo e qualquer processamento mental, gera o sentido/texto, **semantização**, neste processo de integração conceitual, é o próprio processo de **referenciação**.
- as Instâncias de Enunciação são Domínios Referenciais ou Espaços Mentais e, em todo ato lingüístico, tem-se pelo menos uma que é implementada quando o locutor se institui enunciador.
- novas Instâncias podem ser integradas, se houver mudança de enunciador, entretanto, um novo Espaço Mental será integrado toda vez que um novo introdutor de espaço mental for usado (os advérbios de lugar e de tempo, sintagmas nominais (sujeito) + verbos epistêmicos que indicam crença, desejo, imaginação e expectativa e construções condicionais etc).
- Se o introdutor de Espaço Mental indiciar um novo enunciador, como com os verbos *dicendi*, o novo Espaço Mental corresponderá também a outra Instância Enunciativa, mas, nas outras situações de introdutores de Espaços Mentais, não haverá outra Instância, assim toda Instância Enunciativa corresponde a um Espaço Mental, mas o inverso não é verdadeiro..

Verificamos que o processo de referenciação é o processo de **semantização** que é implementado concomitantemente com as operações de **lexicalização** e

gramaticalização que somente acontecem se decorrentes da operação básica mental dos 3Is (Identificação, Integração e Imaginação).

Por meio dessas operações, construtos conceituais, denominados Espaços Mentais ou Domínios Referenciais são integrados, constituindo um domínio referencial, único e integrado (Σ), que é o conjunto de todos os Espaços Mentais, integrados, gerando uma interconexão de Espaços Mentais.

Desse modo, é possível que as informações que estão presentes num Processo Discursivo não devam ser linearizadas, mas sempre vistas pelo conceito de rede, ao permitirem pelo falante a produção de sentido.

Por isso, vamos, no próximo capítulo estar desenvolvendo um modelo de análise focado na constituição de rede, de integração de domínios, buscando verificar se a nossa hipótese, a seguir enunciada, é válida:

- cada espaço de referência integrado à rede condiciona a inserção e/ou interpretação de expressões lingüísticas introduzidas pelas operações de predicação, sendo excluídas todas as expressões que não entram adequadamente na consistência da rede ou que, entrando na rede, produzem nela uma reconfiguração que não se mostra consistente.

Este é o arcabouço teórico de nossa dissertação e a premissa hipotetizada que será verificada no capítulo 4. Estaremos buscando provar que a anáfora pode até ser caracterizada como postulam as teorias formais, mas que princípios da integração conceitual subdeterminam o processo de anaforização.

No capítulo 5, estaremos mostrando a nossa conclusão, se corrobora a hipótese ou não.

CAPÍTULO 4

4. Discursivização e Correferenciação

4.1. Discursivização, Referenciação e Redes

Santos (2003) estudou os processos fóricos na construção da rede de referentes textuais, apresentando considerável contribuição na análise da foricidade ao trabalhar com o conceito de rede, enfocando a capacidade que o ser humano tem de, no processamento de textos, fazer inferências operando com os **Princípios de Acesso e Construtor**, na integração de domínios referenciais.

Operando com a noção de Referenciação, a autora partiu da hipótese de que os processos fóricos (anafóricos e metafóricos), incluindo, entre eles, as anáforas canônicas e correferenciais e os recursos considerados como “figuras de linguagem”, têm funcionamento similar na formação da “coesão nominal”.

No seu trabalho, a pesquisadora concluiu que os processos fóricos são construídos por meio de uma operação lingüístico-cognitiva de integração de domínios referenciais, defendendo a hipótese segundo a qual metáforas e anáforas têm um funcionamento semelhante na construção da rede de referentes textuais. Em sua proposta, dois princípios assumem um papel fundamental:

“1. o Princípio de Acesso como um princípio que possibilita que uma expressão lingüística dê acesso a um conhecimento (expresso ou não no texto) pertencente ao mesmo domínio cognitivo ou a domínio cognitivo diferente.

2. o Princípio Construtor como um princípio que, via inferenciação, integra expressões lingüísticas pertinentes a um determinado domínio cognitivo a entidades pertinentes ao mesmo domínio cognitivo ou a um domínio cognitivo diferente.” (Santos, 2003, p. 169)

Principalmente pelo Princípio 2, vê-se que há a possibilidade de um bom diálogo entre nossos trabalhos, pois, ambos operam com a integração conceitual.

Utilizando-nos do instrumental teórico-metodológico estabelecido no capítulo anterior, neste capítulo, vamos partir de algumas das proposições da análise de Santos que tangem nossa hipótese de trabalho e que julgamos pertinentes para a análise dos dados a serem aqui considerados.

Reiteramos que a metodologia que apresentaremos objetiva verificar a nossa hipótese de que **cada espaço de referência integrado à rede condiciona a inserção de expressões lingüísticas introduzidas pelas operações de predicação, sendo excluídas todas expressões que não entram adequadamente na consistência da rede ou que, entrando na rede, produzem nela uma reconfiguração que não se mostra consistente.**

Antes, porém, vamos esboçar as linhas gerais da metodologia que será usada:

- ✓ os textos que serão trabalhados formam um *corpus* constituído por textos escritos, da linguagem padrão, do gênero discursivo jornalístico e publicitário, retirados de jornais e de revistas e frases, textos colhidos aleatoriamente;
- ✓ Identificaremos, na materialidade dos enunciados dos textos, o(s) enunciado(s) que indicia(m) espaço(s) de referência e sua integração, começando por marcar a totalidade dos enunciados indiciadores do espaço integrado(r), [ERΣ]; os enunciados indiciadores dos demais

espaços serão identificados, no texto, através da notação ER_1 , ER_2 , ER_3 , ER_n e aí por diante;

- ✓ examinaremos as correferências estabelecidas, em função de nossa hipótese;
- ✓ verificaremos se nossa hipótese é corroborada, ou seja, se podemos abrir mão do conceito tradicional de correferência em função de **que cada espaço de referência integrado a um domínio de integração conceitual condiciona a inserção de expressões lingüísticas introduzidas pelas operações de predicação: são excluídas todas expressões que não entram adequadamente na consistência dessa rede (domínio de integração conceitual), ou que, entrando na rede, produzem nela uma reconfiguração que não se mostra consistente**, ou seja, deixamos o conceito de correferência para entendermos o texto/produção de sentido como uma integração conceitual ou rede conceitual.

Começamos por considerar um texto publicado pelo Jornal Estado de Minas, no Caderno Nacional, em 29/11/2000, coletado de Santos (2003, p.124), que também pesquisou e analisou o tema.

(34)²⁰ Soluções Integradas de voz, dados e Internet – AT & T business

ER? $\{$ ER₀ {"Soluções Integradas de voz, dados e Internet – AT & T business

Soluções de Internet com a qualidade AT & T. **ER₁** [Imagine uma avenida só para o seu carro.]**ER₁** É assim que os seus dados vão trafegar com os serviços da Internet AT & T. Para começar, eles estão ligados diretamente ao backbone AT & T, um dos maiores do mundo Isso significa não só uma

²⁰ A numeração do texto no trabalho de Santos é (57). Estamos continuando a numeração desta pesquisa.

grande velocidade de transmissão, mas também um comprovado padrão de qualidade nos serviços: banda variável por demanda, conexões com NAPA e backbones nacionais, fornecimento de endereços IP e muitos outros. **ER₂** [Se a sua empresa quer²¹ se conectar ao mundo, nada melhor do que usar a mesma tecnologia que conquistou inúmeros clientes em mais de 40 países. Serviços de Internet AT & T.]**ER₂** Pode procurar, você não vai encontrar melhor solução para os seus problemas de Internet.

ER₃ [Você só vai pegar congestionamento se usar o laptop no carro.]
ER₃ } **ER₀** } **ER?**

Ao “pegar a palavra” (situação default), o autor implementa as operações léxico-sintático-discursivas constituintes do processo de Discursivização, tal como especificado neste trabalho, no capítulo anterior, p. 91, ao adotarmos a seguinte definição de Nascimento & Oliveira (2004): “**Discursivização (D)**: criação, numa, e única, instância enunciativa, de um espaço de referência X, que integre, recursivamente, numa rede, todos os espaços de referência instituídos no processo discursivo”

Com a implementação da Discursivização, tal como formulada por Nascimento e Oliveira (2004), cria-se um espaço de referência, (**ER₀**), constituído por uma, e única, instância enunciativa, que irá integrar, recursivamente, numa rede, todos os espaços de referência instituídos no processo discursivo em que ocorre a produção/recepção do texto (34), no exemplo em foco: os espaços instituídos pelo epistêmico “*imagine*”, (**ER₁**), e pelos dois “se”, que instituem os espaços contrafactuais (**ER₂**) e (**ER₃**), respectivamente. A este espaço integrado(R), a “*uma e única instância enunciativa*” a que se refere Nascimento e Oliveira (2004), vamos, daqui para frente, denominar [**ER Σ**], seguindo sugestão de Cavalcante (2002, p. 67).

É neste sempre novo espaço de referência, [**ER Σ**], criado e recriado continuamente no fluir do processamento discursivo, que vão se construir,

²¹ O verbo epistêmico “querer” implementa um novo espaço mental que, por uma questão de simplificação da análise não está sendo considerado.

condicionando-se mutuamente, em uma rede, as interpretações das expressões nominais e/ou enunciados que o instituem.

Em outras palavras, as expressões nominais e/ou enunciados que, na materialidade do texto, indiciam $[ER\Sigma]$ são processados de modo a terem suas correspondentes estruturas conceituais projetadas/construídas em $[ER\Sigma]$ como constituindo uma e única rede, multidimensional, criada pela integração de (ER_0) e (ER_1) em $[ER\Sigma]$ ²².

Operatoriamente, a título de exemplo, considere-se, como se fosse a totalidade do texto, o excerto (35) abaixo:

(35) Soluções Integradas de voz, dados e Internet – AT & T business

{ERS $[ER_0]$ “Soluções Integradas de voz, dados e Internet – AT & T business

Soluções de Internet com a qualidade AT & T. **ER_1** [Imagine uma avenida só para o seu carro] **ER_1** É assim que os seus dados vão trafegar com os serviços da Internet AT & T. Para começar, eles estão ligados diretamente ao backbone AT & T, um dos maiores do mundo. Isso significa não só uma grande velocidade de transmissão, mas também um comprovado padrão de qualidade nos serviços: banda variável por demanda, conexões com NAPA e backbones nacionais, fornecimento de endereços IP e muitos outros ER_0 ERS}

Nossa hipótese é a de que **cada espaço de referência integrado a um domínio de integração conceitual condiciona a inserção e/ou interpretação de expressões lingüísticas introduzidas pelas operações de predicação, sendo excluídas todas as expressões que não entram adequadamente na consistência do domínio ou que, entrando nesse domínio, produzem nele uma reconfiguração que não se mostra consistente.**

²² Para maiores especificações sobre a noção de “Rede” adotada neste trabalho, ver Oliveira (2002), citado por Santos (2003, p. 110-111) e já transcrito, neste trabalho, na página 84.

Em outras palavras, ao se falar de “integrar”, na formulação da operação de Discursivização, tal como apresentada por Nascimento e Oliveira (2004,p.290), sendo “*a criação de um espaço de referenciação configurado numa, e única, instância enunciativa*” formando o texto, como acima: aplicada com sucesso, prevê-se que as expressões nominais e/ou enunciados que, na materialidade do texto, indiciam o espaço integrado [ER Σ] e são processados de modo a terem suas correspondentes estruturas conceituais projetadas/construídas em [ER Σ], como constituindo uma e única rede, multidimensional, criada pela integração de (ER₀) e (ER₁) em [ER Σ].

Para efeitos de demonstração, retiremos de [ER Σ] o espaço de referência (ER₁). Para isto, basta trocar o verbo epistêmico “*imagine*” por um outro verbo que não implemente um espaço de referência, como o verbo “*haver*”, por exemplo, produzindo o texto (36), abaixo:

(36) Soluções Integradas de voz, dados e Internet – AT & T business

{ERS [ER₀ “Soluções Integradas de voz, dados e Internet – AT & T business

Soluções de Internet com a qualidade AT & T. Há uma avenida só para o seu carro. É assim que os seus dados vão trafegar com os serviços da Internet AT & T. Para começar, eles estão ligados diretamente ao backbone AT & T, um dos maiores do mundo. Isso significa não só uma grande velocidade de transmissão, mas também um comprovado padrão de qualidade nos serviços: banda variável por demanda, conexões com NAPA e backbones nacionais, fornecimento de endereços IP e muitos outros]ER₀] ERS}

Note-se que [ERS], configurando-se como um único espaço integrado(R), o exemplo (36) não se sustenta como um texto, observados os objetivos publicitários que nortearam a sua produção original: as mesmas expressões e/ ou enunciados, agora, não produzem congruência na reconfiguração de uma nova rede.

Note-se que o exemplo (36) traz expressões que contêm termos ditos (ana)fóricos, tais como: **É assim; eles (estão ligados...); Isso; (mas) também.** Tais termos, interpretados em (35) na pauta da integração ER_0/ER_1 , em [ERS], são, agora, em (36), interpretados apenas em $ER_0/[ERS]$, o espaço da realidade do falante/ouvinte.

No caso da expressão “**É assim que**”, neste novo espaço, constituinte de (e constituído por) uma outra rede, perde-se a comparação entre “*carro trafegando numa avenida só para ele*” num espaço imaginário e “*dados transmitidos num meio comparável/comparado a um carro trafegando numa avenida só para ele*”, comparação compactada na expressão “**seus dados vão trafegar**”.

Em outras palavras, a expressão comparativa “**É assim que**” já não mais semantiza uma comparação entre dois espaços que se integram em [ERS], mas remete a uma comparação no interior de um único espaço, o que exige uma busca de congruência que não se efetiva.

O mesmo pode-se dizer do item lexical “isso”. No exemplo (35), “isso” faz conexão com um estado de coisas num espaço imaginário (ER_1), introduzido pelo verbo “imagine”, portanto estabelece uma relação entre o estado de coisas existente e o ideal (imaginado). Entretanto, em (36), quando a Discursivização é processada em (ER_0), já não mais se processa a relação entre o ideal e a realidade, mas tudo se passa no Espaço Mental da realidade do falante, o que, por conseqüência, quebra a consistência discursiva do texto.

Pela nossa exposição, constata-se que a introdução de (ER_1) ou a sua exclusão afeta a constituição da rede, bem como possibilita a produção de sentido/texto em função da integração dos espaços e dos elementos da rede discursiva.

Da mesma maneira, podemos analisar, no excerto (34), repetido abaixo,

(34) Soluções Integradas de voz, dados e Internet – AT & T business

{ERS ER₀ {“Soluções Integradas de voz, dados e Internet – AT & T business

Soluções de Internet com a qualidade AT & T. **ER₁** [Imagine uma avenida só para o seu carro.] **ER₁** É assim que os seus dados vão trafegar com os serviços da Internet AT & T. Para começar, eles estão ligados diretamente ao backbone AT & T, um dos maiores do mundo Isso significa não só uma grande velocidade de transmissão, mas também um comprovado padrão de qualidade nos serviços: banda variável por demanda, conexões com NAPA e backbones nacionais, fornecimento de endereços IP e muitos outros. **ER₂** [Se a sua empresa quer²³ se conectar ao mundo, nada melhor do que usar a mesma tecnologia que conquistou inúmeros clientes em mais de 40 países. Serviços de Internet AT & T.] **ER₂** Pode procurar, você não vai encontrar melhor solução para os seus problemas de Internet.

ER₃ [Você só vai pegar congestionamento se usar o laptop no carro.] **ER₃** }
ER₀ ERS }

que a incorporação do espaço (ER₃) “Você só vai pegar congestionamento se usar o laptop no carro”, que compõe a rede de integração conceitual (ER₀), é viabilizada por meio da integração de (ER₁): “Imagine uma avenida só para o seu carro”, pois, caso aconteça como mostrado em (36), quando se exclui o espaço (ER₁), trabalha-se apenas com o espaço da realidade do falante (ER₀), o que cria uma inconsistência, já que não há uma única avenida para carro de ninguém na realidade do falante, portanto o efeito de relacionar o serviço de internet sem congestionamento de tráfego com uma avenida exclusiva para o carro do leitor fica incoerente, portanto (ER₃) que mescla o espaço imaginativo (avenida única para o seu carro) com o espaço de uso do microcomputador já não teria o efeito necessário ao processo de Discursivização.

²³ O verbo epistêmico “querer” implementa um novo espaço mental que, por uma questão de simplificação da análise não está sendo considerado.

Ora, dados como estes vêm dar sustentação à nossa hipótese, segundo a qual o que conta na construção dos chamados processos fóricos, tipos de anáforas etc., não é uma simples ligação entre termos, antecedentes e conseqüentes, linearmente considerada, mas a configuração de redes no interior de domínios de referência, na construção das quais as sub-operações constituintes do processo de Discursivização (sintatização/semantização) produzem congruência entre as expressões e/ou enunciados sobre/com que operam, considerando o domínio estabelecido por espaços de referência e a sua integração.

Em outras palavras, de maneira a deixar bem claro o que dissemos, a interpretação de expressões, enunciados etc não se efetua linearmente, termo a termo, expressão nominal a expressão nominal, enunciado a enunciado; dá-se considerando, a cada momento, sua inserção num determinado domínio de referência; dá-se considerando, sempre, a função de cada elemento na construção de uma rede, num espaço de referenciação; uma rede que, no processamento discursivo, configura-se e reconfigura-se num domínio de referência, resultante da integração de, no mínimo, dois domínios referenciais. Em termos teóricos, ver os fenômenos desta maneira corresponde a rever constructos teóricos, como “*anáfora*”, “*tipos de anáfora*”, “*correferência*” e congêneres, levando-se em conta a noção de “congruência” dos elementos constituintes de uma rede constituída/constituente de/por um espaço referencial, o espaço a que denominamos [ERS].

Por essa linha de raciocínio, é possível voltarmos ao exemplo (34) e considerarmos (ER₂) que também integra/é integrado em [ERS]. A integração de (ER₂) é fundamental na geração da congruência que permite que haja uma afirmação no Domínio da Realidade do falante, que é “**Pode procurar, você não vai encontrar melhor solução para os seus problemas de Internet**”. Constata-se

facilmente isto, excluindo (ER_2) do contexto em que se processa, em [ERS]. Para isto, excluamos o “se”, responsável pela implementação do contrafactual (ER_2), fazendo, evidentemente, as adaptações mínimas decorrentes de tal exclusão, como em (37), abaixo:

- (37) **Sua empresa está conectada ao mundo. Nada melhor do que usar a mesma tecnologia que conquistou inúmeros clientes em mais de 40 países. Serviços de Internet AT & T. Pode procurar, você não vai encontrar melhor solução para os seus problemas de Internet.**

Nota-se que a inclusão, de forma congruente, do enunciado colocado em (37) depende da manutenção de (ER_2) em [ERS], o que se configura como mais uma evidência a favor de nossa hipótese, portanto mexer na integração de espaços em (ER_Σ) afeta a sua congruência: fenômeno que não se limita, pois, ao arranjo das expressões tradicionalmente consideradas “fóricas”, a composição de rede com congruência deriva-se também da constituição da rede de espaços mentais/domínios de referência.

Assim, as mesmas expressões, em rede de espaços mentais diferente, geram congruência ou incongruência diferente, como mostrado nos exemplos anteriores.

Vamos, a partir daqui, analisar os exemplos que foram arrolados no capítulo 2, quando foram mostrados os tipos de anáfora à luz da linha tradicional para podermos verificar de que maneira nossa linha de raciocínio se comporta.

4.2. Referenciação, redes e manifestações da foricidade

Se a nossa hipótese se confirma, as análises apresentadas no capítulo 2, como instanciação de anáforas, sob a fundamentação tradicional, merecem, no mínimo, uma releitura à luz de nossa hipótese de trabalho. Isso é o que faremos a partir de agora.

4.2.1. Vinculação Pronominal no Âmbito das Orações

No capítulo 2, referimo-nos à postulação de Miotto et al (2004, p.215-248) que, na perspectiva da gramática gerativa, abordam os fenômenos das ligações anafóricas, no âmbito das orações, considerando três tipos de sintagmas nominais: anáfora, pronomes e expressões-R²⁴ (p. 228-229).

Vamos sumarizar as propriedades principais de cada um desses elementos:

(38) Propriedades dos tipos de sintagma

Anáfora

- este antecedente deve c-comandar a anáfora;
- deve ter um antecedente, isto é, um elemento com o mesmo índice;
- este antecedente deve c-comandar a anáfora;

²⁴ No âmbito da referida Teoria distingue-se “**anáfora**” (reflexivos e recíprocos) de “**pronomes**”; as “**Expressões-R**” são sintagmas nominais (DPs) nucleados por nomes.

- este antecedente deve estar dentro de um certo domínio, chamado “domínio de vinculação”, que parece depender da presença de um sujeito e de mais alguma coisa para ser corretamente definido.

Pronome

- pode ter um antecedente, mas não é necessária a presença de um;
- se houver antecedente, ele não pode c-comandar o pronome dentro de um certo domínio, mas pode c-comandá-lo fora deste domínio;
- aparentemente este “domínio de vinculação” é o mesmo que conta para a anáfora, dada a distribuição complementar que existe entre pronomes e anáforas.

Expressão-R

- não precisa de antecedente, porque tem autonomia referencial;
- se houver antecedente, ele não pode c-comandar a expressão-R em nenhum domínio.”

A partir desta caracterização, os autores (MIOTO ET AL, p. 229) assim resumem os princípios que regem as possíveis ligações referenciais entre termos no âmbito das orações:

(39) PRINCÍPIOS DE VINCULAÇÃO

A: uma anáfora tem de estar vinculada em seu domínio de vinculação;

B: um pronome tem de estar livre em seu domínio de vinculação;²⁵

²⁵ Por uma questão de simplificação, não estamos especificando aqui, como bem o fazem os autores, o que se entende “domínio de vinculação”. Para os fins que aqui nos interessam, podemos entender

C: uma expressão-R tem que estar livre.

Tais princípios explicam as relações de “vinculação” ou de correferência, entre sintagmas constituintes da oração, nas línguas em geral, como pretende a Teoria em questão, inclusive entre sintagmas constituídos por “Categorias Vazias”, que instanciam os três tipos de categorias (38) considerados acima, caso que, aqui, não será considerado.

O modo como operam os princípios de vinculação formulados em (39) pode ser visualizado através dos exemplos de (40), abaixo:

- (40)
- (a) João₁ machucou-se₁
 - (b) *João₁ machucou-se₂
 - (c) João₁ disse que Maria₂ machucou-se₂
 - (d) *João₁ disse que Maria₂ machucou-se₁
 - (e) *João₁ escondeu-o₁/ele₁
 - (f) *Pedro₁ acha que Mário₂ o₂ acusou
 - (g) Pedro₁ acha que Mario₂ o₁ acusou
 - (h) *Pedro₁ acha que ele₁ o₁ acusou
 - (i) Pedro₁ acha que ele₂ o₁ acusou
 - (j) Pedro₁ acha que ele₂ se₂ acusou
 - (k) *Maria₁ viu Maria₁
 - (l) Maria₁ viu Maria₂

Dentro das definições de Mito et al (2004), o exemplo (40a) está enquadrado na categoria de anáfora, pois i) tem um antecedente, isto é, um elemento com o

por “domínio de vinculação” uma oração, ou um sintagma X, complexo, no qual se possa identificar um “sujeito” numa configuração específica. (cf. op.cit. pp. 230ss).

mesmo índice; ii) este antecedente c-comanda a anáfora; e iii) este antecedente está dentro de um certo domínio formado pelo sujeito e predicado, portanto caso prototípico de anáfora. Entretanto, descaracteriza a anáfora em (40b) por não atender aos princípios listados por aqueles autores.

A mesma definição dada para a anáfora, com todos os princípios, está presente em (40b), mas não é, geralmente, aceita pelos falantes do português, mostrando que os princípios não se aplicam de maneira generalizada a todas as estruturas prototípicas, o que acontece também com (41):

(41) João₁ viu-se₁.

No entanto, vejamos o que acontece com a integração de determinado espaço mental em (41), gerando (42):

(42) No sonho, João viu-se.

Do ponto de vista da formulação estrutural, continuamos tendo todas as características de (40a), em que fica Miotto et al (2004) admitem a existência de anáfora e de (41) que geralmente é rejeitada pelos falantes do português brasileiro, mas a mesma forma (41) passa a ser aceita e gramaticalizada em (42). Nossa explicação para o fenômeno é o seguinte:

(41') {ER_Σ [ER₀ João viu-se]ER₀] ER_Σ}.

(42') {ER_Σ [ER₀ [ER₁ No seu sonho, João viu-se]ER₁] ER₀] ER_Σ}.

O que acontece é que, em (42'), há a integração do espaço mental/domínio conceitual ER₁, por meio da expressão “no sonho”, portanto, João já não vê a si

mesmo no espaço da realidade do falante, mas no espaço do sonho do próprio João, gerando a possibilidade de a mesma pessoa ser conceitualmente entendida pelo falante como a da sua realidade e a do sonho daquela mesma pessoa. João ver-se como se duas pessoas fosse já passa a ser possível, justamente por causa da integração do espaço ER_1 .

Por esse exemplo, percebe-se que a integração de espaço à rede condiciona a inserção de expressões lingüísticas e ou a exclusão de expressões que não se adequam à consistência da rede.

Em (41'), há apenas o espaço da realidade do falante e o uso do pronome "se", passa a ser questionado, à medida que, em regra geral, objetivando-se o uso do sentido da visão, uma pessoa não consegue ver a si mesma, mas em (42'), com a integração à rede $ER\Sigma$ (domínio integrado $ER\Sigma$) do espaço ER_1 , a expressão "se" passa a ser integrada sem qualquer incongruência, porque é do senso comum que alguém pode se visualizar no sonho, como se outro corpo fosse.

Conclusão: o que define a possibilidade de aceitabilidade da expressão "se", em (42') é apenas a integração do espaço mental ER_1 .

Já para análise de (40b), em que está em questionamento a possibilidade de alguém exercer a sua ação agentiva para se machucar, vamos idealizar um cenário em que João seja um ator e que seu personagem, numa novela seja Mauro. Nessa situação, é comum, de acordo com depoimentos de atores de televisão, que as pessoas misturem o ator e o personagem, chegando mesmo a repudiar ou a elogiar as ações do personagem como se do ator fossem, até porque o ator e o personagem são, na realidade, dois perfis visualizados por meio das ações de um mesmo corpo. Nessa situação, se Mauro (o personagem) se machuca e alguém diz:

(43) {ER Σ [ER₀ João₁ machucou-se₁ ER₀] ER Σ }

(44) {ER Σ [ER₀ [ER₁ Na novela, João₁ machucou-se₁₊₂²⁶] ER₁] ER₀] ER Σ }

Para que (43) produza o sentido/texto, sem produção de inconsistências, os falantes devem conhecer João, sendo uma pessoa da sua realidade, porque, caso seja da novela, de uma peça etc, mesmo que não verbalizado, os falantes, para o entendimento, já definem a ação de se machucar fora de sua realidade, portanto já especificando o espaço mental apropriado, sob pena de, não o fazendo, terem problemas de entendimento, que normalmente é resolvido por indagações como “de que João está falando”?

Quando especificam o espaço mental que está fora da realidade do falante, João passa a ser a constituição imbricada de João e Mauro, assim o exemplo (44) mostra o que acontece com a fusão de ator e personagem na cabeça das pessoas.

Se Mauro é João e João é Mauro, quando se formula (44), a indexação do pronome reflexivo ou, na nossa linha de abordagem, na integração dos elementos dos espaços mentais ou domínios conceituais, o pronome reflexivo “se” integra João₁, mas integra também Mauro₂ que nem é citado, mas está no conhecimento socializado (comum) das pessoas.

O que permite esse fenômeno, ou seja, a inserção de expressões lingüísticas é a integração de elementos que formam os espaços mentais/domínios conceituais e, nessa acepção, a expressão registrada em (40b) passa a, dentro da perspectiva de nossos argumentos, ser aceita.

²⁶ Indexação para Mauro.

Dessa maneira, entendemos que as explicações formuladas atendem à explicação de como enxergamos, à luz de nosso arcabouço teórico, (40c), (40d), (40j), (40k) e (40l).

Para os demais exemplos, aplicam-se os princípios que Miotto et al (2004) chamam de “pronome”.

O exemplo (40e) “João₁ escondeu-o₁/ele₁” mostra a agramaticalidade com que é considerada a estrutura no modelo de Miotto et al (2004), entretanto, é comum nos depararmos, principalmente em regiões do interior de Minas Gerais, com pessoas que usam a expressão ele mesmo que pode perfeitamente ser observada quando, num depoimento, um acusado de assassinato, conta uma história que não convence alguém que diz:

(45) {ER Σ [ER₀ [ER₁ No depoimento, João₁ escondeu o [João não conhecido₂]:
sua faceta negra₃.]ER₁] ER₀] ER Σ }

(46) {ER Σ [ER₀ [ER₁ No depoimento, João₁ escondeu-o₁] ER₁] ER₀] ER Σ }

Em ambos os exemplos (45) e (46), o falante tem a intenção de comunicar que João escondeu uma faceta sua, assim como acontece com o ator e o personagem, quando amalgama-se duas pessoas numa só, portanto se esconde uma faceta, é como se João escondesse uma terceira pessoa que é ele mesmo.

O que, na nossa abordagem, acontece é que há o João da realidade do falante e há o João ainda não conhecido, portanto “João pode esconder-se” e pode “escondê-lo”. Para que exista a segunda possibilidade, deve haver a integração de um espaço mental/domínio, que torna o uso do pronome “o” e suas variações possível.

Para que alguém se mostre de maneira diferente do que é na realidade, existe a possibilidade de se construir uma idealização, fora da realidade do falante, no filme, na mentira, na peça teatral, que permite que o uso de pronomes quebre os princípios já conhecidos.

O que faz isso é a integração de espaço mental/domínio referencial, mesmo que não esteja verbalizado e se (46) é possível, (47), na mesma linha de raciocínio, também o é:

(47) {ER Σ [ER₀ [ER₁ Na sua mentira, João₁ escondeu ele₁]ER₁] ER₀] ER Σ }

Pelas nossas análises, já fica claro que espaço mental, ao ser integrado à rede, possibilita, mesmo em desacordo com os princípios formulados por outras teorias, a inserção e, conseqüentemente, a exclusão, porque incluir já é excluir outras possibilidades, de formas lingüísticas que atendem às necessidades mentais de formulação e não às necessidades de estruturação.

Da mesma maneira, podemos observar outros exemplos:

(48) {ER Σ [ER₀ Maria₁, [ER₁ durante aquele sonho estranho, cumprimentou-a₁ (a si mesma₁) ER₁]]ER₀] ER Σ }.

O que permite Maria, que deveria cumprimentar-se, cumprimentar a si mesma, com o uso do pronome “a” é a integração do espaço mental que é introduzido pela expressão “durante aquele sonho estranho”, porque Maria é a Maria da realidade do falante, mas é também, com a integração de ER₁, a Maria do sonho, portanto uma intefluência de duas pessoas, o que continua validando nossa hipótese que pode ser corroborada também nos exemplos:

- (49) {ER Σ [ER₀ Eu₁ sonhei [ER₁ que era Fischer₂ e me₂ beijava todo.]ER₀] ER Σ }
- (50) {ER Σ [ER₀ Clarice₁ está [ER₁ na estante da esquerda. Ele₁ está encadernado em couro ER₁]]ER₀] ER Σ }.
- (51) {ER Σ [ER₀ João₁ viu-o₁ [ER₁ na televisão. ER₁]]ER₀] ER Σ }

Em (49), a integração do espaço mental (ER₁), o espaço do sonho do falante, é que gera as condições discursivas para que a indexação do pronome “me” aconteça com Fischer, porque eu beijava a mim mesmo, mas vendo a Fischer.

Em (50), já o que possibilita a indexação de “Clarice” e “ele” é a integração do espaço mental pela expressão “na estante da esquerda”, o que possibilita ao falante fazer a integração com outro elemento que não está verbalizado, mas está presente no *frame* construído: livro.

Em (51), o pronome “o” está indexado a João em função da integração, com o uso da expressão “na televisão”, de espaço mental que permite a João ser o elemento discursivo da realidade do falante, mas também ser, pela introdução de ER₁, um terceiro que foi visto na televisão, apesar de ter sido visto pelo próprio João.

Uma outra possibilidade de anáfora, em nível de oração, acontece quando há, na acepção tradicional, a retomada sem a presença fonética do elemento que retoma, assim como acontece no seguinte exemplo:

- (52) {ER Σ [ER₀ João₁ ganhou o prêmio da loteria, CV₁ compareceu à agência da Caixa, CV₁ abriu uma caderneta de poupança e CV₁ se₁ escondeu]ER₀] ER Σ }.

O que percebemos aqui é que, para o elemento João, que é citado pelo falante ao “pegar a palavra” (situação default), vão sendo integradas informações, sem, entretanto, introduzir outro(s) espaço(s) menta(is), ou seja, a Discursivização se dá com a implementação da integração conceitual, que é a base de nosso trabalho.

Se formos olhar pelo prisma da estrutura, há apenas um elemento estrutural (João) para vários verbos, dando margem, portanto, para a defesa de princípios de categoria vazia ou da presença do sujeito se ratificando nos morfemas desinenciais do verbo, entretanto, pelo olhar de nossa base teórica, da integração conceitual, acontece a integração conceitual, na formação de rede.

Observemos e analisemos mais um exemplo:

(53) {ER Σ [ER₀ É... Maria₁ viu **cv**₁ [ER₁ na televisão [ER₂ontem]ER₁]]ER₂ ER₀] ER Σ }.

Mais uma vez o argumento do verbo “viu” não está presente foneticamente neste excerto, mas é ativado no processo de Discursivização, responsável pela construção do espaço interlocutivo, o que chamamos de integração conceitual. Isso também acontece em (53) que, de forma descontextualizada, gera problemas de construção de sentido, portanto de congruência e de coerência, mas, num contexto em que o objeto comprado por João, ou seja, o elemento lingüístico, está presente, como num diálogo, não há qualquer problema. Imaginemos que Maria fora entrevistada num programa de televisão que já foi ao ar e um falante questione a um terceiro se Maria se viu na televisão e a resposta sai na forma de (53).

Nossas constatações mudam radicalmente a posição tradicional de ver a língua efetivada na linearidade da estrutura lingüística e o texto, em fragmentos estruturais, mas nos catapulta para o conceito de integração conceitual/Discursivização que se processa a partir da realidade do falante, com a integração de espaços mentais/domínios conceituais, precisando, pois, pensarmos e desenvolvermos pesquisas, inclusive, para estudarmos a construção de texto, quando há um diálogo, como uma única rede de integração conceitual, independente do turno da fala, mas isso é assunto que pode ser explorado por outras pesquisas, não sendo foco deste trabalho. Para nós, basta a constatação de que, independentemente da linearização das estruturas lingüísticas, entendidas como a forma escrita ou falada, a relação fórica se dá no interior de espaços interlocutivos construídos através da Discursivização (ER_0) e que a disposição dos espaços mentais/doomínios, logicamente afetados pela composição de seus elementos, interferem primordialmente nos fenômenos fóricos.

Os exemplos nos permitem afirmar que a Discursivização se dá pela integração conceitual e que um espaço de referência integrado à rede condiciona a inserção e/ou interpretação de expressões lingüísticas introduzidas pelas operações de predicação, sendo excluídas todas as expressões que não entram adequadamente na consistência da rede ou que, entrando na rede, produzem nela uma reconfiguração que não se mostra consistente, mostrando que nossa hipótese continua válida.

4.2.2. Anáforas Diretas ou Correferenciais

No capítulo 2º, adotamos a visão de Marcuschi²⁷ (2005, p.55) para conceituarmos anáfora direta, por isso vamos revisitar aquele autor:

“em geral, postula-se que as anáforas diretas retomam referentes previamente introduzidos, ou seja, elas estabelecem uma relação de correferência entre o elemento anafórico e seu antecedente (...) na realidade, a anáfora direta seria uma espécie de substituto do elemento por ela retomado (...) é um processo de reativação de referentes prévios.”

Apresentamos naquele capítulo o exemplo clássico e tradicional de anáfora correferencial ou direta:

- (54) {ER Σ [ER₀ Bruna₁ vai passar as férias comigo. Ela₁ me disse que **cv**₁ quer ir para a praia]ER₀] ER Σ }.
- (55) {ER Σ [ER₀ Bruna₁ vai passar as férias comigo e **cv**₁ me disse que **cv**₁ quer ir para a praia]ER₀] ER Σ }.
- (46) {ER Σ [ER₀ Todos gostavam de José₁ [ER₁ que se apresentava como um verdadeiro peixe₁ quando estava dentro d'água, ER₁] não tendo estilo de natação que não lhe fosse de conhecimento. (...) **[O habilidoso nadador]**₁, (...).]ER₀] ER Σ }

O que podemos realçar nos exemplos (54), (55) e (56) é que, pelo processo de Discursivização, portanto no interior de um espaço interlocutivo (instância de enunciação) a anáfora passa a ser a formação de rede de itens correlacionados, tendo muito a haver com o que temos armazenado em um tipo de “buffer cognitivo” (Ilari, 2005, p.123).

²⁷ No texto Anáfora indireta: O Barco textual e suas âncoras.

Dessa maneira, em (54) e em (55), nossa mente identifica Bruna e vai integrando a ela todas as informações que vão sendo integradas, até que uma nova informação nos permita que a uma outra pessoa possamos integrar as informações.

Isso faz que uma nova informação integrada sempre seja direcionada para um elemento já presente na rede em função do conhecimento de mundo que o locutor e o interlocutor têm, isso permite a construção do exemplo (54), (55) e (56).

Em (56), a integração de “habilidoso nadador” a “José” se dá em função da rede de integração conceitual que correlaciona informações com base no conhecimento dos falantes envolvidos.

Se mudarmos (56) para (57):

- (47) {ER Σ [ER₀ Todos gostavam de José₁ [ER₁ que se apresentava como um verdadeiro peixe₁ quando estava dentro d’água, ER₁] não tendo estilo de nataçãõ que não lhe fosse de conhecimento. (...) **[O habilidoso atirador]**₁, (...).]ER₀] ER Σ }

O falante já passa a ter dificuldades de fazer a correlação (integração conceitual) entre “José” e “habilidoso atirador”, a não ser que haja uma informação que não está presente no cotexto, mas que faz parte do conhecimento dos interlocutores, por exemplo, a informação de que “José” é atirador de elite da polícia. Esse tipo de análise nos mostra o quanto são ricas as possibilidades de integração conceitual. Uma outra possibilidade de busca de integração que geraria dificuldades de entendimento seria em:

- (58) {ER Σ [ER₀ Todos gostavam de José₁ [ER₁ que₁ se apresentava como [um verdadeiro peixe]₁ quando estava dentro d’água, ER₁] não tendo estilo de

natação que não lhe fosse de conhecimento. (...) [**O habilidoso astronauta**]₁,
 (...).]ER₀] ERΣ}

Em (58), no processo de Discursivização, liga-se, numa rede de expressões referenciais, os itens “**José**”, “**verdadeiro peixe**”, “**dentro d’água**”. A esta série de itens constituintes de uma rede referencial, acrescentar-se-ia, sem nenhum problema, uma outra expressão do tipo “**O habilidoso nadador**”. O mesmo não acontece se, ao invés de acrescentarmos esta última expressão”, acrescentarmos a expressão “**O habilidoso astronauta**”.

A dificuldade verificada em (58) se dá pelo fato de que a informação de que José seria ou não um habilidoso astronauta não estava presente no conjunto de espaços mentais/domínios, assim como em seus elementos, mas a Discursivização apresentada em (58) não teria qualquer problema de congruência se os interlocutores envolvidos no processo de comunicação soubessem que José era, além de que “se apresentava como um verdadeiro peixe, quando estava dentro d’água”, um habilidoso astronauta, portanto, para que haja a construção de sentido/texto, as informações têm de estar integradas.

Esse exemplo nos mostra como é dinâmico o processo de Discursivização e de integração de espaços mentais, porque as informações vão sendo integradas à medida que o processo acontece, gerando congruência ou incongruência.

Ilari, citado por Santos (2003, p.65), também traz para a discussão uma outra estrutura anafórica que também está sob a égide da anáfora correferencial, que é a retomada, por meio de uma expressão, podendo, segundo análise de corpus formado por textos jornalísticos estudados pelo próprio Ilari, haver retomada de partes do contexto, sendo dado o seguinte exemplo:

- (59) {ERΣ [ER₀ O Banco Central não divulgou a carteira de cliente do Banespa. Essa foi a razão pela qual os bancos estrangeiros desistiram de participar do leilão]ER₀] ERΣ}.

Na construção da Discursivização, o falante, integra uma informação que, em tempo real, desencadeia uma série de possibilidades de integração conceitual. Percebamos que “**Banco Central**” e “**carteira de cliente do Banespa**”, principalmente o primeiro termo, já define o espaço interlocutivo e o tema “Banco Central”, conseqüentemente, mercado financeiro e suas regras passam a ser o pano de fundo para a construção da rede de integração conceitual, passando as informações integradas a gerarem rematização.

Para alguém que não conheça as regras do mercado financeiro, a desistência dos bancos estrangeiros pode lhe parecer estranha, gerando-lhe, pois, uma incongruência, mas, para quem tem conhecimento de causa (*background* comum entre locutor e interlocutor), o conhecimento de que a falta de informações sobre uma instituição é grande motivo para que possíveis compradores desistam da compra é algo comum, pois não há como mensurar valor de algo que não é conhecido. Essa rede se completa com o termo “**leilão**”, que é o forum legítimo para aquisição, principalmente de bancos desestatizados pelo Banco Central.

Assim, percebemos em 59 que há a instauração de uma rede conceitual e a integração ou correlação de elementos vai se dando em função da necessidade de comunicação que dá no espaço interlocutivo. O pronome “essa” é uma pista para a integração do processo de “não-divulgação da carteira do Banespa pelo Banco Central” que não está literalmente exposta, mas que é perfeitamente integrada pela mente de falantes que, no mínimo, conheçam as regras relacionadas ao assunto em

questão, ou seja, há limites sócio-cognitivos para as integrações. Vejamos outros exemplos:

- (60) (a) $\{ER\Sigma [ER_0 \text{ A casa de MD está uma sujeira só. Há teias de aranha penduradas até }ER_1 \text{ no lustre da sala }ER_1]ER_0] ER\Sigma\}$.
- (b) $\{ER\Sigma [ER_0 \text{ Sei caminhar e mastigar chiclete. O Presidente Ford também, mas não ao mesmo tempo }ER_0] ER\Sigma\}$.

Em (60a), o elemento *casa*, ao ser integrado, define o tópico da conversação e já delimita possibilidades de integração de novas informações ou rematização possível, gerando, na mente dos interlocutores, um *frame*, que é estruturado de acordo com o as informações socialmente construídas e “lustre de sala” é um requisito pertencente a *casa*, o que possibilita a sua integração.

Como não há, no *frame* especificado pelas condições interlocutivas, qualquer outro elemento que possa ter *lustre de sala*, a integração que gera a Discursivização que se processa em $ER\Sigma$ se dá naturalmente, sem haver necessidade de qualquer explicação a partir da relação das estruturas escritas ou faladas. A correlação se dá na rede de integração conceitual que se realiza na mente.

Em (60b), a topicalização com o verbo “saber” define, até que outro elemento seja integrado, já na situação default (quando o falante “toma” a palavra) as possibilidades de integração. Se eu sei fazer várias coisas e uma outra pessoa, também, imediatamente a mente integra o “saber” das duas pessoas, porque já há *frames socialmente* construídos, que, no caso, é “caminhar” e “mastigar chicletes”.

Trabalha-se, pois, com o conceito de saber fazer algo, ou seja, com o conceito de saber “caminhar” e “mastigar” que **não é** sabido por outra pessoa. Continua válido nosso conceito de integração de elementos e de espaços mentais.

Assim, até este momento nossa hipótese de que i) o que propicia os processos fóricos é o encadeamento de espaços mentais e elementos que os constituem, por meio do processo de Discursivização e ii) é a integração conceitual que produz a integração de espaços mentais.

4.2.3. Anáforas Associativas (AA)

Como exemplo de anáforas associativas, começamos, no capítulo 2º, com o exemplo que é considerado típico desta classe de fenômenos fóricos, à luz das teorias tradicionais.

(61) {ERΣ [ER₀ Chegamos a uma cidadezinha. A igreja estava situada [ER₁ no alto de um morro]ER₁]ER₀] ERΣ}.

Nossa base teórica também explica esse fenômeno sem ter que estar buscando “desencadeador” ou qualquer outra explicação baseada na relação das estruturas. Cidadezinha e igreja são dois elementos presentes numa cadeia de integração conceitual e, no *frame* ou no modelo mental de cidadezinha, que é sócio-construído, porque é muito comum, na cultura brasileira, em função da história do povo, existir em toda cidadezinha uma igreja e não podemos nos esquecer da fala de Fiorin (2003, p. 72): “a língua é, de certa forma, a condensação de um homem historicamente situado.”

Assim, na Discursivização, a Lexicalização acontece simultaneamente aos processos de Gramaticalização e de Semantização e, por este último, estabelece a relação, em que irão configurar a rede que vai se construindo em tempo real, e o

falante consegue estabelecer a relação entre cidadezinha e igreja. Isso acontece também nos demais exemplos de anáfora associativa do capítulo 2º.:

- (62) (a) {ER Σ [ER₀ Roubaram um quadro de Monet do museu. Os ladrões ainda são desconhecidos]ER₀] ER Σ }.
- (b) {ER Σ [ER₀ Compramos um carro novo. As poltronas são de couro]ER₀] ER Σ }.
- (c) {ER Σ [ER₀ Comprei uma Toyota porque elas são robustas e baratas]ER₀] ER Σ }.
- (d) {ER Σ [ER₀ Um pitbul atacou a vizinha. Eles são animais extremamente perigosos e imprevisíveis]ER₀] ER Σ }.

Nos quatro exemplos, a relação que estamos estabelecendo se aplica. Vejamos: em (62a), do *frame* ou do modelo mental “roubar”, faz parte o elemento “ladrão” ou “ladrões”; em (62b), do modelo mental “comprar carro novo”, podemos encontrar “poltronas” do carro comprado, tendo, portanto, apenas a relação de elementos.

Já em (62c) e (62d), existe uma lógica que é sócio-histórica-culturalmente construída, nós analisamos a raça e a classe de indivíduos para inferirmos as características do indivíduo, o que passa, portanto, a ser um princípio de funcionamento da mente.

Desse modo, a relação que se estabelece também está ligada ao processo de articulação de rede e dos elementos que estão presentes nos espaços mentais/domínios que são articulados por meio da lógica de constituição de *frames* e ou modelos mentais.

Assim, as anáforas associativas também são explicadas pelas regras de que, na Discursivização, o limite ou domínio para as conexões é o interior de uma rede

ER Σ , instaurada a partir da realidade do falante, podendo a articulação de espaços mentais interferir na conexão.

4.2.4. Anáforas Indiretas (AI)

Vamos começar nossa análise pelo exemplo de Marcuschi (2005: p. 53) também relatado em nosso 2^o. Capítulo:

(63) {ER Σ [ER₀ Essa história começa com uma família que vai [ER₁ **a uma ilha**]ER₁ passar suas férias /.../ [ER₂ Quando amanheceu]ER₂ eles foram ver como estava **o barco** para ir embora e perceberam que o barco não estava [ER₃ lá]ER₃]ER₀] ER Σ }.

Como, nos demais casos já analisados, há um processo de integração conceitual que se processa a partir da realidade do falante (ER Σ); como o processo é de integração conceitual, formada por espaços mentais que contêm elementos estruturados por *frames* e modelos mentais, fica estabelecida uma relação entre “o barco” e “uma ilha”, pois, o elemento barco é comum em qualquer ilha, sendo, portanto, um processo de integração entre elementos cognitivamente identificados como correlatos ou correlacionados, no caso de (63), barco e ilha. Essa integração estaria prejudicada, gerando uma inconsistência ou incongruência, caso o texto fosse o registrado em (63’):

(63’) {ER Σ [ER₀ Essa história começa com uma família que vai [ER₁ **a uma ilha**]ER₁ passar suas férias /.../ [ER₂ Quando amanheceu]ER₂ eles foram ver

como estava **o metrô** para ir embora e perceberam que o metrô não estava [ER₃ lá]ER₃]ER₀] ERΣ}.

Em (63'), já há uma incongruência, porque, no *frame* ilha, visando a criar condições para que as pessoas deixam a ilha, não é comum que haja um metrô.

Como podemos ver, o encadeamento fórico que se dá, no caso da anáfora indireta, não é diferente do que acontece nos outros casos tradicionais de anáfora. Mas vamos verificar se essa situação se mantém nos demais exemplos.

- (64) (a) {ERΣ [ER₀ Todos os participantes da **festa** já haviam chegado e **o vinho** era português]ER₀] ERΣ}.
- (b) {ERΣ [ER₀ Todo processo de **estabilização econômica** pode ser oneroso para os trabalhadores, mas **a inflação** é ainda mais perniciosa]ER₀] ERΣ}.
- (c) {ERΣ [ER₀ O processo de **aposentadoria** pode ser oneroso para os trabalhadores, mas **a inflação** é ainda mais perniciosa]ER₀] ERΣ}.
- (d) {ERΣ [ER₀ [ER₁ Ontem]ER₁ fomos a um **restaurante**. O **garçom** foi muito deselegante e arrogante]ER₀] ERΣ}.
- (e) {ERΣ [ER₀ [ER₁ Ontem]ER₁ fomos a um **restaurante**. **Ele** foi muito deselegante e arrogante]ER₀] ERΣ}.
- (f) {ERΣ [ER₀ [ER₁ Em nossa cidade]ER₁, **os garçons** são sempre cortezes e atendem bem. Entretanto, [ER₂ ontem]ER₂ fomos a um **restaurante** e **ele** foi muito deselegante e arrogante]ER₀] ERΣ}.

Vamos analisar cada caso do exemplo (64), mas primeiro é importante que se registre mais uma vez que o nosso entendimento é que todos os textos apresentados

derivam da implementação de um processo de Discursivização em que as relações conceituais derivam de integração conceitual, em que se integram elementos e espaços mentais.

Em (64a), a relação se dá entre o *frame* ou modelo mental “festa” que apresenta em seus elementos vinho; da mesma maneira que, em (64b), faz parte do frame “processo de estabilização econômica”, a inflação. Nossa posição também é corroborada pelo exemplo (64c), porque percebemos a incongruência ao trocarmos estabilização econômica por aposentadoria, justamente porque a relação conceitual que se processa entre aposentadoria e inflação, no contexto, não tem uma relação lógica, o que nos prova, mais uma vez, que há muita liberdade para a construção de fenômenos fóricos numa cadeia de integração conceitual ERΣ, mas há limites que não são especificados pelas palavras, pela distância em que são apresentadas, mas pela possibilidade de integração conceitual, que é especificado pelo conhecimento sócio-cognitivo-cultural dos interlocutores.

Esses limites são construídos a partir da capacidade cognitiva de cada indivíduo e do conhecimento construído sócio-cognitivamente.

Em (64d), a relação conceitual também é clara: restaurante e garçom; já em (64e), temos, mais uma vez, uma situação de incongruência ou de dificuldade de a mente do falante especificar a relação entre “restaurante” e “ele”. Isso vem corroborar nosso pressuposto de que há limites conceituais para a integração.

Em (64f), o exemplo (64e) é reestruturado, trazendo as informações de que, numa determinada localidade, os garçons são sempre corteses e atendem bem, o que, quando se especifica que, num restaurante, “ele” não atendeu bem, esse “ele” é mental e imediatamente integrado a “garçons”. Este exemplo é bom justamente para mostrar que, na integração conceitual, toda e qualquer informação verbalizada

e ou presente na memória dos falantes, mas relacionada ao tema, pode fazer diferença na produção do sentido, porque a idéia de adversativa que se produziu em (64f) é que garante que o deseducado é um garçom.

O exemplo (64f) é muito interessante neste momento, porque nos dá a clara idéia do quão importante é a soma dos conceitos presentes na Discursivização para se chegar à produção de sentido.

Assim, em todos os casos estudados no capítulo 2º., com as diferentes classificações tradicionais da anáfora, testamos nossa hipótese que, até este momento, está corroborada de que, sem a necessidade de se desprezar por completo as teorias da anáfora tradicional, podemos entender que os processos fóricos de anáfora apresentam princípios que estão presentes em todos os casos estudados aqui: i) o de que há uma relação conceitual entre elementos dos espaços mentais e ii) essa relação se dá sempre no interior de um processo de Discursivização ERΣ.

Como entendemos o texto/produção de sentido como um processo de construção de domínio de integração conceitual (uma rede) em tempo real, a nossa proposta também pode e deve ser aplicado a outros tipos de texto, portanto vamos, agora, verificar isso.

Analisaremos um editorial do Jornal Estado de Minas.

(65) Menor infrator é questão social

ERS{ ER₀ [“Menor infrator é questão social

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) comemora hoje 13 anos **ER₁**[em meio a uma pregação que] **ER₂** [propõe a redução da idade penal para deter o aumento da criminalidade entre menores.]**ER₁**

]ER₂ O juiz da Infância e Juventude de Belo Horizonte, Tarcísio Martins Costa, **ER**₃[afirma que a redução da idade penal não é a solução,] **ER**₃ mas **ER**₄ [admite a necessidade de algumas alterações para o estatuto se tornar mais eficiente, como a construção de internatos e contratação de pessoal especializado.]**ER**₄

ER₅ [Na verdade, o aumento do número de delitos praticados por menores cresce a cada dia.]**ER**₅ **ER**₆ [Em Belo Horizonte, a estatística]**ER**₆ **ER**₇ [mostra que 20% das infrações são cometidas por menores entre 12 anos e 15 anos, sendo que 90% são de responsabilidade de infratores masculinos.]**ER**₇ **ER**₈ [No Brasil, menores estão envolvidos em 14% dos furtos e 18,9% dos homicídios. A maioria dos adolescentes que se iniciam no crime abandonou a escola, nem chegou a aprender a ler.]**ER**₈

O clamor da população **ER**₉ [por segurança]**ER**₉ é válido, mas só a repressão policial não resolve o problema, pois **ER**₁₀[as máfias das drogas, contrabando e pirataria já contaminam o aparelho policial e até judicial, como se tem apurado]**ER**₁₀ **ER**₁₁[em várias capitais e regiões do País.]**ER**₁₁ As elites não sabem que o fenômeno da vida humana e uma das formas de seu dinamismo reside exatamente na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado. **ER**₁₂[Se a cidade não oferece condições dignas de vida às famílias pobres, a tendência é as crianças e adolescentes viverem]**ER**₁₂ **ER**₁₃[nas ruas.]**ER**₁₃ Como disse **ER**₁₄[há tempos]**ER**₁₄ o presidente da Fundação Educativa Cultural Comunitária de Belo Horizonte, Misael Avelino dos Santos: **ER**₁₅["Não defendo o crime do bandido, nem a violência policial".]**ER**₁₅ A favela é a pátria de milhões de brasileiros. O ECA é legislação de primeira linha, mas de nada valerá **ER**₁₆[enquanto prevalecer este regime de cruel injustiça social]**ER**₁₆ }**ER**₀. }**ERS**"

Editorial do Estado de Minas, 13/07/03, domingo, p.18

Primeiro, vamos chamar a atenção para a expressão “O Estatuto da Criança e do Adolescente”, que está logo na introdução do texto e a sigla pela qual o Estatuto é identificado, ou seja, ECA.

Depois, não mais se fala explicitamente em ECA, voltando a ser referenciado no último período do texto: “O ECA é legislação de primeira linha, mas de nada valerá(...)”. As teorias tradicionais de anáfora geralmente especificam a correlação entre estruturas que estão dentro de um certo domínio que geralmente é uma oração ou um período, mas, no texto (65), a retomada pela sigla está bastante longe, sem, no entanto, haver qualquer dificuldade de correferenciação. Isso

acontece porque a correlação se instaura dentro da rede de integração conceitual $ER\Sigma$, onde os limites para a integração são definidos pela capacidade cognitiva das pessoas e pelo conhecimento comum.

Esse exemplo nos mostra que, assim como aconteceu com os exemplos anteriores, independentemente do tamanho da linearidade formal de um texto, quando se o observa pelo conceito de rede, não há limites para a ligação entre os elementos.

Uma outra possibilidade que temos defendido é que a introdução de espaços mentais/domínios afeta a estrutura de rede de integração conceitual.

Para verificarmos isso, vamos, no exemplo (66), estruturarmos uma outra rede, com um espaço mental que remeta a um estado de coisas fora da realidade do falante, integrando a expressão “num filme hollywoodiano”:

(66) **ERS{ ER₀ [Menor infrator é questão social ER₁ [num filme hollywoodiano] ER₁] ER₀] ERS}**

Pode-se notar que a congruência fica comprometida, a partir da integração de ER_1 , em (66), já que ER_1 leva o falante a, numa operação de semantização, estabelecer que as questões relacionadas ao fato de menor infrator ser questão social são desenvolvidas num espaço pictórico e não no espaço-realidade do falante, entretanto, ao continuar o processo de Discursivização que possibilita a integração de outros espaços mentais, constata-se que há o fenômeno da incongruência, já que todos os fatos assinalados dizem respeito ao dia-a-dia de um momento das questões relacionados aos menores infratores no Brasil. Isso pode até levar o falante/leitor a entender que o título, como descrito em (66) está errado ou,

no mínimo, descontextualizado. Esse exemplo nos prova que a foricidade, nos moldes do estudo da anáfora canônica, não precisa ser deixada de lado, entretanto, um outro aspecto deve ser analisado, aquele que diz respeito à integração de espaços mentais/domínios e a afetação gerada no processo fórico, como mostramos em (66).

Já percebemos que toda a coerência do texto fica prejudicada caso haja, como em (66), a integração do novo espaço mental, entretanto vamos destacar alguns fenômenos que normalmente são caracterizados, pela metodologia tradicional, como anáfora, e mostrar que eles podem ser afetados pelos princípios da integração conceitual, para isso, independente das várias outras anáforas que podemos encontrar no texto e arrolar, vamos verificar mais uma situação em que um novo espaço mental pode afetar a integração conceitual: no primeiro parágrafo, em ER₁, há a relação de anáfora direta ou correferencial, com vinculação de pronome relativo (pregação/que);

Podemos testar o funcionamento da anáfora do primeiro parágrafo, providenciando a integração de um espaço mental/domínio e verificando em que pode haver a alteração do processo de semantização, vejamos:

(67) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) comemora hoje 13 anos, **ER₁**[na igreja **ER₁**, **ER₂**[em meio a uma pregação que] **ER₂** [propõe a redução da idade penal para deter o aumento da criminalidade entre menores.]**ER₁**]**ER₂**

A integração do espaço mental ER₁, introduzido por “na igreja”, cria uma situação que já muda completamente a produção de sentido, conseqüentemente o

processo de Discursivização do texto. No primeiro caso, em (65), “pregação” dificilmente será interpretado como uma ação de religiosos, mais uma ação da sociedade, entretanto, em (67), a integração do novo espaço mental já possibilita às pessoas que interpretem a pregação como a fala de um pastor ou padre, por exemplo, o que, logicamente, interfere sobremaneira no processo de Semantização, o que, mais uma vez, reforça nossa hipótese.

Analisaremos agora um outro texto, com o propósito de ampliar a nossa base de análise, é um texto retirado do Jornal Valor Econômico, número 1221, de 18, 19 e 20 de março de 2005, página C 1.

(68) MP 232 será retirada do Congresso

ERà{(ER₀)["MP 232 será retirada do Congresso

(ER₁)[Em almoço (ER₂)[ontem (ER₃)[na casa do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, fechou um acordo (ER₄)[que levará à retirada da MP 232 do Congresso](ER₁)(ER₂)(ER₃)(ER₄). (ER₅)[Em seu lugar, será apresentado um Projeto de lei de Conversão (ER₆)[com importantes recuos na cobrança de CSLL sobre prestadoras de serviço, operações financeiras internacionais, produtores rurais e transportadores autônomos.](ER₅)(ER₆) Além disso, também foram amenizadas as regras para recurso ao Conselho de Contribuintes. A única norma da Mp 232 que permanecerá inalterada é a correção da tabela do imposto de renda.”](ER₀) }ER

Vamos, inicialmente, verificar o quão fértil é o terreno da Discursivização, entendida como o espaço de ER Σ , para que as relações de rede se estabeleçam e, em tempo real, na mente do falante gerem fenômenos fóricos.

O penúltimo período do texto apresenta um elemento (Conselho de Contribuintes) que não aparece anteriormente, portanto, em termos de teorias tradicionais, teríamos aí uma anáfora indireta e ou associativa, entretanto, podemos

verificar que há vários outros conceitos que guardam estrita relação com Conselho de Contribuintes, assim como: o ministro da Fazenda, Antônio Palocci; MP 232; cobrança de CSLL; recurso; e correção da tabela do imposto de renda, o que evidencia que não se trata apenas de retomada ou reativação, mas de formação de uma rede conceitual formada por espaços mentais e seus elementos, um *frame* mesmo.

Não se trata, pois, de apenas buscar uma ancoragem ou um termo ao qual um conceito deve estar ligado, mas ter a Discursivização/produção de sentido como um *locus* em que as relações acontecem. Ao travar conhecimento com determinado conceito, a mente humana vai estabelecendo, em tempo real, as integrações possíveis.

Além dessa possibilidade de relações que acontecem dentro do processo de Discursivização, vamos verificar se a integração de espaço(s) mental(is) pode afetar, no exemplo (68), também a congruência da rede de integração conceitual. Para isso, vamos verificar o que acontece com a introdução de um novo domínio.

(69) MP 232 será retirada do Congresso

ERâ{(ER₀)[(ER₁)[**Imagine** a retirada da MP 232 do Congresso(ER₁)

(ER₂)[Em almoço (ER₃)[ontem (ER₄)[na casa do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, fechou um acordo (ER₅)[que levará à retirada da MP 232 do Congresso](ER₂)](ER₃)](ER₄)](ER₅). ER₆)[Em seu lugar, será apresentado um Projeto de lei de Conversão (ER₆)[com importantes recuos na cobrança de CSLL sobre prestadoras de serviço, operações financeiras internacionais, produtores rurais e transportadores autônomos.](ER₅)](ER₆) Além disso, também foram amenizadas as regras para recurso ao Conselho de Contribuintes. A única norma da Mp 232 que permanecerá inalterada é a correção da tabela do imposto de renda.”](ER₀) }ER

Em (69), com o verbo “imagine”, é introduzido novo domínio conceitual, fazendo que a mente humana faça um movimento para fora da realidade do falante, o que mostra, por meio do verbo “imagine” que as colocações a serem feitas estão diferentes do modo como acontecem no dia-a-dia, senão não precisaria imaginar, entretanto, uma das informações registradas na rede de integração é que a MP 232 será retirada do Congresso e, em seu lugar será apresentado um Projeto de lei de Conversão. Por que, então, o texto (69) é introduzido com a expressão “Imagine a retirada da MP 232 do Congresso” ?

Esse tipo de comportamento cria no leitor o sentimento da ironia, quando se pede a alguém para imaginar algo que entendemos não ser passível de acontecimento, isso cria um sentimento de é verdade, a Mp 232 será retirada ou é brincadeira? Como a matéria está no jornal Valor Econômico, isso cria uma incongruência, caracterizada pela integração do espaço mental introduzido por “imagine” que estabelece uma dicotomia realidade/imaginação, sem uma explicação lógica, porque o texto é jornalístico, ou seja, de registro da realidade.

Em (69), podemos observar como a integração de um espaço mental pode afetar sobremaneira a integração conceitual, sendo, portanto, mecanismo de foricidade, entendido como os mecanismos que possibilitam a continuidade da produção de sentido/texto, ou seja, a integração conceitual propriamente dita.

Pelos que temos observado, registram-se i) que o que leva o falante a produzir sentido não é a relação entre palavras, mas o sistema de integração conceitual que se forma; e ii) a integração de espaço mental afeta a foricidade que se estabelece também na rede de integração conceitual.

Vamos a mais um texto, desta vez retirado da Revista Veja, de 23 de março de 2005, edição 1897, páginas 8 e 9, um texto publicitário da Intelig Telecom.

A Revista Veja, de 23 de março de 2005, edição 1897, páginas 8 e 9, publicou um texto publicitário da Intelig Telecom, que tem dois senhores, um, em pé, com uma perna direita passada por trás das costas e presa pela mão esquerda. O segundo senhor diz:

(70) $ER\grave{\alpha}\{ (ER_0)[$ “Você mostrou que é bem flexível mas era $(ER_1)[$ na negociação $](ER_1)$ que eu estava falando.” $](ER_0) \}ER\grave{\alpha}$

Pelo exemplo (70), podemos ver que a falta de integração de espaços mentais/domínios referenciais e ou elementos pode dificultar a produção de sentido/texto.

A situação simulada se refere a duas pessoas que estão envolvidas numa interlocução. O texto dá a entender que não era claro para um dos interlocutores sobre qual flexibilidade se falava, entendendo ele que se tratava da flexibilidade corporal, isso mostra que, mesmo que haja significações possíveis e consensadas que pertencem ao senso comum de uma comunidade falante, há a necessidade de que a significação dos objetos do discurso sejam re ou ratificados na construção da rede, em tempo real, sob pena de comprometimento da significação do texto, portanto, esse texto é importante aqui porque nos ajuda a mostrar que a escolha de elementos que são integrados ao espaço de referência integrado $ER\Sigma$ é condicionada também pela necessidade de inserção de espaços mentais, gerando operações de predicação. Mostra-se isso de maneira simples, verifiquemos que, para que seja dissolvida a ambigüidade gerada pelo elemento conceitual “flexibilidade” ou “flexível”, bastou que, no exemplo (70), um dos interlocutores

integrasse o espaço mental/domínio ER_1 (na negociação), portanto, entendemos que, no início da conversação, algo deve ter sido dito assim:

(71) $ER\grave{a}\{ (ER_0)[\text{Você precisa ser flexível}](ER_0) \}ER\grave{a}$

sendo entendido pelo alocutário que bastaria mostrar que conseguia colocar, mesmo em pé, uma das pernas atrás do pescoço, não há melhor demonstração de flexibilidade corporal. Assim como mostramos em (71), toda a incongruência gerada poderia ter sido resolvida de imediato se (72) tivesse sido produzida assim:

(72) $ER\grave{a}\{ (ER_0) [(ER_1)[\text{Numa negociação, Você precisa ser flexível}](ER_1)](ER_0) \}ER\grave{a}$

Esse exemplo corrobora a idéia de que **cada espaço de referência integrado à rede condiciona a inserção e/ou interpretação de expressões lingüísticas introduzidas pelas operações de predicação, sendo excluídas todas as expressões que não entram adequadamente na consistência da rede ou que, entrando na rede, produzem nela uma reconfiguração que não se mostra consistente.**

O próximo texto é uma chamada colocada na primeira página do jornal Correio Braziliense, de 18 de março de 2005, com o título “Reforma universitária sob chuva de críticas”.

(73) Reforma universitária sob chuva de críticas

$ER\grave{a}\{ER_0\}\{\text{Reforma universitária sob chuva de }]ER_1 \text{ críticas}$

A proposta do MEC ainda nem foi enviada ao Congresso e já enfrenta o risco de ser desfigurada. Os protestos vêm de todos os lados. **ER₂**["O projeto precisa ser refeito",]**ER₂** diz o ex-ministro Paulo Renato. Governista, o senador Cristóvão Buarque aponta **ER₃**["dez erros conceituais"].**ER₃** Estudantes secundaristas também **ER₄**[estão contra.]**ER₄** E expressaram a insatisfação fazendo manifestação em frente ao Congresso." **ER₁** }**ER₀** }**ER_à**

O texto é introduzido pela situação *default*, ou seja, a partir do momento que o locutor/narrador "pega" a palavra, instituindo, em tempo real, (**ER₀**) e integrando domínios referenciais e elementos que constituem [**ER_à**].

Trata-se de uma notícia veiculada pela imprensa, ou seja, retratando um fato no dia 18 de março de 2005. Agora vamos adaptar o texto, de maneira que o leitor, devidamente contextualizado, em março de 2005, ao abrir o Jornal, se deparasse com:

(74) **ER_à**{**ER₀** **ER₁** [Nos Estados Unidos, Reforma universitária sob chuva de]**ER₂**críticas]**ER₁**

A proposta do MEC ainda nem foi enviada ao Congresso e já enfrenta o risco de ser desfigurada. Os protestos vêm de todos os lados. **ER₃**["O projeto precisa ser refeito",]**ER₃** diz o ex-ministro Paulo Renato. Governista, o senador Cristóvão Buarque aponta **ER₄**["dez erros conceituais"].**ER₄** Estudantes secundaristas também **ER₅**[estão contra.]**ER₅** E expressaram a insatisfação fazendo manifestação em frente ao Congresso."]**ER₂** }**ER₀** }**ER_à**

Como o texto fala da reforma universitária no Brasil, a integração do espaço mental/domínio referencial, que se indicia pela expressão "Nos Estados Unidos", provoca uma importante inconsistência na rede que está sendo, ao ler, em tempo real, construída pelo leitor. Assim, mais uma vez, podemos constatar que a integração de elementos tem decisiva importância na construção da Discursivização.

Da mesma maneira, os elementos que constituem os espaços mentais/domínios conceituais são, de maneira fértil, integrados, constituindo o

espaço integrado ER_{Σ} , o local privilegiado para as relações de foricidade ou de integração conceitual, dentro do corpo teórico que adotamos e não se privilegiando a relação intra-frástica como postula a linha tradicional que estuda a anáfora. Vejamos uma outra possibilidade que vai também gerar incongruência:

(75)

$ER_{\alpha}\{ER_0\}$ {Reforma **protestante** sob chuva de críticas

A proposta do MEC ainda nem foi enviada ao Congresso e já enfrenta o risco de ser desfigurada. Os protestos vêm de todos os lados. ER_1 ["O projeto precisa ser refeito",] ER_1 diz o ex-ministro Paulo Renato. Governista, o senador Cristóvão Buarque aponta ER_2 ["dez erros conceituais"]. ER_2 Estudantes secundaristas também ER_3 [estão contra.] ER_3 E expressaram a insatisfação fazendo manifestação em frente ao Congresso." } ER_0 } ER_{α}

Ao se instituir a situação *default*, o alocutário, no espaço da sua realidade (ER_0), especifica o tipo de *frame* a que estará se referindo, ou seja, da REFORMA PROTESTANTE, o que gera inconsistência, isso porque os elementos que são integrados estão correferencialmente integrados ao tópico/frame "reforma universitária", como pode ser constatado pelas expressões: "proposta do MEC", "Congresso", "protestos", "o projeto", "ex-ministro Paulo Renato", senador Cristóvão Buarque", "estudantes secundaristas" e "manifestação".

Mais um exemplo de que a Discursivização é construída com a seleção de domínios, mas também de conceitos, que são sócio-historicamente construídos, mas que precisam estar bem definidos em termos de espaços mentais que precisam ser integrados, constituindo os *frames*, conseqüentemente, de expressões que geram consistência da rede conceitual que se constrói, com exclusão de domínios e de expressões que geram uma reconfiguração que quebra a consistência, em razão dos objetivos discursivos, assim como acontece em (75).

Nosso próximo texto é extraído do Jornal Valor Econômico, número 1221, de 18, 19 e 20 de março de 2005, página C 1.

(76) EUA propõem tarifa zero em agrícolas.

ER₀{**(ER₀)**["EUA propõem **(ER₁)**[tarifa zero em agrícolas]**(ER₁)**

Os Estados Unidos propuseram **(ER₂)**[ontem **(ER₃)**]acordos setoriais – eliminação de tarifas de importação – **(ER₄)**[nas negociações agrícolas da Organização Mundial de Comércio (OMC) para carne bovina, de porco, frango, cevada, frutas e vegetais, além de alguns produtos processados, destilados, sementes para produção de óleo (como algodão) e soro de leite.]**(ER₄)**]**(ER₃)**]**(ER₂)**

Com a iniciativa, os americanos indicam **(ER₅)**[ver poucas chances de maior acesso aos mercados apenas com reduções tarifárias]**(ER₅)** e **(ER₆)**[reforçam a idéia de que os acordos setoriais também são necessários nas negociações de produtos industriais.]**(ER₆)**

O Brasil, líder nas discussões agrícolas não respondeu aos EUA. As informações são de que **(ER₇)**[Brasília está consultando os setores produtivos. **(ER₇)** Mas **(ER₈)**[na negociação industrial a posição brasileira **(ER₉)**]é claramente defensiva.]**(ER₈)**] **(ER₉)** Índia e Argentina **(ER₁₀)**]já se opuseram à iniciativa americana.]**(ER₁₀)**

Para os especialistas brasileiros, **(ER₁₁)**[a proposta já nasce praticamente morta.]**(ER₁₁)** Segundo André Nassar, do Instituto de Estudos do Comércio e negociações Internacionais (Ícone), **(ER₁₂)**]acordos setoriais não são interessantes para a Europa e o Japão, "que tem o mercado fechado para a carne de porco, por exemplo".]**(ER₁₂)**] Outro problema é que a oferta americana **(ER₁₃)**]não inclui produtos como soja e açúcar,]**(ER₁₃)** de grande interesse para o Brasil. "]**(ER₀)** }ER₀

Pela situação *default*, o locutor integra o espaço (ER₀), integrando informações sobre um assunto que, de imediato, já é definido pelo locutor, de maneira a se estabelecer um tópico/frame "EUA propõem tarifa zero em agrícolas" e construindo o domínio integrado ER_Σ, portanto todos os elementos a serem integrados na configuração de (ER_Σ) estarão integrados conceitualmente ao tópico, sob pena de, não o fazendo, gerar ilogicidade, com comprometimento da produção do texto/sentido.

Esse exemplo (76) apresenta um fenômeno interessante aos nossos estudos: a partir do título que explora uma elipse (ausência de uma estrutura), como podemos inferir em “EUA propõem tarifa zero em agrícolas”, deixando subentendido que o adjetivo “agrícolas” se refere a “mercados, negociações”, o que é prova de que o processo de correferenciação, ou, no nosso entendimento, de integração conceitual, que permite a progressão da Discursivização, o que acontece inclusive com elementos que ficam subentendidos em função dos elementos presentes e do conhecimento dos interlocutores, o que valoriza ainda mais a importância da escolha de espaços mentais e de elementos que são integrados à rede conceitual.

O texto é retirado do Jornal Valor Econômico que é direcionado ao público de executivos/executivas e empresários/empresárias, portanto a integração do conceito de mercados agrícolas já está definido pelas condições contratuais que se estabelecem entre locutor e alocutário, o que reforça ainda mais a importância da integração conceitual que se estabelece no domínio integrado $ER\Sigma$, inclusive aqueles que não têm estruturas no cotexto.

No início do último parágrafo, há a expressão “especialistas brasileiros” e, para o público a que se destina o texto, repetindo que se trata de uma chamada em um Jornal especializado em análises de mercados, não há qualquer dificuldade de integração do elemento “especialistas brasileiros”, mas não pela relação com uma expressão especificamente, mas pela integração de espaços mentais e de conceitos que se faz no domínio integrado $ER\Sigma$, prevalecendo, inclusive, os conceitos que subjazem ao veículo de comunicação e que são integrados no momento da produção de sentido/texto.

Uma outra posição assumida por nós e que temos defendido é que a integração de espaço mental/domínio conceitual afeta a rede de integração

conceitual e isso é fácil de ser mostrado neste texto também. Para isso, como temos feito, vamos providenciar a integração de um novo espaço mental e verificarmos o resultado; vamos fazê-lo logo no início do texto (título), o que tem facilitado muito a nossa análise:

(77) **ER** → **{(ER₀)[(ER₁)[Imaginem se EUA propusessem (ER₂)[tarifa zero em agrícolas (ER₂)](ER₁)**

Como o texto jornalístico fala de um fato, da proposta dos Estados Unidos que acontece na realidade de quem produz sentido/texto (leitor), já na situação default, quando o falante “toma” a palavra, remete a um espaço/domínio fora da realidade do falante, em nível de imaginação, e produz uma inconsistência/incongruência. Afinal houve a proposta ou a estamos imaginando? Essa interrogação fatalmente permearia a imaginação de quem lê, podendo haver a opção pela primeira alternativa em função do veículo em que está inserida a notícia e pelo corpo da matéria, sendo que, neste caso, seria reportado um erro.

Por estes exemplos (77) e (76), também podemos provar que nossa hipótese se sustenta, em duas linhas: i) o espaço apropriado para a integração de conceitos, o que é chamado pelas teorias tradicionais de foricidade, é o domínio integrado ER_{Σ} ; e ii) a integração de espaços mentais afeta a rede de integração conceitual.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO

No capítulo 2, partimos da concepção clássica de anáfora, que postula que “há relação de anáfora entre duas unidades A e B quando a interpretação de B depende crucialmente da existência de A, a ponto de se dizer que a unidade B só é interpretável na medida que ela retoma – inteira ou parcialmente – A” (CAVALCANTE ET AL, 200, p.94) e registramos o estado em que se encontram os trabalhos de análise e classificação do fenômeno, adotando, para isso, a classificação registrada por Santos (2003):

- pronominal;
- direta ou Correferencial;
- associativa; e
- indireta.

Concluimos o capítulo, constatando dificuldades que percebemos na definição das categorias. A anaforização pronominal chega a abordar fenômenos relacionados à anaforização direta e indireta.

A anáfora indireta ou sem antecedente lingüística ou foneticamente marcado também mostra características muito próximas, sem falar que o enfoque daquelas classificações está mais na forma, na distribuição das estruturas lingüísticas que no processamento discursivo, que é nosso enfoque aqui.

No capítulo 3, mostramos a visão de referência em três abordagens, de acordo com Chierchia (2003): **i) denotacional; ii) pragmático-social; e iii) representacional ou mentalística.**

Da **abordagem denotacional**, resolvemos incorporar a este trabalho, a partir das constatações fregeanas, que a construção da referência repousa sobre i) uma visão pessoal, pela qual cada pessoa representa a sua realidade, sendo, pois, esse o caráter mais subjetivo da linguagem; ii) por uma abordagem socializada, que não descarta o processamento pessoal, portanto, subjetivo, mas que agrega ao processo lingüístico a contribuição que a experiência histórico-social de cada pessoa fornece em termos de produção da realidade, assim, entendemos que não se pode negar que o conjunto de informações e traços ideológicos que são construídos no dia-a-dia também interferem na interpretação que cada pessoa processa, assim pode-se entender questões como posicionamentos políticos, religiosos etc; e iii) a própria relação com o objeto referenciado, sem que adotemos uma visão de etiquetamento prévio, mas construído *on line* no processo de Discursivização

Também incorporamos que o ser humano é dotado de um órgão lingüístico ou processador lingüístico, que trabalha com princípios gerais e universais, sendo justamente o que possibilita que todas as pessoas, independente de região e raça, consigam falar uma língua, sendo que os princípios gerais são os mesmos.

Da visão **pragmático-social**, entendemos que atende aos objetivos deste trabalho, a concepção de língua/linguagem como **práxis social**, como um jogo em que dinamicamente os falantes se envolvem em todo ato comunicativo, entretanto, não há possibilidade de se ter um jogo sem regras gerais, aplicáveis a todos os participantes, por isso, adotamos que o jogo languageiro tem regras que são

representadas por princípios e ou operações sintático-discursivas, de configuração mental.

Ao falar, o falante desenvolve operações mentais em que se institui enunciador e já postula um enunciatário, fundando um aqui e agora. Essas regras são dinamicamente registradas por pistas mostradas no contexto, como os pronomes eu/tu, os tempos verbais, os dêiticos que geram a relação têmporo-espacial e pistas de que a fala do locutor pode ser de uma terceira pessoa, um outro enunciador, como os verbos *dicendi*. Essas pistas sintático-discursivas indiciam o aparelho formal da enunciação de Benveniste (1989).

Da terceira linha, a **representacional ou mentalística**, incorporamos ao arcabouço teórico-metodológico que a língua é um meio de representarmos a nossa própria realidade (CHIERCHIA, 2003), por isso somos dotados geneticamente de uma faculdade que nos possibilita a ação lingüística e essa faculdade é evidenciada pela nossa capacidade de, a partir de um conjunto finito de regras/princípios, gerarmos número tendente ao infinito de composições lingüísticas que são produzidas processualmente.

Esse quadro nos permite dizer que adotamos a posição de que língua/linguagem é exercida pelo ser humano por ser possuidor de uma faculdade inerente a toda a raça humana, que processualmente constrói a **referenciação** e não a referência que está ligada a um sistema de etiquetamento das coisas, como se tal ato existisse antes do ato lingüístico.

Adotamos que, para a realização da **referenciação**, cada ser humano é dotado de uma faculdade, com princípios universais que permite que o exercício da língua, que é exercido socialmente, aconteça no processo de instanciação enunciativa.

Vimos no capítulo 3 também que a mente humana trabalha uma operação básica e complexa, como postulam Fauconnier e Turner (2003), que é fatorada em três princípios (3 Is): **Identificação, Integração e Imaginação**.

Esses três princípios, ou a operação, como um todo, já que os princípios são ativados concomitantemente, viabilizam as operações lingüísticas que acontecem sempre com a identificação, estágio em que há um trabalho de levantamento das semelhanças e dessemelhanças, gerando a possibilidade de relacionar elementos de domínios referenciais ou espaços mentais ou de elementos com *frames*, possibilitando a continuidade discursiva. Ao mesmo tempo, a mente integra os domínios, sendo que esses trabalhos são puramente imaginativos.

Repousa sobre a operação dos 3 Is a produção de sentido que se opera pelas operações de **lexicalização, semantização e gramaticalização**, produzindo a **Discursivização**, que é o processo de integração conceitual, base para nossa análise.

Portanto, estabelecemos um modelo teórico-metodológico que apresenta as seguintes características:

- a mente humana opera **integrando** domínios referenciais ou espaços mentais;
- ao integrar domínios/espaços mentais, a mente implementa as operações de **lexicalização, semantização e gramaticalização**, estruturadas em regras/princípios sintático-discursivos do aparelho formal da enunciação;
- uma operação viabiliza todo o processamento lingüístico, a **Discursivização**.

Todo o processamento lingüístico emerge como **Discursivização** que tem como resultado a produção de sentido/texto, o que nos faz entender que qualquer fenômeno lingüístico, por conseqüência, a anaforização, que é analisada neste trabalho, tem princípios fundados no trabalho mental, portanto, podemos migrar da análise do comportamento de constituintes lingüísticos, ao trabalharmos a anáfora, para explicarmos princípios(s) radicados nas operações mentais, o que justificou e tem guiado os propósitos deste trabalho.

No capítulo 4, aplicamos a vários exemplos o modelo por nós proposto, objetivando verificar se a articulação de espaços mentais/domínios referenciais e de elementos discursivos realmente influencia o processamento anafórico, parametrizando a possibilidade de escolhas de espaços mentais e seus elementos a serem integrados na rede de integração conceitual, especificado como domínio integrado ($ER\Sigma$), bem como se podemos entender a anáfora pelo conceito da integração, substituindo as relações entre termos da análise tradicional por uma abordagem que privilegia a integração de conceitos e elementos, tendo como limite para tais relações o domínio integrado ($ER\Sigma$) e não a oração ou frase, o que possibilita, por exemplo, que uma pessoa pode, ao ler um livro, identificar um personagem que ficou dezenas de páginas sem ser citado, podendo este processo de correferenciação, inclusive, acontecer por características do personagem em detrimento da referência ao seu nome.

Em todos os exemplos que foram analisados, com textos de diferentes formatos, registramos: i) que as relações são conceituais e se dão realmente no domínio integrado ($ER\Sigma$) e não apenas em orações ou frases; e ii) a integração de espaço(s) mental(is) afeta a rede integrada ($ER\Sigma$), porque cada espaço de referência integrado à rede condiciona a inserção e/ou interpretação de expressões

lingüísticas introduzidas pelas operações de predicação, sendo excluídas todas as expressões que não entram adequadamente na consistência da rede ou que, entrando na rede, produzem nela uma reconfiguração que não se mostra consistente.

REFERÊNCIA

ABBAGNAMO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística geral I**. Campinas: Pontes, 1991.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Introdução à lingüística cognitiva**. Relatório Científico submetido à FAPESP (Proc. 99/10399-9). 2001

CHIERCHIA, Gennaro. **Semântica**. Campinas-SP/Londrina/PR: Editora da Unicamp/Eduel, 2003.

DIJK, Teun A Van. **Cognição, Discurso e Interação**. São Paulo: Contexto, 2000.

FAUCONNIER, Gilles. **Mappings in thought and language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. **The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities**. New York: Basic Books, 2002.

FAUCONNIER, Gilles. **Pragmatics and Cognitive Linguistics**. Apostila.

FIORIN, José Luiz. Que é língua? In: CORTEZ, Suzana; XAVIER, Antônio Carlos.(Orgs) **Conversas com lingüistas: virtudes e controvérsias da lingüística**. São Paulo: Parábola, 2003. p. 71-76

FREGE, G. **Lógica e Filosofia da Linguagem**: seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo.

FREGE, G. **Über sinn und bedeutung**, In: **Zeitschrift für philosophie und philosophische kritik**, 100, 1892.

Hirst, W.; BRILL, B. A. **Contextual aspects of pronoun assignment**. **Journal of Verbal Learning in Verbal Behavior**, n. 19, p. 168-175.

ILARI, Rodolfo. **Introdução à semântica**: brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001.

ILARI, Rodolfo. Alguns problemas no estudo da anáfora textual. In: Koch, Ingedore Villaça; Morato, Edwiges Maria; BENTES, Anna Cristina (Org.) **Referenciação e Discurso** São Paulo: Contexto, 2005. Cap. 3, p. 103-124.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Quando a referência é uma inferência**. In: Grupo de Estudos Lingüísticos (GEL), 2000, Assis-SP. Anais.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e sua âncoras. In: Koch, Ingedore Villaça; Morato, Edwiges Maria; BENTES, Anna Cristina (Org.) **Referenciação e Discurso** São Paulo: Contexto, 2005. Cap. 3, p. 53-101.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; KOCH, Ingedore Grunfield Villaça. **Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada**. Recife: UFPE, 1998. xerocopiado.

MARTINS, Ana Lúcia M. R. P. **Dêixis, Discursivização e Espaços Mentais** – o papel da dêixis na construção de Espaços Mentais no processamento discursivo. 2000. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MILNER, Jean-Claude. Reflexões sobre a referência e a correferência.. In: CAVALVANTE, Mônica Magalhães et al (Orgs). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. Cap.3, p.85-130.

MIOTO, Carlos & SILVA, FIGUEIREDO, Maria Cristina & LOPES, Ruth Elizabeth Vasconcelos. **Novo manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 2004.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos do discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALVANTE, Mônica Magalhães et al (Org) **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. Cap.3, p.17-52.

MORENO, Arley R. **Wittgenstein: os labirintos da linguagem**. São Paulo: Moderna, 2000.

NASCIMENTO, Milton do & OLIVEIRA, Marco Antônio de. Texto e hipertexto: referência e rede no processamento discursivo. In: NEGRI, Lígia et al (Orgs). **Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Contexto, 2004. P.285-289.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Loyola, 1996.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à Lingüística 2: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez , 2001. Cap.1, p. 17-46)

PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

SANTOS, Andréa Catermol Izar. **Os processos fóricos (anafóricos e metafóricos) na construção da rede de referentes textuais**. 187f. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA CAVALCANTE, Sandra Maria. **A metáfora no processo de referenciação**. 191f. 2002. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)